

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO**

**O RURAL E O URBANO NA CIDADE DE BALSAS (MA): transformações socioespaciais  
no pós 1980**

**FRANCISCO LIMA MOTA**

**UBERLÂNDIA/MG  
2011**

**FRANCISCO LIMA MOTA**

**O RURAL E O URBANO NA CIDADE DE BALSAS (MA): transformações socioespaciais  
no pós 1980**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dra. Vera Lúcia Salazar Pessôa

Uberlândia/MG  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
2011

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.

---

M917r Mota, Francisco Lima, 1975-

2011 O rural e o urbano na cidade de Balsas (MA): transformações  
socioespaciais no pós 1980 / Francisco Lima Mota . - 2011.  
139 f.; il.

Orientadora: Vera Lúcia Salazar Pessôa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Uberlândia, Programa  
de Pós-Graduação em Geografia.  
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. Geografia rural - Balsas (MA) - Teses. 3.  
Geografia urbana - Balsas (MA) - Teses. I. Pessôa, Vera Lúcia Salazar. II.  
Universidade Federal de Uberlândia. Programa de Pós-Graduação em  
Geografia. III. Título.

---

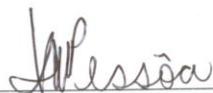
CDU: 910.1

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**Programa de Pós-Graduação em Geografia**

**FRANCISCO LIMA MOTA**

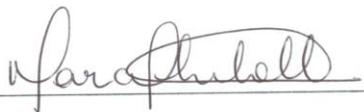
TÍTULO: O RURAL E O URBANO NA CIDADE DE BALSAS (MA): transformações sócio-espaciais no pós 1980.



Professor(a). Dr<sup>a</sup>. Vera Lúcia Salazar Pessôa (Orientadora) - UFU



Professor(a). Dr<sup>a</sup>. Estevane de Paula Pontes Mendes - UFG



Professor(a) Dr. Marcelo Cervo Chelotti - UFU

Data: 29 / 9 de 2014

Resultado: Aprovado

*À minha Mãe por mostrar-se sempre  
uma mulher guerreira, não medindo  
esforços em prol da felicidade de suas  
crias!*

## MEUS SINCEROS AGRADECIMENTOS

*Acredite é hora de vencer  
essa força vem de dentro de você  
Você pode até tocar o céu se crer  
Acredite que nenhum de nós  
já nasceu com jeito pra super herói  
nossos sonhos a gente é quem constrói  
é vencendo os limites escalando as fortaleza  
conquistando o impossível pela fé.  
Campeão vencedor Deus dá asas faz teu vôo  
Campeão vencedor essa fé que te faz imbatível  
te mostra o teu valor...*

*Acredite que nenhum de nós  
já nasceu com jeito pra super herói  
nossos sonhos a gente é quem constrói  
é vencendo os limites escalando as fortaleza  
conquistando o impossível pela fé  
Campeão vencedor Deus dá asas faz teu vôo  
Campeão vencedor essa fé que te faz imbatível  
te mostra o teu valor...  
tantos recordes você pode quebrar  
as barreiras você pode ultrapassar  
e vencer  
Campeão vencedor Deus dá asas faz teu vôo  
Campeão vencedor essa fé que te faz imbatível  
te mostra o teu valor.*

*(letra e interpretação de JamilY)*

Chegar ao término do Mestrado não foi fácil!

Da aprovação em Dezembro de 2009 até a defesa em Setembro de 2011 foram muitos os obstáculos a serem vencidos e, se não fosse à ajuda de pessoas físicas, pessoas jurídicas, pessoas espirituais e pessoas PESSÔA esse momento não seria possível. Abaixo transcrevo à/a essas inúmeras “pessoas” os meus agradecimentos.

À DEUS, por permitir que pudesse estar agradecendo.

Aos membros da família LIMA MOTA que foram, são e sempre serão meu “porto seguro”. Aos meus nove sobrinhos por existirem e serem a esperança de um futuro melhor para seus pais: Rafael (filho da minha irmã Simone), Elciane, Welsterdany, Misterdânia, Elcilane, Rayla e Rafaela (filhos do meu irmão Elson com sua esposa Rosa), Djôvanna e Victor Hugo (filhos do meu irmão Elcivaldo e sua esposa Neuwan).

À minha irmã Simone, guerreira e sempre batalhadora, pois nunca mediu esforços para dá à família tudo que necessitam. Minha magrela, te amo!

Ao meu pai, que aprendi a amá-lo na distância. Sou grato por você estar no seio da família e ter, hoje, assumido verdadeiramente a função de pai.

Dona Socorro! Nem sei como agradecê-la. De todas as palavras que procuro para expressar meu sentimento, nenhuma é mais forte do que dizer: AMO-TE DEMAIS MINHA MÃEZINHA QUERIDA!

Ao amigo Jailson, o meu sincero obrigado. E você sabe que se não fosse a sua dedicação este momento não estaria acontecendo na minha vida.

A Antônio e a Marcos por estarem sempre resolvendo minha vida nos momentos mais difíceis. Sou eternamente grato ao carinho e ao companheirismo de vocês.

A Sobrinho por sempre me acolher na sua casa nos momentos em que estava desagregado de moradia. E olha que foram várias estadas durante todo o curso de Mestrado.

A Lilian pela amizade fraterna e sincera e pelas inúmeras correções do texto.

A Márlia, que mesmo distante em matéria, sempre esteve presente nas lembranças boas da nossa convivência durante os 04 anos da graduação.

A Aécio pelas constantes cobranças para que pudesse logo terminar a dissertação e pela presença diária, mesmo que fosse ao celular.

A Cláudia pela confecção dos mapas.

Ao DETRAN e todo corpo de funcionários pelas palavras de otimismo que sempre soavam nas vezes quando nos encontrávamos, quando da minha licença para realização dos estudos fora do Estado.

Às inúmeras pessoas de Balsas, atores sociais, imprescindíveis à concretização desse estudo. Aqui fica o agradecimento ao casal Jonhson e Fracilda pela acolhida de sempre. À Dayse do SINDIBALSAS pela disponibilização dos dados do sindicato; funcionários das secretarias da Fazenda, Cultura e Educação por abrirem seus arquivos com dados de que necessitei; produtores entrevistados; Sr. Jorge Cury e Márcia Sauer pelos ensinamentos sobre Balsas.

Aos moradores das duas repúblicas nas quais morei: Guilherme e Marcos (2009) Franco, Antônio e Fabrício (2010).

Aos colegas do Mestrado Ângela, Lucimeire, Andressa, Pedro e, em especial ao Geraldo, amigo que ganhei nas terras mineiras e que, certamente, essa amizade será eterna.

A Ricardo Luís pela disponibilidade e amizade prestada ao término da Dissertação.

Ao LAGEA por acolher-me, juntamente com todos os seus membros.

A Dilza e Cynara por sempre resolverem os problemas de ordem acadêmica.

Ao Professor Marcelo Chelotti por se fazer sempre presente durante a minha passagem em Uberlândia. Sou muito grato pelas contribuições dadas quando da qualificação. Aprendi muito com você amigo.

A Professora Beatriz Ribeiro Soares pelas valiosas contribuições sugeridas na qualificação e por sempre se mostrar uma pessoa que vai além da relação professor aluno, uma amiga verdadeira.

Aos professores Dr. João Cleps Júnior e Dra. Vânia Rúbia Farias Vlâch pelos ensinamentos disponibilizados durante as disciplinas ministradas no curso de Mestrado.

A FAPEMA pela concessão da bolsa de Mestrado.

E o agradecimento para a PESSÔA mais que especial, minha orientadora Professora Doutora Vera Lúcia Salazar Pessôa. Serei eternamente grato à sua orientação. Mais que uma relação de orientadora/orientando você foi marcante na minha vida pela sua competência, integridade, amizade, respeito, honestidade e, acima de tudo, à sua dedicação conosco, seus orientados, e para com a ciência geográfica.

*A todos muito obrigado!*

*O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida - de paz, inocência e virtudes simples. À cidade associou-se a idéia de centro de realizações - de saber, comunicações, luz. [...]... a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação.*  
*(WILLIAMS, 1989, p. 11).*

## **RESUMO**

A presente dissertação debate as transformações ocorridas no município de Balsas/MA no pós 1980, tendo como grande responsável, as atividades agrícolas modernas. A discussão aqui proposta se dá em torno dos efeitos gerados pela relação que se criou entre os espaços urbanos e rurais, relação esta oriunda de uma agricultura globalizada e que fez com que os espaços urbanos e rurais do município de Balsas/MA passassem por uma total reestruturação das suas bases sociais e econômicas, passando a ser, a partir desse momento, espaços urbanos com traços rurais como também áreas rurais com características urbanas. Objetivando compreender as recentes relações criadas entre o campo e a cidade, vistas agora pela inserção do meio técnico científico informacional através das atividades agrícolas ligadas ao agronegócio sojeiro no município de Balsas na região sul do Estado do Maranhão, organizamos a dissertação em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, apresentamos os caminhos metodológicos aos quais seguimos no direcionamento da contemplação dos objetivos propostos na presente dissertação. No segundo capítulo, fizemos um estudo teórico-metodológico dos inúmeros estudos da relação campo cidade, partindo desde os clássicos até uma leitura mais contemporânea dessa dicotomia campo cidade. No terceiro capítulo, descrevemos as transformações acarretadas na agricultura brasileira, dando ênfase à agricultura maranhense. E finalmente, no quarto capítulo, apresentamos as transformações recentes às quais o município de Balsas/MA vem passando após a introdução de uma agricultura moderna, trazendo nessas perspectivas alterações no que tange ao urbano e também ao rural, colocando, dessa forma, a cidade como o lócus dessa regulação entre o campo e a cidade e, acima de tudo, inserindo o Estado do Maranhão como um dos maiores produtores de soja das regiões Nordeste e Norte do país.

Palavras-chave: Campo. Cidade. Agricultura. Agronegócio. Balsas/MA.

## **ABSTRACT**

The present dissertation debates the changes which have taken place in Balsas/MA since 1980, having the modern agricultural activities as a great responsible. Supported by a globalized agriculture, the urban and rural spaces of this city have undergone a total restructuring of its social and economic bases, becoming, from that moment, urban spaces with rural characteristics as well as rural areas with urban characteristics. In order to accomplish the research, we have organized the dissertation in three chapters, besides the introduction and final considerations. In the first chapter, we present the methodological steps to which we have followed the guidance of the appreciation of the proposed aims, which the present dissertation deals with. In the second chapter, we have done a theoretical methodological study of the endless number of the studies, which have been taken on the countryside-city relation, from the classics to a most contemporary interpretation of this countryside-city dichotomy. In the third chapter describes the changes brought about in Brazilian agriculture, with an emphasis on agriculture Maranhão. Eventually in the fourth chapter, we present the recent changes, which this Maranhense city has undergone since the introduction of a modern agriculture, bringing, in these perspectives, alterations as to both the urban and the rural, placing, this way, Balsas as the locus of this regulation between the countryside and the city. With this, we conclude that Balsas, a city which lies in the south of Maranhão State, integrates the group of the cities which have developed the agricultural business in the Brazilian Northeast interior.

Key-words: Countryside. City. Agriculture. Agricultural Business. Balsas/MA.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 1-	AGROBALSAS/Balsas (MA): presença de stands para fins de comercialização de produtos ligados ao agronegócio.....	30
FLUXOGRAMA 1-	Organização da pesquisa .....	31
IMAGEM 1-	Início do perímetro urbano de Balsas (MA).....	33
FOTO 2-	Rede de Supermercados Mateus - Balsas (MA): a maior rede de supermercados do estado do Maranhão .....	39
MAPA 1-	Áreas de produção de soja nos cerrados do MAPITOBA .....	75
FOTO 3-	Pátio Multimodal de Porto Franco (MA).....	86
MAPA 2	Eixo de circulação de transporte para o escoamento de soja no Maranhão .....	88
MAPA 3-	Localização de Balsas – Região Sul do Maranhão .....	91
MAPA 4-	Localização de Chapadinha e Mata Roma – Região Leste do Maranhão .....	98
GRÁFICO 1-	Contratações financeiras junto ao BNB por segmento de Balsas – período de 1985-2010 .....	99
GRÁFICO 2-	Balsas/MA: pessoal ocupado na agricultura como trabalhador permanente .....	104
GRÁFICO 3-	Balsas (MA): pessoal ocupado na agricultura - trabalhadores temporários .....	105
GRÁFICO 4-	População rural e urbana de Balsas no período de 1980 – 2010 .....	109

## **LISTA DE TABELAS**

TABELA 1-	Utilização de tratores nas unidades produtivas - Brasil/NE/MA/Balsas -1996-2006 .....	71
TABELA 2-	Soja nos Estados da área do MAPITOBA- área plantada nas safras de 1990 a 2000 (em mil hectares) .....	78
TABELA 3-	Soja nos estados da área do MAPITOBA- área plantada nas safras de 2001 a 2010 (em mil hectares) .....	78
TABELA 4-	Áreas utilizadas em hectares e produção em toneladas nas culturas de arroz e soja no Maranhão -1985 a 2006 .....	96

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

BB-	Banco do Brasil
BNB-	Banco do Nordeste do Brasil
BASA-	Banco da Amazônia
CAMPO-	Companhia de Promoção Agrícola
CTG-	Centro de Tradição Gaúcha
CAI-	Complexo Agroindustrial
CESI-	Centro de Estudos Superiores de Imperatriz
CONAB-	Companhia Nacional de Abastecimento
EUA-	Estados Unidos da América
FAPCEN-	Fundação de Apoio à Pesquisa do Corredor de Exportação Norte
IBGE-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MAPITOBA-	Junção das iniciais dos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia.
PA-	Projeto de Assentamento
PQD-	Programa de Qualificação de Docentes
PRODECER-	Programa de Cooperação Nipo Brasileiro para o Desenvolvimento dos Cerrados
POLOCENTRO-	Programa de Desenvolvimento dos Cerrados
SINDIBALSAS-	Sindicato dos Produtores de Balsas
STR-	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE-	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

# SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	15
<b>1 NAS TRILHAS DA PESQUISA: o caminho percorrido .....</b>	22
1.1 Balsas no sul do estado do Maranhão como temática de estudo.....	22
1.2 O trabalho de campo: as experiências vividas.....	24
1.3 Procedimentos metodológicos .....	30
1.3.1 A técnica de observação .....	32
1.3.2 A técnica da entrevista.....	34
1.3.3 A relação campo cidade no desenrolar da pesquisa: uma análise das fotografais e da Sociologia da Imagem .....	38
1.4 A análise dos resultados.....	41
<b>2 O URBANO E O RURAL, O CAMPO E A CIDADE: algumas reflexões a partir da ciência geográfica.....</b>	43
2.1 A relação campo cidade: antecedentes históricos para sua compreensão .....	43
2.2 O debate contemporâneo sobre a relação campo cidade no Brasil.....	50
2.3 O campo e a cidade, o rural e o urbano sob o olhar da geografia .....	57
<b>3 A AGRICULTURA BRASILEIRA NO PÓS 1970: a modernização em foco.....</b>	64
3.1 A modernização agrícola pós 1970 e suas marcas na realidade agrária brasileira.....	64
3.2 Da formação dos CAI's à consolidação da cidade do agronegócio: uma leitura e interpretação da nova dinâmica agrícola em Balsas/MA .....	69
3.3 O papel do Estado na modernização da agricultura: a atuação do PRODECER III na região dos Gerais de Balsas .....	80
<b>4 DA ROÇA DE TOCO À CIDADE DO AGRONEGÓCIO: metamorfoses socioespaciais em Balsas pós 1980 .....</b>	90
4.1 A gênese e formação socioespacial do município de Balsas.....	90
4.2 Balsas: centro agrícola dinamizador e de influência do Estado do Maranhão .....	94

4.3 A modernização da agricultura e seus reflexos na reestruturação socioespacial do município de Balsas/MA .....	101
4.4 A chegada do sulista e um “novo” momento em Balsas .....	106
4.5 Relação entre a agricultura e a urbanização na cidade do agronegócio do cerrado maranhense .....	108
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>116</b>
<b>APÊNDICES .....</b>	<b>126</b>
APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA: Representante da Associação dos Produtores de Soja do município de Balsas/MA .....	127
APÊNDICE B- ROTEIRO DE ENTREVISTA: Moradores da área central de Balsas/MA .....	129
APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA: Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Balsas/MA (gestão da década de 1980).....	130
APÊNDICE D- ROTEIRO DE ENTREVISTA: Entrevista com o Prefeito Balsas/MA Francisco Coêlho .....	132
APÊNDICE E-ROTEIRO DE ENTREVISTA: Entrevista com o ex-prefeito do município de Balsas/MA .....	133
APÊNDICE F- ROTEIRO DE ENTREVISTA: Produtores de soja da cidade de Balsas/MA .....	134
<b>ANEXOS ..</b>	<b>136</b>
ANEXO A- Relação dos produtores de soja do município de Balsas cadastrados no SINDIBALSAS .....	137

## INTRODUÇÃO

Nos últimos 50 anos, assistimos um quadro de transformações de diversas magnitudes e complexidades, caracterizando um novo momento no capitalismo, o qual recebe inúmeras denominações e conta também com variadas interpretações, muitas vezes conflitantes entre si.

A partir da década de 1960, ocorre no Brasil um crescimento no campo nunca antes visto, fato este que se deu principalmente com a introdução das máquinas e dos insumos na agricultura, período este denominado de técnico científico informacional.

O que se nota a partir da década de 1960 é que a agricultura, em âmbito mundial, ganhou uma rearticulação no que tange à produção de alimentos. Esse novo momento de reordenamento da agricultura chamou-se de Revolução Verde<sup>1</sup>. Esse pacote tecnológico implantado na modernização da agricultura tornou-se então a vanguarda e, certamente, mais um elemento da dependência dos países periféricos em relação às corporações transnacionais que comandam o processo.

Discorrendo sobre essa nova fase a que estaria vivenciando a produção agrícola nacional, podemos identificar vários eventos que atuariam diretamente na modificação da estrutura produtiva a partir da década de 1960, dentre eles a consolidação das indústrias, a ampliação do crédito rural subsidiado, a internacionalização do pacote tecnológico, a materialização do meio técnico científico informacional e a constituição dos Complexos Agroindustriais (CAI's).

Neste processo de passagem do Complexo Agrário ao Complexo Agroindustrial encontram-se envolvidas a substituição da economia natural por atividades agrícolas integradas à moderna industrialização, a intensificação da divisão do trabalho e das trocas intersetoriais, a especialização da agricultura e a substituição das importações pelo mercado interno. Na década de 1970, a agricultura deixa de ser estudada por seus “complexos rurais” e passa a ser vista a partir de Complexos Agroindustriais (CAI's).

Essa definição que também fora observada nos países ditos desenvolvidos, na verdade não passa de uma substituição do antigo modo de lidar com a agricultura, só que agora levando em

<sup>1</sup> Essa fase da modernização da agricultura se dá partir de 1965, e foi um programa que tinha como objetivo contribuir para o aumento da produção e da produtividade agrícola no mundo, através do desenvolvimento de experiências no campo da genética vegetal para a criação e multiplicação de sementes adequadas às condições dos diferentes solos e climas e resistentes às doenças e pragas bem como da descoberta e aplicação de técnicas agrícolas ou tratos culturais mais modernos e eficientes. (BRUM, 1988, p. 44).

consideração, as novas funções que essa irá desempenhar no tocante às necessidades econômicas e sociais da população.

Em áreas locais ou regiões do país onde a diversidade e a densidade da demanda agroindustrial e das demandas de exportações eram mais tênues, evidente que o impacto da modernização foi menor e, consequentemente, a implantação dos CAI's também se deu em uma escala menor de implantação. Vale dizer que o complexo agroindustrial é considerado como uma unidade analítica de acumulação de capital no país.

Com o acirramento da globalização da produção e do consumo, erguem-se as bases materiais que propiciaram a dispersão espacial da produção. Nas últimas décadas, o avanço dos transportes e das comunicações tem possibilitado fluxos, de matéria e de informação, até então impossível de se chegar. Consequentemente, o espaço da produção em geral, incluindo o agrícola, amplia-se e abrange áreas então pouco favoráveis à obtenção de alta lucratividade.

A divisão territorial do trabalho agropecuário também tem se redefinido no período técnico científico informacional (SANTOS, 2008c, 2008e), isso no momento em que as regiões Sudeste e Sul foram as primeiras a serem intensamente atingidas pelos processos de modernização em geral e formando o que mais tarde chamaríamos, de acordo com Santos (2001) de Região Concentrada da produção agrícola nacional. No entanto, nos moldes atuais, nem mesmo a Região Concentrada apresenta-se homogênea. Nesse contexto, as novas possibilidades de transformação do espaço, aliada às áreas em que a revolução agrícola vem propiciando a intensificação da forma capitalista de produzir na agropecuária, promovem uma verdadeira reestruturação produtiva no setor. A partir de então, surgem novas áreas agrícolas, que podem ser incorporadas à produção e ao consumo agropecuário globalizado e, estes novos espaços agrícolas produtivos serão o palco para a inserção das atividades do *agribusiness*.

O agronegócio não é novo, seu ideário é fruto da Revolução Verde. O fato é que ele agora aparece como categoria homogeneizada e, nesse momento, começa a ser vista como a expressão máxima da terra de negócio. O processo de (re) produção dessa nova lógica dada à terra é vista pela penetração do capital no processo produtivo da agricultura, passando de uma produção voltada unicamente para a sobrevivência para uma agricultura comercial, impondo uma nova dinâmica ao espaço, e são nesses espaços onde presenciamos, com maior evidência, a nova lógica que é dada à terra, que é a do negócio.

Na abordagem do agronegócio enquanto atividade modeladora do espaço, Elias (2006a, 2006b) denomina as novas áreas dessa atividade econômica como sendo as “cidades do agronegócio”. Dentre elas, situando-se numa escala menor, se comparados aos antigos padrões de localização das regiões geoeconômicas do país, encontramos a Microrregião dos Gerais de Balsas, situada na Mesorregião Sul Maranhense. Elias (2006a, 2006b) denomina essas regiões de “Pontos Luminosos no Nordeste”.

As áreas de Cerrado, nos últimos anos (final dos anos 1970 e início da década de 1980 do século passado), tornaram-se palco da introdução direta do capital tanto público quanto privado no que tange à modernização da agricultura e, consequentemente, na construção de novos territórios através da atividade agrícola. A Mesorregião Sul Maranhense e, de modo particular, a Microrregião dos Gerais de Balsas, onde se encontra o município de Balsas/MA, foi inserida nesse processo “modernizador” e, a partir da década de 1970, presencia a difusão do agronegócio, este vinculado à produção de grãos em larga escala.

É sabido que o agronegócio gera uma cadeia de atividades econômicas interligadas, partindo do cultivo (setor primário) relacionando-se desde a mecanização até os financiamentos pelos bancos e empresas multinacionais. É nesta cadeia que a agricultura balsense é inserida a partir dos anos 1980.

Mesmo que os anos de 1974 e 1975 (SANDRI; BAÚ, 2008) sejam o marco da chegada do sulista<sup>2</sup> na cidade, sua presença só passa a ser significativa após 1980, uma vez que é representativa a parcela de migrantes de todo o Centro-Sul que aí chega.

É importante ressaltar que o preço baixo da terra, aliado à fisiografia da região, são entendidos como fundamentais nesse processo, porém, eles não são os únicos elementos que fizeram o Sul do Estado do Maranhão, em especial Balsas, emergir como uma fronteira econômica. Não obstante, são os principais elementos que respondem pelas causas da migração de agricultores do Centro-Sul em direção a esta localidade. Assim, constatamos que a formação de um espaço supõe a acumulação de ações localizadas em diferentes momentos.

Assim, a busca pelo entendimento entre campo e cidade remonta de épocas anteriores e, cada vez mais, gera conflitos de ordem social, econômica e também política no que se refere à

---

<sup>2</sup> No transcorrer da dissertação adotaremos a expressão “sulista” para denominar todas as pessoas oriundas dos estados da região sul do país (Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina), tendo em vista que o termo é o mais aceitável na região.

sua real diferenciação. O que por muito tempo foi urbano, nos dias de hoje começa a ter uma nova configuração e cada vez mais vemos o rural adentrar no urbano, como se fosse um processo de ordem natural e, tão somente, uma caracterização do atual estágio do processo de desenvolvimento ao qual passa as sociedades modernas. Definir os limites, a partir de então, converteu-se em tarefa complexa.

Temos então uma definição clássica que perdurou por muito tempo, a de que a cidade se ocupava do trabalho industrial e comercial, enquanto que o campo dedicava-se às questões do trabalho agrícola.

Vislumbrando essa relação campo cidade em áreas de apropriação do agronegócio, como no caso específico de Balsas/MA, verificamos que o seu espaço urbano teve uma reconfiguração no que tange a sua arquitetura espacial.

No que diz respeito ao campo, o que verificamos é a substituição da tradicional forma de agricultar (roça de toco<sup>3</sup>) pela modernização e, introdução de máquinas, como as colheitadeiras de grãos em larga escala.

Ainda que todo esse contexto social e econômico esteja cada vez mais acrescido de mudanças, Balsas é um município que tem como referência sua forte relação com o campo, pois antes mesmo da chegada da soja, suas bases eram essencialmente a agricultura.

Verifica-se que há uma relação muito próxima do rural com o urbano no município de Balsas e, como resultado dessa aproximação entre ambos verificou-se uma verdadeira metamorfose dos espaços rurais e urbanos e, consequentemente, o crescimento da economia urbana da cidade.

Diante do que foi exposto, podemos constatar o surgimento de uma cidade com forte vinculação com as atividades agrícolas modernas. Vale ressaltar que essa nova realidade a que passou a região sul do estado do Maranhão e, particularmente o município de Balsas, deu-se no final da década de 1990 e início do século XXI, momento este em que presenciamos o atrelamento do cotidiano urbano às atividades agrícolas e agroindustriais e, ainda carentes de uma investigação científica capaz de explicar tal fenômeno, que anteriormente, se fazia presente em algumas áreas das regiões Centro-Oeste e Sudeste do país.

---

<sup>3</sup> Denominação utilizada para caracterizar o aspecto das áreas de plantio da região Nordeste do Brasil com plantios realizados em meio aos tocos de madeira sobre o solo, derrubados sem a utilização de maquinário e queimados pelo fogo para o preparo da terra para cultivo, cuja expansão remonta ao início da colonização, mas que já era praticado pelos índios antes do período colonial.

Ao ingressar na Universidade Estadual do Maranhão (Centro de Estudos Superiores de Imperatriz) no ano de 2000, inúmeras aspirações com relação à Geografia pairavam e, até esse momento não atinava ingressar no campo da Geografia Agrária. Tal motivo de tentar afastar-me desse campo de conhecimento da ciência geográfica se dava em função de ter minhas origens ligadas ao campo e, imaginava, por esse motivo, ser detentor de conhecimentos necessários para entender a lógica que se dava no campo brasileiro, em particular o espaço agrário maranhense. Os semestres foram passando e no 2º semestre de 2002 o Departamento de Geografia do CESI/UEMA ofereceu a disciplina de Geografia Agrária.

No decorrer das atividades ligadas à disciplina começaram a surgir algumas inquietações que, aula após aula, ia cada vez mais desconstruindo o ideário de saber que construí ao longo da vida à qual levava até então ingressar na Universidade. Tive então a oportunidade de fazer a seleção para monitoria que o curso ofereceria para aquele semestre letivo, obtendo sucesso na seleção. Não imaginava que os pré - conceitos construídos para com a Geografia Agrária seriam desmystificados com as experiências obtidas durante a vigência da bolsa de monitoria.

Dentre as atividades realizadas neste período, estavam as que contemplavam o levantamento de dados e informações referentes à realidade agrária na região do Bico do Papagaio, particularmente na região que abrange o estado do Tocantins no município de São Miguel do Tocantins, onde se localiza o Projeto de Assentamento Pontal (popularmente conhecido por Sete Barracas).

A partir da vivência adquirida no Projeto de Assentamento (P.A.) e, com as leituras necessárias para se entender essa realidade em que estavam inseridos esses atores sociais, começamos a (re)pensar o porquê de estar fugindo de algo que era inerente à minha história: a ligação com o campo.

Essa ligação com a Geografia Agrária formalizou-se efetivamente, com as atividades desenvolvidas durante o segundo semestre de 2002 e primeiro semestre de 2003 que fora o marco referencial da ligação que tenho com os estudos ligados ao campo.

Findado o período de monitoria, ficava então uma série de questionamentos e inquietações que teriam que ser desvendadas. Surge então a ideia de se estudar o papel dos agentes externos inseridos do P.A. e de que forma eles contribuem para o desenvolvimento

econômico de uma área que ainda tem boa parte de suas atividades econômicas ligadas ao setor primário da economia<sup>4</sup>.

Como de práxis, nem todas as respostas conseguimos dar à ciência e, nem a nós mesmos em nossas pesquisas e, novamente, pairaram mais inquietações, contudo nesse momento, trocaríamos o vocábulo inquietação por paixão a essa comunidade rural. Em outro momento da minha formação, investiguei de que forma o homem do campo trata o seu maior tesouro, que é a Terra, mediante a constante necessidade de se usar todos os recursos naturais com responsabilidade<sup>5</sup>, tarefa difícil de ser realizada nos dias de hoje.

Ainda discorrendo sobre a trajetória acadêmica, entro num momento em que estive Professor Substituto da Universidade Estadual do Maranhão (2007/2008). Das disciplinas ministradas, tivemos o prazer de trabalhar com Geografia Agrária por dois semestres consecutivos. Em uma das atividades de campo da disciplina, acabamos por conhecer outra realidade da agricultura maranhense, a agricultura empresarial, bem diferente da que estávamos acostumados a nos deparar no espaço maranhense, a agricultura voltada à manutenção da própria família.

Notamos, nesse contexto, a presença de uma agricultura heterogênea no espaço agrário maranhense, em que vislumbramos a presença da agricultura mecanizada e uso maior de insumos na região sul do estado, com destaque para as áreas do Cerrado, tendo uma importância significativa alguns municípios como Balsas, Riachão, Tasso Fragoso, São Raimundo das Mangabeiras, Fortaleza dos Nogueiras<sup>6</sup>, em detrimento a uma agricultura voltada aos pequenos empreendimentos, ou seja, um agricultura de base familiar presente, principalmente, nas demais regiões do Estado.

Portanto, o objetivo dessa dissertação é compreender as novas relações estabelecidas entre o campo e a cidade, em Balsas (MA), a partir da introdução do meio técnico científico

<sup>4</sup> TCC defendido junto ao Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão com o título “A política de Extensão Rural como via de desenvolvimento para o PA Sete Barracas”, sob a orientação da Profa. Me. Luciléa Ferreira Lopes.

<sup>5</sup> O Proambiente versus o PA Sete Barracas: a busca da sustentabilidade, sob a orientação do Prof. Me. Luiz Carlos Araújo dos Santos.

<sup>6</sup> Algumas pesquisas acadêmicas já foram desenvolvidas tendo como objeto de pesquisa a Região dos Gerais de Balsas, aqui destacando as desenvolvidas pelas professoras Maria da Glória Ferreira e Rosemary Gomes Rocha, ambas as professoras da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A primeira sob a orientação da Professora Dra. Júlia Adão Bernardes (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ) teve uma preocupação com a questão dos impactos socioambientais ocasionados pela implantação da monocultura da soja em áreas de cerrado. Já a segunda pesquisa centrava-se no processo de modernização da agricultura, ocorridas a partir dos anos de 1980 e, contou com a orientação do Professor Dr. Manoel Calaça (Universidade Federal de Goiás - UFG).

informacional, através da inserção do agronegócio globalizado enquanto agente formador das novas territorialidades produzidas pela territorialização do agronegócio nessa cidade.

Dessa forma, para chegarmos à contemplação dos objetivos propostos, dividimos o trabalho em quatro capítulos, além da introdução e das considerações finais.

Intitulado “*Nas trilhas da pesquisa: o caminho percorrido*”, no primeiro capítulo discorremos acerca da metodologia apresentada em todas as fases da pesquisa, até a organização dos resultados encontrados no campo, por meio das técnicas utilizadas pelo autor durante o desenvolvimento da pesquisa.

No segundo capítulo, denominado “*o urbano e o rural, o campo e a cidade: algumas reflexões a partir da ciéncia geográfica*” analisamos como se deu essa relação criada entre o campo e a cidade, partindo das primeiras manifestações na história dessa dicotomia, até chegarmos aos dias atuais, discutindo, principalmente como ocorre essa relação no espaço brasileiro.

No terceiro capítulo, intitulado “*a agricultura brasileira no pós 1970: a modernização em foco*” tivemos a preocupação em analisar/evidenciamos as transformações da agricultura brasileira, dando uma ênfase para a agricultura maranhense e os seus desdobramentos, momento este em que discutimos as novas dinâmicas territoriais engendradas na cidade de Balsas.

E, finalmente, no quarto capítulo “*da roça de toco à cidade do agronegócio: metamorfoses socioespaciais em Balsas pós 1980*” mostramos os resultados do trabalho de campo, aplicando em Balsas discussões sobre as cidades brasileiras quanto à sua classificação enquanto cidade do agronegócio.

## **1. NAS TRILHAS DA PESQUISA: o caminho percorrido**

### **1.1 Balsas no sul do Estado do Maranhão como temática de estudo**

No primeiro semestre de 2005 trabalhei como professor convidado do Programa de Qualificação de Docentes (PQD) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), na cidade de Balsas, com a disciplina Geografia da Indústria. Na ocasião, planejei uma atividade de campo em um condomínio rural<sup>7</sup> distante 20km da área urbana do município, denominado de grupo Seis Irmãos<sup>8</sup>. O diálogo realizado entre os estudantes com o proprietário de uma das fazendas, o senhor Antídio Sandri, principalmente no tocante ao papel desempenhado por ele enquanto migrante sulista e, agora agricultor local, foram ricas e, naquele momento, tive a certeza de que não deveriam ficar no campo do senso comum.

Finda o primeiro semestre de 2005 e, novamente retorno à Balsas como professor convidado do PQD, agora ministrando a disciplina Geografia Econômica. Pude no desenrolar da discussão da disciplina desenvolver, juntamente com a turma, uma análise comparativa das atividades industriais (tomando por base as atividades desenvolvidas no semestre anterior) com a dinâmica econômica do município, que tem vinculação com o ramo do agronegócio. E, a partir daí, minhas idas à cidade de Balsas repetiram se nos anos de 2006, 2007 e 2008, todas como professor do PQD.

Nesse contexto, o local a partir de agora passa a ser recriado pela apropriação das atividades agrícolas modernas, indo de frente às atividades econômicas anteriormente praticadas no município, que era uma agricultura de subsistência sem a vinculação da cidade aos grandes empreendimentos ligados diretamente a uma agricultura capitalista, ou melhor, ao agronegócio.

Outra agricultura se faz presente em Balsas, recriando relações sociais e, acarretando um verdadeiro (re) ordenamento espacial pela ruptura dos antigos padrões que ora se fazia presente na agricultura local.

Em relação a esse novo quadro da agricultura balsense, um produtor rural afirma

---

<sup>7</sup> Denominação dada à reunião de fazendas agrícolas numa mesma área.

<sup>8</sup> Vale ressaltar que esse condomínio agrícola pertence aos irmãos Sandri's. A família Sandri chegou em Balsas em meados da década de 1980.

[...] quando chegamos *no* rio Coco, ainda nos anos 80, era muito difícil *pra* se trabalhar, *a gente* tinha um pouco de dinheiro que trouxemos com a venda de nossas terras lá de Santo Ângelo, *mais* não tinha de quem comprar terras aqui, a terra que *a gente* necessitava pra trabalhar. (Entrevistado 1, natural de Santo Ângelo/RS, comerciante de insumos agrícolas).

Com base na fala do produtor, nota-se que a cidade seguia num sentido contramão com relação à agricultura modernizada que ora se instalava no Cerrado. Nesse contexto, a cidade passa a fazer parte das áreas recém incorporadas aos chamados circuitos produtivos globalizados de grandes empresas (SANTOS, 2008a), na sua maioria ligada ao agronegócio nas áreas do Cerrado e, na discussão aqui proposta, a cidade de Balsas na região sul do estado do Maranhão.

É essa cidade que passou a receber, em diferentes escalas, as inúmeras transformações socioespaciais e assume novos papéis no tocante à questão da agricultura, que ora se apresenta como sendo o objeto de estudo desta dissertação de mestrado.

Para Minayo (2008), a pesquisa é a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. E ainda reforça, afirmando que “é a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação” (MINAYO, 2008, p. 16).

Entendemos que ao produzir uma dissertação ou qualquer outro trabalho científico, nós pesquisadores, somos guiados por inúmeros motivos que, poderemos aqui destacar como sendo de ordem acadêmica e até pessoal. Salientamos que esses elementos motivadores acabam por nos impulsionar a conhecer o nosso objeto de estudo.

A escolha pelo tema a ser estudado durante uma pesquisa científica é um momento marcante e ao mesmo tempo determinante que irá condicioná-lo ao desenvolvimento da pesquisa na sua íntegra. Diante da imensidão de temas sugeridos pelo leque de possibilidades que a ciência geográfica nos permite olhar, ficamos em alguns momentos, na angústia que geralmente temos ao escolher um determinado foco de estudo em detrimento de outros mais interessantes ou não. Por mais que a maioria pense que a escolha do tema é o momento inicial para a construção de um trabalho científico, aqui tentaremos esclarecer quais foram os motivos que me levou a escolher a cidade de Balsas (região sul do Estado do Maranhão) como objeto de pesquisa do Mestrado.

Colocarei aqui, não seguindo uma ordem de importância, os porquês, ou melhor, ainda, critérios que nortearam a minha escolha em estudar a relação que se criou, a partir da década de

1980, entre o campo e a cidade, originando o que iremos detalhar durante o desenvolvimento da pesquisa, numa dinâmica que aqui denominaremos de cidade do agronegócio.

- a) Formação acadêmica voltada aos estudos do espaço rural (aqui evidenciando o espaço agrário maranhense);
- b) Relevância da cidade de Balsas no contexto das cidades do agronegócio globalizado;
- c) Contribuição à Geografia do Estado do Maranhão, em particular, aos estudos agrários, regionais e econômicos;
- d) O estudo inédito da relação que se criou no estado do Maranhão, entre o campo e a cidade, tendo como pano de fundo, as atividades agrícolas modernas. Modernização vista com mais ênfase na região sul do estado;
- e) E, como um anseio de ordem pessoal, em virtude de ter tido uma história de vida diretamente ligada ao meio rural.

## **1.2 O trabalho de campo: as experiências vividas**

Iniciamos esta discussão tomando emprestadas as palavras de Marafon (2009, p. 388), em que o mesmo afirma que “uma das funções mais importantes do trabalho de campo é transformar as palavras; os conceitos em experiências [...].”

Dessa forma, o trabalho de campo é como se fosse uma porta de entrada para o novo, sem, contudo, apresentar-nos essas novidades claramente (MYNAYO, 2008). A autora ainda reforça falando que

[...] o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador da realidade sobre a qual ele se *propõe a investigar* mas também estabelecer uma interação com os “atores” que conformam a realidade e, assim, constrói um conhecimento empírico importantíssimo para quem faz pesquisa social. (MYNAYO, 2008, p. 61, grifo nosso).

A pesquisa de campo se deu em quatro momentos, cada um previamente planejado e com roteiro de atividades a serem desenvolvidas.

Em nossa primeira ida ao campo, tivemos a oportunidade de manter contato com o ex-prefeito da cidade no início da década de 1980, data que consolida a chegada dos primeiros

migrantes à cidade. A importância do poder local municipal fica evidenciada na fala do ex-prefeito, quando o mesmo relata que

[...] quando eles aqui chegaram ainda na década de 80 nós abrimos todas as portas para eles. Os gaúchos vieram com o objetivo de trabalhar e nós tínhamos as terras e os benefícios que eles não tinham lá no sul. Teve gaúcho que comprou tanto hectare de terra que nem ele mesmo sabia o que fazer com tanta terra; era como se fosse uma troca de 1 hectare de lá do sul por 100 daqui. (Entrevistado 2, ex-prefeito da cidade de Balsas da década 1980).

O fenômeno migratório de sulistas em direção às novas áreas agrícolas no Nordeste brasileiro fez com que houvesse um processo inverso de valorização das áreas propícias à agricultura moderna, pois à medida que havia na região Sul do Brasil uma divisão excessiva dos minifúndios, nas novas áreas agrícolas, observava-se já, a partir do final da década de 1970, a formação de grandes conglomerados de terras agricultáveis em grande proporção de hectares (ha).

Percorrendo a cidade de Balsas, iniciamos os contatos com alguns moradores (num universo de dez moradores) que presenciaram *in loco* a entrada desses novos cidadãos, agora balsenses. Na fala de um desses entrevistados, constatamos que não houve um estranhamento entre ambas as culturas e a harmonia entre os mesmos se deu num primeiro contato.

Fui professora dos filhos dos primeiros sulistas que logo fixaram residência aqui na cidade. De início eles não trouxeram toda a família. Os homens vieram *na frente* e logo após, isso uns dois anos depois que já estavam aqui, logo começou a chegar a leva de mulheres sulistas com os filhos. (Entrevistada 3, professora aposentada).

Ainda sobre o contato dos sulistas com os maranhenses, um dos nossos entrevistados, assim relata sobre a chegada dos gaúchos:

De inicio nós balsenses ficamos meio que encabulados com aquele povo muito diferente do nosso povo; um povo branco que se misturava com nós daqui que somos maioria morena; *mas* com o passar dos anos isso se tornou normal aqui na cidade. E olha que teve até gaúcho que até chegou a casar com mulher daqui. (Entrevistado 4, barbeiro que corta cabelo há quase 30 anos no mesmo local).

O que fica demonstrado na fala do entrevistado é que nem mesmo os contrastes étnicos impediram que houvesse uma miscigenação entre os membros das duas regiões envolvidas nesse processo de expansão da fronteira agrícola sulista em direção ao Nordeste, aqui especificamente o estado do Maranhão. A cidade, ainda não perdeu sua identidade, embora com a influência de outras culturas, onde se nota a presença marcante da cultura gaúcha.

Na segunda ida ao campo, no mês de abril de 2010, organizamos as entrevistas e observações pautadas, na sua maioria, em órgãos, tais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR's) e Sindicato dos Produtores de Balsas (SINDIBALSAS), que estavam direta ou indiretamente ligadas à relação que se criou em meados da década de 1980 entre os maranhenses e gaúchos (aqui proponho a denominação “*Maraúcho*”), pois com o passar do tempo, as características físicas por si não mais diferenciam quem é maranhense e quem é gaúcho.

Com a denominação *Maraúcho*, encontramos Márcia Meurer Sandri (professora do curso de Letras da Universidade do Estado do Maranhão) que chegou juntamente com os pais pela busca de novos caminhos agora nas terras nordestinas. Em sua obra “*Balsas, palco de integração social: o encontro do sertanejo e do gaúcho*”, as autoras fazem um estudo amplo em que buscam compreender o desconhecimento quanto à cultura dos migrantes sulistas pela população local de Balsas, além de analisar a transformação da cultura balsense agora com a introdução em massa de valores tipicamente gaúchos. (SANDRI; BAÚ, 2008).

Como também sujeito dessa diáspora, conhecemos uma filha de gaúchos que, diferente da maioria das famílias “*maraúchas*”, acabou por ver o sonho de uma vida próspera nas terras do Nordeste indo ruína a baixo. Segundo relatou a entrevistada, seus pais iniciaram suas atividades agrícolas com a rizicultura, assim como quase todas as outras famílias de sulistas, contudo, na fala da entrevistada fica claro o fracasso que tiveram com relação à agricultura.

Lembro-me como se fosse hoje quando chegamos *em* Balsas. Meu pai cheio de sonhos com as terras adquiridas com a venda das que tínhamos lá no Rio Grande. De inicio, como todos os outros que vieram começou plantando arroz, isso já preparando o solo para o plantio da soja que veio posterior. Até ai tudo bem. Quando trocou o arroz pela soja *ai* os negócios *desandarem* e não tivemos o mesmo sucesso que outras famílias tiveram. (Entrevistada 5, bibliotecária).

Apesar de alguns insucessos, esses migrantes mantiveram o otimismo, sendo que as primeiras famílias que chegaram ao município de Balsas, mesmo com as dificuldades e o abismo cultural, continuaram confiantes e otimistas na esperança de algum dia o desenvolvimento transformasse essa região (MOTA, 2007).

Um dado interessante constatado durante a ida ao campo é quanto ao “estranhamento” cultural entre as partes envolvidas nesse processo de apropriação e (des)apropriação das áreas agrícolas e também quanto ao uso do solo urbano.

Este “estranhamento” não afetou apenas a população local, mas principalmente os sulistas foram os que mais sentiram dificuldades nos primeiros anos de estada na cidade, pois se tratava

de um encontro nada habitual para os moldes de processo migratório a que viviam os povos do sul do Brasil.

Esse fato pode ser evidenciado na fala de um dos nossos entrevistados.

Olha senhor nós gaúchos não temos aquela ideia fixa de que nasci aqui e tenho que morrer aqui. Gaúcho que é gaúcho não pensa assim. Temos o espírito de desbravador. Chegamos aqui nos anos 80, já vindos de outros lugares que não é o Rio Grande. Mais uma coisa a gente sempre leva pra onde for, nossa cultura. Lembro que era meninote e ficava lá na praça [Joca Rêgo] meus pais e meus irmãos e, como todo bom gaúcho sempre levava a cuia, a garrafa de água e a erva pra fazer chimarrão. Aquilo causa um a espanto no povo. (Entrevistado 6, natural de Santa Bárbara/RS, comerciante).

Esse sentimento de patriotismo é evidenciado, não só por um dos entrevistados, mas por todos os produtores rurais que entramos em contato. Essa característica de desbravador traz consigo um apego muito grande à terra, mesmo a maioria explicitando, a sua não mais vontade de retornar ao Rio Grande do Sul. O chimarrão, na fala do entrevistado 6, é o maior símbolo que um gaúcho pode demonstrar às pessoas que ele é, sim, um gaúcho.

A fala acima reforça o sentimento de patriotismo, da identidade “gaúcha” que não pode desmanchar além da fronteira sulista. Desse sentimento de patriotismo por parte dos gaúchos, surge um questionamento salutar aos nossos estudos, que é o reforço à identidade. Em outras palavras, como implantar uma identidade tão singular numa área de cultura tipicamente sertaneja? A resposta para essa questão é a implantação dos CTG's (Centro de Tradição Gaúcha). Para efeitos deste estudo, não daremos ênfase aos trabalhos desenvolvidos pelos CTG's na cidade de Balsas.

Podemos vislumbrar nas falas de dois de nossos entrevistados esse impacto cultural entre o gaúcho e o sertanejo. Para eles, o fato de hoje se considerar habituado aos costumes e tradições gaúchas, no inicio não fora tão fácil adequar-se a esses padrões comportamentais.

Hoje me considero uma gaúcha. Até já fui lá [se referindo à cidade natal do marido que é Bom Jesus]. Acho que já pertenço a esse povo lindo que só trouxe alegrias a nossa cidade. Fui criada nos costumes dos maranhenses, falando como o povo daqui, comendo o que o povo daqui gosta e indo para as festas que são típicas do nosso estado. Quando eles chegaram [se referindo aos sulistas] tivemos que nos adaptar aos que eles trouxeram e eles também tinham que se acostumar com a nossa vidinha que levávamos aqui. Foi numa dessas que conheci ele [o marido que é paranaense]. (Entrevistada 7, maranhense casada com paranaense, comerciante).

Esse estranhamento cultural entre ambas as partes se deu, não só no campo cultural e social. Também pudemos constatar, com base no discurso de um agricultor local, que houve um embate entre as populações envolvidas quando nos referimos aos modos de cultivar a terra.

Na realidade a ideia que eles viram quando chegaram aqui é que nós, no caso os maranhenses, não sabíamos produzir, e isso nós acabamos ouvindo de não todos, mas de alguns que o povo maranhense não sabe produzir, que a terra tava parada e chegaram, produziram mais e mais e *aí* com a produção em grande quantidade eles acabaram que se destacando na cidade. *Nós plantava* milho, arroz, feijão, mandioca, mas o que mais se cultivava era arroz. (Entrevistado 8, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Balsas).

O que podemos extrair da fala do entrevistado 8, com relação ao embate entre os novos agricultores balsenses, no tocante aos choques culturais, é que não somente a cultura (comidas, festas e tradições), no sentido mais amplo da palavra seria afetada, mas toda uma gama de novos olhares seria introduzida na agricultura local. A cidade assume nesse contexto, uma nova roupagem para com a agricultura.

Como em toda cidade considerada como *cidade do agronegócio*, a base da economia se dá por atividades ligadas à venda de insumos e, todo o *círculo superior da economia urbana* (SANTOS, 2008a) é visto por esse viés. Diante dessa explanação, registramos o nosso terceiro campo, que ocorreu no período da feira agropecuária do AGROBALSA (25 a 29 de maio do ano corrente).

Na feira, que acontece anualmente, como mostra a foto 1, todos os negócios visualizados têm como público alvo o grande produtor de grãos, na sua maioria ligados à produção de soja, e atividades co-relatas a atividade agrícola moderna.

Um fato visualizado na feira é a exclusão da população mais carente da cidade. Essa situação é constatada na seguinte fala de uma agricultora local

[...] saber que existe a AGROBALSAS todos *nós sabe*, mas não temos como ir ver porque é tudo longe, você não acha carro pra ir. E o pior é que fica muito longe, acho que uns 12 km fora da cidade na direção de Mangabeiras. Fui lá só uma vez quando o presidente Lula veio aqui, isso no ano de 2008. (Entrevistada 9- Lavradora de Balsas).

Foto 1- Agrobalsas/Balsas (MA): presença de stands para fins de comercialização de produtos ligados ao agronegócio



Autor: MOTA, F. L., 2010.

Finalizando o campo no mês de agosto de 2010, traçamos como meta a visita *in loco* às empresas agrícolas, momento este em que iríamos nos deparar com os produtores rurais, na sua totalidade oriundas da região sul do país, os gaúchos.<sup>9</sup> Em visitas anteriores, já tínhamos feito o levantamento do quantitativo de produtores cadastrados no sindicato que agrupa a categoria, isso no sentido de facilitar o desfecho do nosso trabalho de campo. Dados coletados junto ao Sindicato dos Produtores de Balsas (SINDIBALSAS) mostram que há um quantitativo de 158 produtores rurais cadastrados na associação, dos quais apenas 53 têm suas propriedades localizadas no município de Balsas. Os demais são produtores de outros municípios da região dos Gerais de Balsas e até de outros estados como Tocantins e Piauí. Com relação a esse número de

<sup>9</sup> Mesmo sabendo que a palavra “gaúcho” tem uma vinculação com o gentílico do Rio Grande do Sul, os habitantes locais acabam por denominar de “gaúcho” todos aqueles migrantes do sul e sudeste do país. Para PAULA ANDRADE (2008) os ditos gaúchos que se instalaram na região sul do estado do Maranhão, são aqueles procedentes de outros estados da federação, como Paraná, Santa Catarina, São Paulo e Minas Gerais.

53 produtores agrícola balsenses, esse quantitativo reduz para 39, pois temos na área territorial do município, os condomínios rurais, que são a união de mais de uma fazenda numa mesma área total de hectares, pertencente a uma mesma família.

No universo de 53 produtores de soja, resolvemos mediante planejamento prévio, fazer a totalidade deles. No entanto, somente 35, ou seja, 66% do total de produtores foram entrevistados. Essa redução no número de entrevistados se deu, principalmente por fatores de ordem no que se refere à logística, pois a sede das fazendas, na sua maioria localizada na região denominada de rio Coco, está distante cerca de 30km da sede da cidade e, algumas dessas fazendas não ficavam às margens da rodovia que corta a cidade, dificultando o acesso às mesmas.

Uma estratégia adotada para que pudéssemos ter o contato e, posteriormente entrevistarmos os produtores de soja, foi a nossa ida às chamadas “salas do agronegócio<sup>10</sup>”.

### **1.3 Procedimentos metodológicos**

O grande desafio encontrado nas pesquisas científicas se dá justamente no elo entre a teoria e a prática, dueto necessário para desvendarmos as pesquisas de cunho científico.

Na contribuição de Alves- Mazzotti; Gewandsznajder (2002, p. 159):

O detalhamento dos procedimentos metodológicos inclui a indicação e justificação do paradigma que orienta o estudo, as etapas de desenvolvimento da pesquisa, a descrição do contexto, o processo de seleção dos participantes, os procedimentos e o instrumental de coleta e análise dos dados.

Esquematizando as ideias de Alves -Mazzotti e Gewandsznajder (2002) demonstramos como se deu o andamento, desde a elaboração até a análise final dos dados da pesquisa, conforme fluxograma 1.

Ao adentrar na pesquisa que versa sobre a relação entre o campo e a cidade, como resultado do processo de modernização da agricultura e seus impactos sobre a sociedade local, no

---

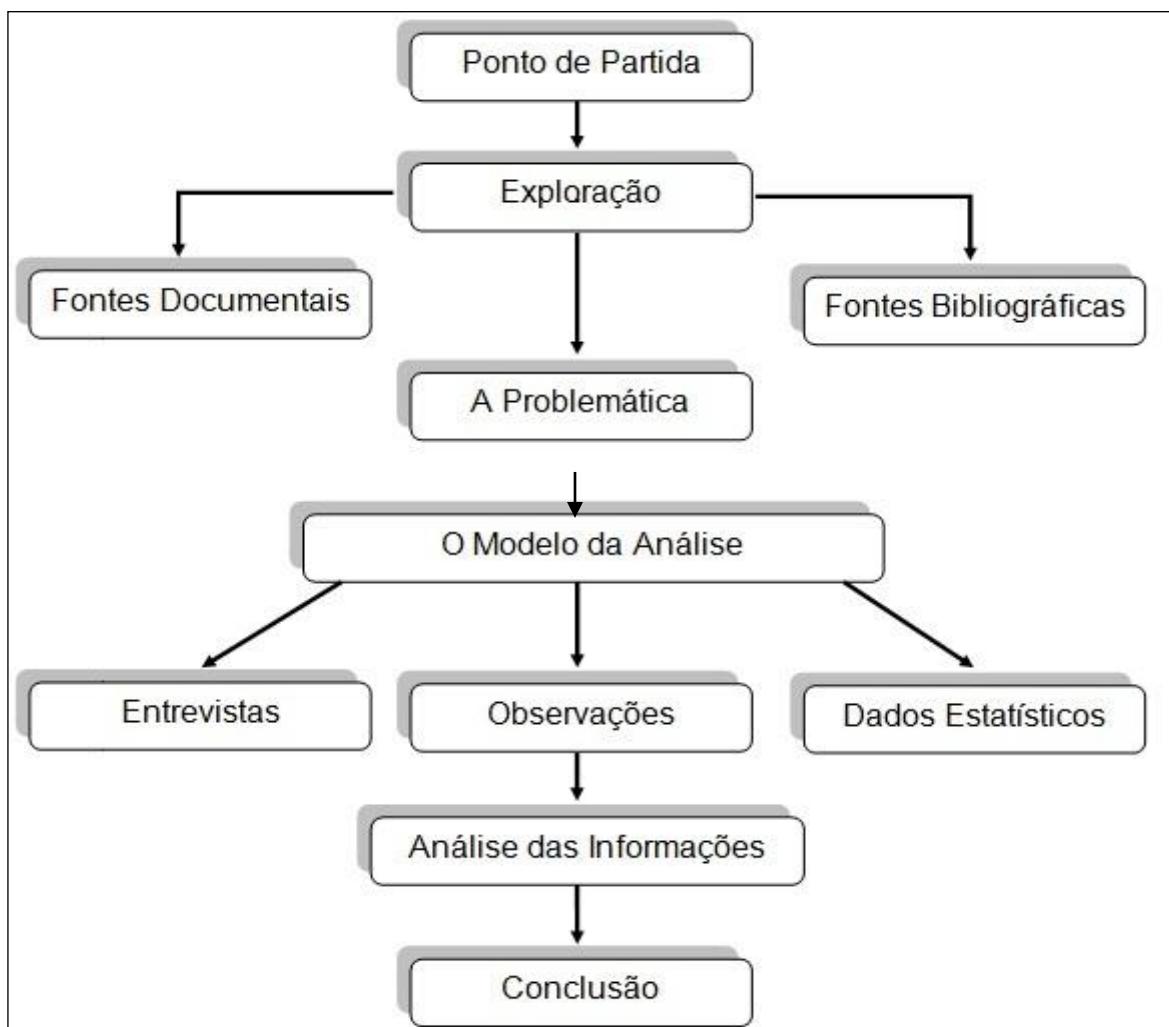
<sup>10</sup> Em Balsas, as “chamadas” salas do agronegócio estão instaladas nas agências do Banco do Brasil (BB) e Banco do Nordeste do Brasil (BNB), além de uma sala montada no Buritis Shopping e uma outra no Sindicato dos Produtores Rurais de Balsas (SINDIBALSAS). As reuniões entre os mesmos acontecem uma vez por semana, em local previamente planejado e agendado pelos produtores de soja.

caso, a cidade de Balsas, já tínhamos em mente alguns objetivos e, também alguns nortes a serem seguidos.

Com relação à pesquisa, Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 150) argumentam que o “interesse pelo tema, embora seja aspecto importante, não é suficiente para conduzir uma pesquisa”.

Autores como Minayo (2008), Severino (2007), Matos; Pessôa (2009), Chelotti (2009), Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002), Marafon (2009), Martins; Theóphilo (2007) Macedo (2006), Triviños (1987) e Libault (1971), acabam nos dando algumas contribuições quanto aos estudos qualitativos nas Ciências Sociais, aqui referendando a Antropologia e a Sociologia inicialmente, e nas Ciências Humanas, com um destaque também para a Geografia.

Fluxograma 1- Organização da pesquisa



Considerando a temática abordada, juntamente com os objetivos propostos anteriormente, priorizamos a pesquisa de cunho qualitativo, por entendermos que esta seria a que nos daria uma visão maior do quadro de aproximação entre os atores sociais investigados. A pesquisa aqui denominada de qualitativa nos dá embasamento para observarmos a realidade como um processo cíclico.

Aos escolhermos uma abordagem de pesquisa de cunho qualitativo, acabamos por adotar também algumas técnicas inerentes a esse fazer pesquisa científica. No decorrer da pesquisa, algumas técnicas acabam sendo escolhidas, outras descartadas. A seguir, transcrevemos as técnicas de pesquisas utilizadas durante o trabalho de campo.

### **1.3.1 A técnica da observação**

Na fase exploratória da pesquisa, aliada às leituras e às entrevistas, temos a observação, como sendo um elemento de grande valia para explicarmos os fenômenos sociais aos quais nos debruçamos a pesquisar. Para Severino (2007, p. 125) a observação se constitui como sendo “todo o procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É a etapa imprescindível em qualquer tipo ou modalidade de pesquisa”.

Na contribuição de Martins e Theóphillo (2007, p. 84) a “observação, ao mesmo tempo em que permite a coleta de dados de situações, envolve a percepção sensorial do observador, distinguindo-se, enquanto prática científica, da observação da rotina diária.”

Em uma de nossas observações diretas<sup>11</sup>, utilizamos para essa técnica o registro de imagem aérea. Nesse movimento um fato ficou evidenciado, ou seja, a concentração das casas destinadas à venda de insumos estarem localizadas no início do perímetro urbano da cidade (Imagen 1), confirmando o processo de ocupação que se deu na cidade: indo do Rio Coco ao sentido São Raimundo das Mangabeiras.

Com relação à temática aqui proposta, que é a ligação/separação que se deu entre o campo e a cidade nas áreas de agronegócio, em particular no município de Balsas e seus reflexos sobre o

---

<sup>11</sup>Vale registrar que o interesse em ter Balsas como objeto de estudo na Pós Graduação se deu através da observação direta, principalmente da dinâmica que se visualiza entre o campo (agora modernizado) e a cidade (receptora dessas mudanças estruturais para atender a essa agricultura moderna).

espaço, as observações ocorreram mais de forma direta. Isso pôde ser verificado nos espaços urbanos e rurais e, também nas áreas de confluência desses espaços.

Vale destacar outro fato observado na fase da observação direta. A concentração da população que através do êxodo rural, acaba que se deslocando e indo morar nas áreas periféricas da cidade e, em algumas das nossas observações e imersões ao campo, observamos uma verdadeira segregação espacial no que se refere à moradia da população balsense, com os sulistas, resultado das relações que se criaram a partir da introdução das atividades agrícolas ligadas ao agronegócio.

No que tange às observações diretas, um cuidado sempre norteou as nossas investigações, o de que ao observarmos um determinado aspecto da realidade, isso no campo ou na cidade, devemos trabalhar os dados e evidências com certa imparcialidade, evitando nesse sentido, introduzirmos juízo de valores e/ou interpretações quanto às evidências que comprovam sua existência num determinado espaço.

Na verdade, a intenção era somente, conforme aponta Matos e Pessôa (2009, p.284) “absorver o que está além da aparência, ou seja, buscar a essência.”

Imagen 1- Início do perímetro urbano de Balsas (MA) – 2011.



Fonte: Google Earth, 2011.  
Org.: MOTA, F. L., 2011

Ainda na fase da observação, em um determinado momento, já com alguns dados de observação direta coletados, iniciamos a fase da pesquisa, por meio das entrevistas. A escolha pela técnica da entrevista em detrimento a do questionário, por exemplo, se deu em função desta ter um caráter interativo, pois estamos pesquisando uma temática complexa, que dificilmente seria possível obtermos resultados tão concretos por meio de outras técnicas.

### **1.3.2 A técnica da entrevista**

Gil (1999, p. 11) “define a entrevista como a técnica que o investigador se apresenta frente ao investigado e lhe formulam perguntas, com o objetivo de obtenção dos dados que interessam à investigação”. É uma das técnicas mais utilizadas nas Ciências Sociais e, nos dias atuais visualizamos com frequência também nas ciências humanas.

Pautado em Minayo (2008), algumas considerações foram levadas em conta no transcorrer das entrevistas feitas durante o campo, isso no sentido de deixar o processo de interação entre entrevistador e entrevistados mais seguro para ambas as partes.

- a) *Apresentação*: a princípio a nossa preocupação era com o grau de confiabilidade do entrevistado para com o sujeito entrevistador. Estávamos amparados pela formalidade institucional e, em cada grupo de entrevistado deixamos uma *carta de apresentação*, enfocando os reais objetivos da pesquisa;
- b) *Menção do interesse da pesquisa*: além da formalidade escrita, foi presente durante todo o momento das entrevistas a verbalização do interesse do pesquisador para com o entrevistado, enfocando o porquê de está ali e o porquê de entrevistá-lo;
- c) *Garantia do anonimato e do sigilo*: um cuidado que sempre procuramos foi quanto ao sigilo das informações prestadas por parte de nossos entrevistados. Aqui não se trata de uma pesquisa em que os nomes precisam estar dispostos no transcorrer do trabalho. Por esse motivo optamos por não identificar os entrevistados.

A nosso ver, a entrevista é o momento do encontro entre as partes envolvidas na pesquisa. Vale ressaltar que dentre os vários tipos de entrevistas optamos pela entrevista semi estruturada ou não diretivas em que, na concepção de Severino (2007, p. 125), “o entrevistador mantém-se

em escuta atenta, registrando todas as informações e só intervindo discretamente para, eventualmente, estimular o depoente”.

Quanto aos atores sociais entrevistados<sup>12</sup> durante o campo, trabalhamos com as seguintes pessoas:

- a) Autoridades municipais: ex- prefeito, (Prefeito de Balsas no inicio da década de 1980), o atual Prefeito e o Secretário Municipal de Agricultura;
- b) Presidente de Sindicatos e Associações: Presidente do STR's; SINDIBALSAS
- c) 10 Moradores da área central da cidade (aqui priorizamos os moradores que presenciaram a chegada dos sulistas);
- d) 10 Moradores dos bairros periféricos que, na sua maioria, ainda têm uma vinculação muito forte com a agricultura familiar;
- e) E, num grupo mais amplo, 35 produtores de soja que têm suas plantações nas áreas do município de Balsas.

As entrevistas foram gravadas, com o consentimento dos entrevistados e, posteriormente, transcritas.

No grupo das autoridades, como planejado anteriormente, tivemos um cuidado em traçar um paralelo da visão de futuro do ex- prefeito municipal, isso na década de 1980 e, o papel do poder público municipal no que tange às atuais políticas públicas voltadas à agricultura local.

Na fala do ex-prefeito fica claro o papel do poder público municipal, naquela época, era abrir as fronteiras agrícolas para os novos desbravadores, era a lógica em que vivia o Cerrado.

Ao chegarem *em Balsas [se referindo aos migrantes sulistas]* tiveram muitas regalias, alguns receberam crédito muito facilitado do Banco do Brasil, sem apresentar fiador nem garantia ao banco e ainda tiveram um longo prazo para começarem a pagar. E nós da prefeitura também demos uma mãozinha a esse povo todo. Eu, por exemplo [*se referindo ao tempo em foi prefeito municipal*] abri as portas e literalmente as porteiras pra os gaúchos. Abri bairros para receber eles, aqui só citando uns dois.... [*uma pequena pausa para lembrar os nomes em virtude da idade já avançada*] lembrei! O São Felix e o Assusena Velha fui eu que emancipei quando fui prefeito. Também fiz algumas desapropriações de terras para vender aos gaúchos. Acho que esse povo todinho tá ai bem na vida graças aos esforços que nós fizemos para que eles permanecessem por aqui. Olha que não é qualquer administrador público que faz o que nós fizemos com esse povo. (Entrevistado 2, ex- prefeito Municipal de Balsas, grifo nosso).

---

<sup>12</sup> Vale ressaltar que no transcorrer dessa dissertação, os nomes e, consequentemente as funções que cada um dos nossos entrevistados exerceu ou está exercendo não aparecerão de forma explícita, uma vez que optamos por pelo anonimato dos nossos informantes.

Ainda discutindo sobre as políticas públicas oriundas do poder público municipal no sentido de promover a fixação desses novos agricultores nas áreas de Cerrado do estado do Maranhão, constatamos que passado quase 30 anos da chegada dos primeiros migrantes, a relação harmoniosa destes com as administrações que sucederam ainda permanece. Na fala do entrevistado 2, pudemos confirmar o papel do estado como um agente articulador das políticas agrícolas direcionadas à grande produção ainda continua.

[...] desde o 1<sup>a</sup> mandato [*aqui se referindo que está na segunda gestão de sua administração*] que existe essa parceria entre nós e eles, os produtores rurais. Começou com a CAMPO que é uma empresa de nível nacional, com esse trabalho voltado diretamente para um projeto voltado para Balsas, e em seguida houve essa transferência para FAPCEN aí ela deu continuidade. Ano passado também foi produzida bastante uma grande quantidade de semente certificada [*certificação, aqui se refere a uma semente com alto poder de melhoramento genético*], semente naturalizada mesmo balsense de diversas variedades, isso tudo foi baseado em nosso clima. Isso garante o sucesso muito grande da soja do nosso município até porque não compramos dos colegas de outro Estado, como o Piauí e Tocantins. (Entrevistado 10, político municipal, grifo nosso).

Outro fator a ser observado no tocante à chegada dos produtores de soja no município era a de que as áreas cultiváveis tinham uma forte vocação para a rizicultura, fato comprovado pela importância que o estado tinha para a produção de arroz, alcançando nas décadas anteriores à entrada da soja no Estado, uma posição de destaque na produção nacional. Cenário este que veio a se (des)configurar a partir da década de 1980. Fica claro na fala de um dos entrevistados que, de início, os novos desbravadores não se embrenharam no Cerrado para cultivar a soja, e sim o arroz. Essa veracidade é constatada no momento em que um dos nossos interlocutores relata que, a priori, os novos desbravadores tinham em mente dar continuidade aos que era produzido naquele momento, o arroz.

[...] quando os gaúchos chegaram aqui no final da década de 70, eles plantaram aqui foi arroz. Plantaram quatro anos seguidos arroz, aí deu uma febre de arroz aqui e, se perdeu tudo. Aí eles resolveram fazer experiência com a soja, já nos anos 80 foi que eles começaram com soja aqui no sul do Maranhão, mas eles não vieram diretamente os primeiros que chegaram, foi seu Philipsen que começou a primeira lavoura mecanizada de soja. (Entrevistado 8, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Balsas).

O que fica evidenciado com a fala do entrevistado é que, inicialmente não houve uma substituição das culturas agrícolas nem tampouco embates por áreas que posteriormente seriam cedidas para o agronegócio globalizado. Houve na verdade, uma parceria que até hoje existe entre os sindicatos de representação dos pequenos produtores (STR) e médios e grandes produtores de soja (SINDIBALSAS). Relato obtido junto aos representantes do STR e,

posteriormente confirmado pela representação dos produtores de grãos em larga escala (SINDIBALSAS) houve e até hoje há uma harmonia entre as duas categorias. Um exemplo desta “veracidade” explicitada por nossos interlocutores se faz presente na questão da Assistência Técnica aos pequenos agricultores familiares, quando estes afirmam que estão desassistidos pelas políticas públicas. Esse momento se faz presente nas inúmeras edições do “Dia de Campo” realizado pela FAPCEN com a parceria do SINDIBALSAS.

Essa ligação entre os pequenos e grandes produtores fica clara na fala de um pequeno produtor rural do bairro São Feliz. De acordo com o agricultor,

Não somos contra o desenvolvimento da agricultura, somos contra a maneira que o desenvolvimento chega com exclusão para a agricultura de subsistência familiar pelo governo. Com a chegada dos sulistas, dos produtores de soja temos hoje uma grande migração dos agricultores que moravam no campo na zona rural pra dentro da cidade e até para outros lugares. (Entrevistado 11, agricultor bairro São Feliz).

Na fala do agricultor fica explícito que ainda há pessoas que evidenciam, mesmo sem terem essa noção, o total abandono por parte das políticas públicas para com a agricultura familiar, em detrimento do agronegócio globalizado.

Apoiados na tese de Martins e Theóphillo (2007) ao utilizarmos a técnica da entrevista, nos apropriamos de algumas considerações que os autores mencionam como sendo de suma importância para o sucesso dessa técnica.

- a) Planejar a entrevista, delineando cuidadosamente o objetivo a ser alcançado;
- b) Quando possível, obter algum conhecimento prévio sobre o entrevistado;
- c) Atentar para os itens que o entrevistado deseja esclarecer, sem manifestar opiniões;
- d) Obter e manter a confiança do entrevistado;
- e) Ouvir mais do que falar;
- f) Evitar divagações;
- g) Registrar as informações, dados e evidências durante a entrevista;
- h) Com a concordância do entrevistado, usar gravador;
- i) Se necessário formular perguntas secundárias: Fale mais sobre isso.

Ao utilizarmos as considerações propostas por Martins e Theophillo (2007) a respeito da entrevista, acabamos por legitimá-la, enquanto postura teórico- metodológica, do entrevistador-

pesquisador, sempre em consonância à problemática da pesquisa, como a que iria nos levar a colher inúmeros significados no nosso objeto de estudo: “Observar não é apenas ver”.

### **1.3.3 A relação cidade campo no desenrolar da pesquisa: uma leitura das imagens fotográficas e da Sociologia da Imagem**

A utilização de registros fotográficos nos estudos qualitativos tem se tornado cada vez mais frequente pela ciência geográfica. A utilização desta ferramenta tem possibilitado aos estudos geográficos, um olhar mais descritivo do espaço enquanto categoria de análise da geografia e, apesar de suscitar inúmeras discussões no que tange à sua interpretação, tem se tornado cada vez mais usual nos fenômenos sociais.

Um fato importante no trabalho de campo foram os registros que ora fizemos nos espaços urbanos e rurais do município de Balsas. Os registros que dispomos fazem parte de um acervo de fotografias feitas nos de março a agosto de 2010.

Assim, podemos definir as imagens fotográficas como entidades espaciais, originadas por meio de um sistema científico e simbólico, assim como temos os mapas (FERRARA, 1999).

A intenção nesse momento é contrastar as imagens desses dois espaços, o urbano e o rural, até então entendidos como opostos, ou em alguns momentos o rural versus o rural e o urbano versus o urbano, para efeito de caracterização da separação entre esses dois espaços, ou entre os mesmos.

Aqui trabalharemos com o não-verbal (fotografias), com o sentido de demonstrar a mesma importância que o verbal (entrevistas), não que o primeiro deva substituir o segundo, mas que convivam de uma forma harmônica, criando assim signos e significados sociais na pesquisa qualitativa. Para Ferrara (1999) uma das características dos signos não verbais é que esse se insere nas páginas da pesquisa, transformando a imagem em linguagem.

Dessa forma, a imagem flagra a dinamicidade ambiental, social e econômica da área em estudo. Portanto, a leitura não-verbal obriga, em parte, o pesquisador a usar a lógica do verbal para operacionalizar o apreendido em forma do que chamaremos de simbologia do espaço vivido pelos atores sociais da pesquisa, que de um lado acaba que singularizando o lugar a partir das

suas subjetividades e percepções, (defendidas por Tuan, 1983) por parte dos sujeitos sociais da pesquisa.

A utilização de fotografias, assim como das entrevistas nos estudos de cunho qualitativo, acaba que se tornando uma ferramenta de suma importância para a ciência geográfica, assim como em outros ramos do conhecimento científico, desde que a sua aplicabilidade seja dotada de um caráter sistemático e que privilegie o papel da teoria.

O contraste entre os espaços ora em discussão aparece com mais clareza quando estamos nos referindo aos espaços comerciais, onde a supremacia dos grandes empreendimentos comerciais, em detrimento dos pequenos comércios<sup>13</sup>, está presente principalmente nos bairros mais afastados do centro. Exemplo dessa disparidade presenciamos, quando discutimos as relações do comércio e seu papel na formação de uma rede polarizadora (Foto 2), que tem sua história inicial na cidade de Balsas. Essa rede de supermercados teve sua origem na cidade de Balsas e é hoje a maior rede de supermercados do estado, com filiais nas cidades de Imperatriz, Açailândia, Santa Inês e na capital do estado, São Luís.

Foto 2- Rede de Supermercados Mateus (Balsas): a maior rede de supermercados do estado do Maranhão – 2010.



Autor: MOTA, F. L, 2010.

---

<sup>13</sup> Nas pequenas e médias cidades do Estado do Maranhão, denominam essas casas comerciais de bodegas ou ainda Quitandas.

Vislumbrando os registros dessas disparidades entre o rural versus rural e o urbano versus urbano, entendemos que elas, são (re) configurações espaciais e se tornam fundamentais para perceber os processos de mudança que atingem cada espaço.

Dessa forma, as imagens capturadas, sejam elas estáticas ou em movimento, a nosso ver, não são mera ilustração dessa pesquisa, caso contrário não acrescentaria nada à análise geográfica de determinados fenômenos sociais.

Martins (2008) transcreve que apesar de perturbar as certezas formais, a imagem se torna, cada vez mais, documento e instrumento dos fatos e fenômenos sociais, uma vez que revelou as insuficiências das palavras e mostrou sua imensa riqueza de informações. Para o autor, o simples ato de registrar a imagem, este não pode pensá-la em termos absolutos, pois, assim como o registro verbal, ela possui suas insuficiências e limitações. O texto verbal e o não-verbal são complementares, sendo cada um mais adequado a determinadas utilizações.

Nas várias imersões ao campo, as imagens em determinados momentos respondiam várias de nossas inquietações quanto ao nosso objeto de estudo, mostrando cada vez mais a relação íntima desses indivíduos com os espaços de apropriação dos mesmos no tocante ao papel das áreas urbanas e rurais.

Portanto, a análise das imagens, aliada a outros elementos de observação, devem ser constantemente usadas como técnica que auxiliará a percepção geográfica de um determinado local, constando as suas relações sociais, econômicas e culturais do lugar. Ainda podem ser utilizadas como ferramenta de discussões no âmbito de tantas outras ciências, assim como na Geografia. Por fim, a imagem, a nosso entender, se traduz no objeto e no pano de fundo para entendermos as inúmeras inter-relações e para interpretarmos as várias relações criadas por espaços ambíguos, aqui se colocando o campo e a cidade, que forma o centro de um grande processo interativo e de significação do tempo e do espaço.

Finalmente, o uso dessa técnica acaba sendo um instrumento de análise social. Ao capturarmos a imagem, temos registrado um espaço que, posteriormente, poderá ser visto, revisto e interpretado por várias lógicas. Dentre as lógicas que explicam essa disparidade entre os espaços rurais e urbanos presentes em Balsas, elencamos a modernização da agricultura como sendo em sua maioria, a responsável pelas transformações socioespaciais ocorridas no município, principalmente a partir da década de 1980.

#### **1.4 A análise dos resultados**

De posse de uma quantidade significativa de dados, característica típica das pesquisas qualitativas, é chegado o momento de organizá-los e usá-los para explicar as evidências do que observamos, catalogamos e concluímos sobre o nosso objeto de pesquisa.

Na concepção de Alves-Mazzotti e Gewandsznajder (2002, p. 170) a organização e sistematização dos dados da pesquisa é um processo

[...] complexo, não linear, que implica um trabalho de redução, organização e interpretação dos dados que se inicia já na fase exploratória e acompanha toda a investigação. À medida que os dados vão sendo coletados, o pesquisador vai procurando, *com base nos dados já disponíveis*, identificar temas e relações, construindo interpretações e gerando novas questões e/ou aperfeiçoando as anteriores, o que por sua vez, o leva a buscar novos dados, complementares ou mais específicos, que testem suas interpretações, num processo de “sintonia fina” que vai até a análise final. (Grifo nosso).

Chelotti (2009), ao discutir a pesquisa qualitativa nos estudos geográficos, descreve que, ao termos em mãos certa quantidade de dados da pesquisa, é chegada a etapa da atividade correlatória. Nessa mesma discussão, Libault (1971, p. 8) afirma que, ao “passar à análise definitiva, as variáveis devem ser ordenadas conforme uma sistemática: inicialmente, a coleta dos dados implica em uma certa ordem, geralmente geográfica.”

Partindo dessas premissas e, com base no material coletado durante toda a fase de pesquisa de campo (principalmente pela entrevista e observação direta realizada nos meses de fevereiro a agosto de 2010), é o momento de expressá-los na forma de informações que passarão a ser parte integrante em todos os capítulos de cunho teórico, além da exposição dos resultados finais da pesquisa.

Na verdade, esse processo de sistematização defendido por Chelloti (2009) só vem a possibilitar a redação final desse trabalho, expressados através de tabelas, gráficos e mapas, e que nos darão uma real visualização da realidade socioespacial da cidade de Balsas, hoje (2011) como sendo parte integrante de um novo Nordeste (HAESBAERT, 1996), ponto luminoso ou cidade do agronegócio no Cerrado (ELIAS, 2006a, 2006b), ou ainda, área de fronteira agrícola do capitalismo agrário, além de ser polarizadora de uma região produtiva no nordeste brasileiro, a região sul do Estado do Maranhão.

A agricultura associada à agroindústria acaba que ocasionando as múltiplas relações entre o campo e a cidade. De um lado, um espaço rural que agora agrupa também atividades urbanas e, de outro, um espaço urbano carregado de ruralidades. Essas situações díspares são visualizadas no Estado do Maranhão, mais especificamente nas áreas de penetração de uma agricultura globalizada, que no nosso caso se refere às áreas de Cerrado, localizadas na região Sul do Estado, mais especificamente, o município de Balsas, ideias estas que serão discutidas no próximo

## **2 O URBANO E O RURAL, O CAMPO E A CIDADE:** reflexões a partir da ciência geográfica

### **2.1 A relação campo cidade: antecedentes históricos para sua compreensão**

A discussão sobre o entendimento acerca da relação campo cidade está cronologicamente ligada à história das civilizações, e a cada período da história, essa relação acaba ganhando elementos que a caracterizam e a diferenciam de épocas anteriores e/ou posteriores.

Etimologicamente, campo e cidade sempre estiveram permeados de diferenciações. Corroborando as teses de Marx e Engels, Lefèvre (1999) nos remete à segunda metade do século XIX como sendo a gênese das diferenciações entre o campo e a cidade. Cabia à cidade o papel da centralidade, da supremacia em relação ao campo. Quanto ao campo, este detinha a função de dispersão das pessoas e da subordinação em relação à cidade. Essas atividades emergem e se concretizam como alternativa produtiva e como meio de manutenção das condições de vida na cidade e no campo. Para Sobarzo (2006, p. 55) a “diferença entre esses espaços se produz em função da divisão do trabalho, correspondendo à cidade as funções de administração e comando, mas a separação pode e deve ser superada em função do crescimento das forças produtivas e de novas relações de produção”.

Endlich (2006) aponta que o capitalismo num estágio mais avançado cria novos arranjos técnicos no espaço possibilitando a desconcentração das atividades econômicas (ligadas à produção), disponibilizando-nos cenários de desenvolvimento econômico em espaços não povoados significativamente, ou áreas não metropolitanas (ENDLICH, 2006). Este novo olhar sobre a dicotomia produtiva do campo e da cidade nos conduz a uma significativa indefinição teórica entre urbano e rural.

Na verdade, foram essas mudanças ocorridas na formação das sociedades que nos propicia, ainda que generalizadamente, distinguirmos urbano/cidade e rural/campo. Diante disso, as novas relações entre o campo e a cidade se dão não somente pela dependência que secularmente se propagou, mas agora pela lógica de que o campo cada vez mais absorve tecnologias e sistemas de produção, oriundos, principalmente da aplicação do conhecimento científico, estes advindos e desenvolvidos no plano do urbano, ou seja, na cidade.

No campo das discussões teóricas a respeito da relação/divisão de trabalho entre o campo e a cidade, Marx foi precursor e retomado por Henri Lefèvre em sua “revolução urbana”. Contudo, mesmo que a matriz teórica de Lefèvre seja Marx, suas análises ultrapassam o ponto de vista econômico, colocando em pauta a questão do espaço, a produção do espaço por intermédio do avanço do urbano, ideologicamente, sobre as sociedades agrárias. O tecido urbano é multifacetário, cultura, política e economia, enfim, um modo de vida nele está intrínseco. O que fica claro por fim, é que o urbano é processo histórico, social e espacial.

Destarte, as primeiras observações a qual contemplamos com relação ao campo e à cidade estão no campo das

transformações operadas no campo pelo desenvolvimento do mundo da mercadoria, acompanhada da decomposição da cidade na qual esse mesmo, através da industrialização, se aninhou e expandiu, levando-a à explosão/implosão, não mais pensando em cidade e campo, pois se tratava de um processo, mais amplo, rico, profundo e dialético [...] (LEFÈBVRE, 1999, p. 8-9).

Analisando e discutindo a relação fecundada entre o campo e a cidade, no desenrolar da própria evolução da história, Lefèvre (2001a,) afirma que conceitos como espaço e tempo deverão ser visto como formadores dessa relação. É uma relação espacial porque o processo se estende no espaço que ele modifica e, temporal, uma vez que se desenvolve no tempo. E ainda sustenta a idéia de que a industrialização estende suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes.

Nas sociedades agrárias, campo e cidade coexistem, cabendo ao campo o domínio sobre a cidade, embora esta o organize e seja seu centro administrativo; a dominação é apenas de ordem demográfica e econômica. Nas sociedades urbanas também presenciamos a coexistência do campo e da cidade, cabendo à cidade a supremacia sobre o campo, que passa para um plano secundário, demográfica e economicamente.

Para Lefèvre (1999), a sociedade urbana seria a que emergisse da industrialização, ou ainda, aquela que se formou por um processo que ao mesmo tempo domina e absorve a produção advinda da agricultura. E como seria então pensada essa sociedade que agora seria denominada de urbana?

Partiremos da concepção que ela surge pelo processo da explosão dos antigos padrões pela quais visualizávamos a sociedade, geralmente, apoiados nas tradicionais formas urbanas, como resultado das descontínuas transformações operacionalizadas. Ao usar a expressão “explosão urbana”, o autor, nos situa quanto às sucessivas formas que a cidade adquire

anteriormente à revolução urbana, ou revolução das sociedades urbanas<sup>14</sup>. E é essa a expressão que o próprio autor utiliza para caracterizar a substituição das atividades agrícolas até então vigentes, por uma produção que agora passaria estar regida pelas produções industriais, melhor dizendo, predomínio do setor produtivo industrial em detrimento ao agrícola (LEFÈBvre, 2001a).

A priori, a revolução urbana na concepção de Lefèbvre (1999, p. 16) seria assim caracterizada

[...] conjunto de transformações que a sociedade contemporânea atravessa para passar do período em que predominam as questões de crescimento e de industrialização (modelo, planificação, programação) ao período no qual a problemática urbana prevalecerá decisivamente, em que a busca das soluções e das modalidades próprias à sociedade urbana passará ao primeiro plano.

Retornando à retórica do tempo e do espaço para compreendermos os termos “sociedade urbana” e “revolução urbana”, Lefèbvre (1999) coloca na pauta de discussões que temos que traçar um eixo espaço temporal que segue uma escala de 0 a 100% de concretização, inicialmente sendo visto como local e, posteriormente global.

Analizando esse recorte temporo espacial, temos no marco “0”, onde teríamos um espaço notadamente desprovido de urbanização, ou seja, sem a presença de aspectos urbanos, enquanto que ao fim da linha teríamos uma sociedade carregada de traços de urbanização completa de seu espaço. Posteriormente, o autor adverte que denominará “sociedade urbana” a sociedade resultante da urbanização completa, hoje virtual, amanhã real. E toda a justificativa dessa hipótese será construída sobre a já mencionada tese da “industrialização da agricultura.”

Lefèbvre (1999, p.19-20) ratifica que “a troca e o comércio, indispensáveis a sobrevivência como à vida, suscitam a riqueza, o movimento” são presenças marcantes nesse espaço em transformação. A produção é centrada no campo, e recaem para a cidade (espaço não agrícola, mas detentor do poder político) retirar o excedente produzido nas áreas rurais as condições de reprodução da classe dominante.

Ao discutir sobre as cidades na Idade Média, Carlos (2005, p. 57-58) caracteriza as cidades como sendo “quase que absolutamente auto-suficientes”. As cidades

---

<sup>14</sup> Na obra a Revolução Urbana, o leitor irá se deparar num determinado momento pela expressão “urbano”, como sendo sinônimo de “sociedade urbana”. Expressão hoje que não condiz com a realidade de outrora.

começaram a se integrar na medida em que começaram a ganhar importância as feiras comerciais, embriões das futuras cidades comerciais. A quebra do isolamento é consequência do novo arranjo espacial das relações comerciais e de interdependência que ela fomenta, bem como o surgimento de uma nova divisão do trabalho. (CARLOS, 2005, p. 57/58).

Prosseguindo na discussão acerca da linha evolutiva proposta por Henri Lefèvre, temos a **Cidade Mercantil**. Esta surge com a expansão do comércio europeu (séculos XV e XVI) que acaba representando um dos aspectos básicos da transição do feudalismo para o capitalismo e no surgimento de uma nova classe, a classe burguesa. A partir desse momento, a noção de cidade estava pautada não mais na cidade política e sim na cidade mercantil graças ao constante processo de trocas que tinha como palco a cidade. Lefèvre (1999) afirma que a cidade agora é vista não mais como uma ilha urbana num mar camponês e o campo, consequentemente não mais uma mera área circundada pela cidade.

Presenciamos nesse estágio de evolução e caracterização das cidades, o que Lefèvre (1999) denominaria de inflexão do agrário para o urbano. Vale ressaltar que essa mudança das atividades do campo para a cidade se dá pelas atividades econômicas, ou seja, cabe ao campo produzir e à cidade realizar o regime das trocas. E como destaca Monte-Mór (2006, p. 8),

A sinergia da vida urbana na cidade mercantil, lugar central de inovação e provimento dos bens e serviços para produção no campo e também espaço privilegiado da vida em comunidade onde a divisão do trabalho se aprofunda através das especialidades e complementaridades que ali se desenvolvem.

E, por fim, a **Cidade Industrial**, que na concepção de Lefèvre (1999) está na ótica das transformações e mutações da cidade política e mercantil. A cidade deixa de ser observada pela lógica da concentração do poder, e agora assume o papel de receptáculo das trocas mercantis. “A cidade passa a não apenas controlar e comercializar a produção do campo, mas também transformá-la e a ela agregar valor em formas e quantidades jamais vistas anteriormente” (MONTE-MÓR, 2006, p.8).

Notadamente, como efeito dessas mutações concernentes às cidades na lógica de Lefèvre (1999), surge no seio das ideias *lefèvreiana*, o estudo das chamadas *zonas críticas* que, na lógica da evolução e visão do capitalismo, são expressas pela concentração urbana, o êxodo rural, subordinação completa do agrário ao urbano e a concentração da população acompanha a dos meios de produção.

Podemos afirmar, em certa medida, que a territorialidade urbana, ou para sermos mais precisos, a sociedade urbana rompe as fronteiras das cidades e se adentra para o campo. Neste caso, ao invés de modos de vida estanques, agrário e o urbano, temos um encontro fecundo entre representações de mundo.

Lefèvre (1999) argumenta, partindo de uma perspectiva teórica e filosófica, que o tecido urbano estende-se e desgasta a vida agrária. E isso significa o domínio da cidade e de suas estruturas sobre as áreas rurais circundantes. O campo, gradativamente, começa a atrofiar, enquanto que a cidade estende o seu tecido e se torna um modo de vida. É por este ângulo que são formulados os pressupostos teóricos da urbanização real e virtual do espaço rural.

Este é o ponto obscurecido na análise da obra de Lefèvre, sobretudo, porque concepções teóricas são têmpero-espacialmente determinadas à realidade francesa. As contribuições de Lefèvre (1999) são evidentes, o campo e a cidade deixam de ser explicados pelas diferenças e passam a ser compreendidos pelas suas relações. Relações contraditórias, mas que tem em seu bojo a explicação do que se quer como “sociedade urbana”.

E como destaca Blume (2004), historicamente, tem-se a separação em duas áreas, de um lado, a cidade com suas características fundamentais e do outro, rural “como uma realidade específica e oposta ao urbano”, do mesmo modo que deviam prevalecer as diferenças entre “comunidade e sociedade” (BLUME, 2004, p.18). Este método de análise via no campo e na cidade realidades distintas que deveriam ser separadas e isoladas para uma melhor compreensão.

Para entendermos a relação que se criou no desenrolar da própria história no tocante dessa dualidade campo cidade, o ideal é que façamos uma desfragmentação do dicotômico. Para Corrêa (1989, p. 21), “a relação campo cidade ao longo da história, tem sido estudada por historiadores, antropólogos, sociólogos, economistas e geógrafos, porém, cada área da ciência com o seu objetivo”. Reforçando essa tese Santos (2009e) sugere que, embasados nessa clássica dicotomia rural urbano, aqui colocando no centro dessa discussão o espaço brasileiro, que seja feita uma (re)adaptação desses termos anteriormente citados, por espaços agrícolas e espaços urbanos.

Na verdade, estas várias contribuições aos estudos da dicotomia campo cidade no âmbito da academia, acaba sendo norteada por aqueles que têm um foco direcionado a uma visão dos aspectos demográficos e econômicos e, propõe que se analise, de modo separado, a dinâmica social do espaço rural dos processos econômicos e produtivos da agricultura. Em outras palavras, ruralidade seria muito mais ampla e complexa do que a atividade econômica agrícola que é

praticada. A segunda perspectiva de análise da ruralidade focaliza mais acentuadamente aspectos sociológicos e etnográficos relacionados às formas de construção e redefinição das identidades sociais, da cultura, da sociabilidade e dos modos de vida.

A partir dessa concepção, os estudos das disparidades entre esses dois espaços deverão privilegiar as determinações que evidenciam a separação entre as mesmas, não se apoiando em possíveis interferências que um espaço possa sobrepor sobre o outro. Nesse sentido, ao reduzirmos os espaços em análise, em dois polos que se contrapõem naturalmente pelas evidências sociais, estaremos também reduzindo o conhecimento da realidade.

E como destaca Martins (2008, p. 40) “transformar o fazer geográfico construído no cotidiano por intermédio das vivências (urbanas e rurais)”, em diferenças fundamentais “é seguramente negligenciar que tanto o rural como o urbano condensa processos sociais interligados dialeticamente”. Nesse sentido, o que fica obscurecido é que os espaços são temporalmente produzidos, as relações socioespaciais se representam por intermédio do corpo cultural e histórico de cada sociedade, que dizer, em cada tempo-espelho há corpo de relações se desenrolando. Como destaca o autor (MARTINS, 2008, p. 40),

Isso revela a simplificação das experiências sociais e do acontecer geográfico da sociedade. O rural e o urbano representam uma prática social que transcende as atividades que se desenvolvem dentro de suas espacialidades e englobam outras dinâmicas da complexidade.

O olhar sobre a dicotomia campo/cidade em alguns momentos na história se manifestou sob a forma de conflitos, em outros, se articulam e se complementam. Mas a união dessas duas categorias de análise geográfica numa mesma forma e modo de produção socioespacial não tiveram as possibilidades reais de acontecerem (LEFÈBVRE, 2001a). Sobretudo, pelas lógicas de produção que são arraigadas no espaço, passamos de uma sociedade agrícola para uma sociedade industrial que é colocada em segundo plano por uma “sociedade urbana”.

Seja como for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o, não sem efeitos paradoxais observados anteriormente. A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de seus elementos tradicionais: artesanatos, pequenos que definham em proveito dos centros urbanos. (LEFÈBVRE, 2001b, p. 69).

Percebemos então que a separação entre o campo e cidade está ligada aos modos de apropriação e usos dos seus respectivos espaços. De acordo com Lefèvre (1999), a dicotomia

campo cidade é produzida pela divisão do trabalho: entre trabalho material e intelectual, cada um com suas especificidades. Nas cidades o trabalho é centrado em atividades políticas, militares e a produção de conhecimento. No rural a ideia de trabalho está associada à apropriação da força de trabalho humano e dos ciclos da natureza. Assim temos, de um lado, a cidade voltada ao intelectual, de outro, o campo, cujo elemento essencial de produção e transformação da natureza através do trabalho braçal.

Com a racionalização da produção industrial por meio da divisão do trabalho, sobretudo com a tecnificação da produção, as formas de apropriar a natureza transformaram-se e exigem uma quantidade inferior de força bruta, portanto, reduz os postos de trabalho e expulsa o homem do campo. Em contrapartida, as cidades em emergência recebem tal contingente populacional e tem um crescimento vertiginoso. Tanto no que se refere aos novos arranjos produtivos como de meios de acumulação de capital e, de reprodução de um modo de vida específico ligado ao trabalho assalariado e ao consumo.

Corroborando as ideias de Lefebvre, Willians (1998, p. 404) afirma que a relação entre o campo e a cidade se dá em sua quase plenitude ao “capitalismo enquanto modo de produção e este é um processo que se dá ao longo da história”, sendo ainda responsável pela (re) criação das forças produtivas.

Dessa forma, entende-se que as áreas rurais começaram a perder contingentes humanos, isso graças à migração da população do campo em direção às cidades. As cidades ultrapassam os seus limites e, acabam que englobando áreas até então tidas como rurais. Com isso, as descentralizações da produção que era eminentemente rural/agrícola se transformam em produção industrial/urbana, ou seja, a matriz produtiva da indústria agora se concentra no urbano e não mais no rural.

Para Willians (1989) podemos perceber que a relação campo cidade é uma construção social para justificar as rupturas da própria sociedade no tempo e no espaço, ou seja, ver a urbanização como processo de estruturação histórico-social da sociedade.

O espaço agora (re) construído pela ação do homem, no caso o geográfico e o urbano, em particular, passa a ter múltiplas essências, novos significados, gerados *a priori* pelo processo de globalização da sociedade e da economia, assumindo nesse contexto uma importância fundamental, já que a natureza se transforma, em seu todo, numa forma produtiva. Nesse sentido

as especializações inseridas ao espaço, sejam de ordens naturais ou culturais, significam uma (re) valorização do espaço.

E de acordo com Santos (2009e) esse processo acaba gerando mudanças que podem ser vistas no que aqui colocaríamos ainda em curso, do surgimento de um novo urbano e de um novo rural, principalmente a partir da década de 1980. A dicotomia é retomada, sobretudo, quando as condições ambientais são usadas para justificar as realidades socioespaciais. A perspectiva da urbanização do rural é estabelecida a partir das formulações de um *continuum* urbano rural. A rigor, as análises apresentadas procuram mostrar as características que se opõem espacialmente aos espaços urbanos e rurais, deixando para um segundo plano os processos relacionais que coloca homem e espaço numa troca material e simbólica.

É preciso considerar como sugere Monte-Mór (2006) que a relação campo cidade na contemporaneidade busca acentuar as questões ligadas aos adjetivos urbano/rural. Dois espaços que no acontecer histórico geográfico foram inseridos nos contextos socioculturais diversos. No entanto, a partir da leitura histórica dos processos que construíram essa relação é possível perceber os processos ambíguos que formaram e substantivaram os espaços, tornando-os contraditórios pelas lentes da atividade produtiva capitalista.

## **2.2 O debate contemporâneo sobre a relação campo cidade no Brasil**

A discussão entre o "rural" e o "urbano" recebe nos dias atuais, um direcionamento mais profundo no campo das ciências sociais e humanas e, esse novo direcionamento se dá no campo dos debates teórico-metodológicos que a temática necessita.

Considerando-se o contexto de mudanças em que a sociedade está imersa, Giddens (2001, p. 115) afirma que a sociedade recebe a partir desse momento uma nova dinâmica no sentido que

[...] na sociedade agrária, o trabalho, essencial mais nada prestigioso, era predominantemente físico, um trabalho manual, em geral ligado à produção agrícola. Na sociedade industrial avançada, tudo isso mudou. O trabalho físico, em qualquer forma pura, praticamente desapareceu.

Para Schneider e Blume (2004) a retomada das reflexões sobre a ruralidade, quer seja pelos cientistas sociais ou formuladores de políticas públicas, chama a atenção devido ao fato de

que até bem pouco tempo, notadamente o inicio da década de 1990, este debate era tido como superado por muitos estudiosos.

Nas últimas duas décadas observa-se uma transformação das relações campo cidade devido às influências crescentes do processo de globalização, principalmente no que se refere à economia. Presenciamos cada vez mais nos espaços rurais os efeitos globalizantes, ou seja, espaços rurais cada vez mais carregados de novos fenômenos, na sua maioria heterogêneos, diversificados e não exclusivamente agrícolas.

Para entender a relação campo cidade no Brasil, principalmente, nas linhas de análises desenvolvidas para o contexto da pesquisa, há que se ter presente as particularidades do processo de desenvolvimento teórico pautado nos países desenvolvidos. E, que, muitas vezes, tal debate não tem contextualização em nossa realidade socioespacial, tendo em evidência as características do desenvolvimento do próprio capitalismo que utiliza meios específicos de acordo com a realidade histórica-social. Além do papel ativo do Estado neste processo, incentivando com investimentos maciços em infraestrutura e créditos subsidiados para assegurar a reprodução e a mobilidade do capital pelas fronteiras espaciais.

Uma questão deverá ser analisada: agricultura e a indústria são os principais elementos dos debates teóricos da relação campo cidade no Brasil. Essa nova lógica se dá com a transferência da importância econômica, que antes estava situada no campo e, agora se desloca para a cidade. O que não se previa é que no interior deste processo, as desigualdades sociais, a luta pela terra ganha papel relevante no campo. Em outras palavras, por mais que se queira dizer que o Brasil, é urbano, o campo se revela nesta ligação histórica. Além disso, o processo de industrialização da agricultura coloca este campo em evidência, sobretudo, pela forma conservadora como foi realizada. Mas quais seriam os motivos dessa inversão entre o campo e cidade no tocante à questão da agricultura?

Poderíamos elencar como sendo um dos grandes, ou senão o principal motivo dessa desarticulação, a visão que se tinha da agricultura como sendo um elemento estanque ao desenvolvimento do setor industrial.

E mais ainda, via-se o campo com suas estruturas arcaicas e, na verdade, não se tinha a produção compatível com a demanda industrial. Desse modo, os preços dos produtos agrícolas tendiam a subir mais que os preços industriais, forçando a transferência de capital e rendimentos “da indústria para o setor rural”. Não obstante, estas características não permitiam a acumulação

de capital necessário ao “polo industrial” e impedia o investimento e “o aprofundamento da industrialização” como condição necessária ao desenvolvimento econômico do país (GONÇALVES NETO, 1997).

Na verdade, estaria se criando nesse momento histórico, um estreitamento entre as funções exercidas pelo campo e pela cidade, ou seja, nem tudo aquilo que antes se processava no campo, agora necessariamente teria que seguir essa regra, cabendo à cidade a mesma lógica de pensamento.

Diante do quadro de instabilidade a que passava o cenário nacional só se poderia chegar a um consenso se houvesse um rompimento das estruturas dos antigos padrões da agricultura, aqui se pontuando como sendo arcaicas para uma nova forma de ver a agricultura, agora pautada em investimentos técnicos e na aquisição de insumos. Dessa forma, o uso maciço de tecnologia, defensivos e adubos aumentaria a produção e a produtividade na agricultura incorporando o campo ao setor urbano-industrial.

Assim, o novo modelo da agricultura, baseada principalmente na introdução da técnica aliada aos insumos, cria aqui, se colocando em percentuais significativos, a transferência da população que vive no campo em direção aos centros urbanos. É preciso considerar também que a “industrialização da agricultura” entendida “como o modo industrial de produzir” se faz na lógica da “internacionalização da economia brasileira” e, portanto, no seio de um capitalismo global. Dessa forma, o *lócus* da concentração do capital e da força de trabalho é a cidade (OLIVEIRA, 2004).

Via de fato, é a modernização do campo e a expansão do capital industrial que realiza a aproximação entre esses espaços dispares, ou melhor, o *continuum* urbano rural (GRAZIANO DA SILVA, 1997). Essa nova lógica se processa a partir das relações entre dois polos que se inter-relacionam, fazendo com que o campo se torne uma continuidade do modo de vida e produção da cidade. A visualização do *continuum* urbano rural se mostra, na medida em que os seus atores sociais, mesmo sofrendo influência de um desses polos, acabam por manter valores e, principalmente práticas (agrícolas e culturais) ligadas ao modo de viver pretérito a atual configuração, nesse caso, percebendo-se “ruralidades no urbano” / “urbanidades no rural”.

Para Graziano da Silva (1997) o crescimento dos postos de trabalhos não ligados diretamente à agricultura no meio rural redefine as característica de produção e, sobretudo, as relações com o espaço urbano.

Poderíamos então afirmar, embasados na contribuição de Santos (2008c) que, graças à técnica e a ciência, o espaço torna-se conhecido e, aqui fazendo um parêntese à fala do autor não somente o espaço urbano, mas também o rural.

Ferreira (2002) discute que inúmeras transformações de ordem política, econômica e sociais são resultantes do processo de modernização da agricultura. Vale ressaltar que, de acordo com a autora, essa nova realidade acaba que permitindo à ciência geográfica explicar as novas formas de produção e reprodução do espaço geográfico. Ainda em Ferreira (2002) constatamos que as transformações resultantes do processo de modernização do campo modificaram significativamente as relações entre o campo e a cidade e, nesse contexto cabe à Geografia buscar entender o funcionamento do processo, suas consequências e distorções (FERREIRA, 2002).

De fato, o campo adquire mais tecnologia e mais ciência e redimensiona o modo de produção da agricultura e, isso implica em novas necessidades de produção e de consumo da população. E é este caráter de produção e de consumo que estabelece o contínuo urbano rural.

Sobre este contexto Spósito (2006) acentua que o reconhecimento de uma realidade contínua entre urbano rural não requer o desaparecimento efetivo das duas realidades e das dinâmicas socioespaciais. Ao contrário, isso revela uma realidade de transição em contato, onde as formas se confundem, tornando tênues os limites que perfazem esse dois espaços.

Alguns autores ainda podem ser colocados no sentido de discutir as ideias desse *continuum* urbano rural. Dentre eles, podemos citar as obras de Marques (2002), Alentejano (2003) e Abramovay (2000). Esses autores criaram novas perspectivas de fazer a leitura desses dois espaços, além de romperem com a ideia de “urbanização da sociedade”, anteriormente difundida.

Marques (2002) comprehende que a relação campo cidade (ideia de *continuum*) está diretamente ligada à ideia de (re) pensar nesses espaços distintos os conteúdos de ordem social. E ainda, defende o avanço do processo de urbanização sobre as áreas rurais mais próximas. Gradativamente campo e cidade estariam num processo evolutivo de aproximação.

O processo de urbanização é acompanhado pela industrialização e pelo uso dos insumos na agricultura. Processos que, com maior ou menor frequência, foram tomados como base para discutir a relação campo cidade. De fato, a urbanização se dá porque há uma maior mobilidade de pessoas vindas do campo em direção à cidade. Como resultado do processo de urbanização, a cidade cada vez mais se expande pelo campo integrando, aos poucos, as áreas rurais ao todo

urbanizado. Estes fatores confirmam a substituição de estruturas até então arcaicas, que levariam a uma maior aproximação desses espaços de contradição (MARQUES, 2002).

Em virtude dessas contradições, a discussão acerca do binômio campo e cidade no Brasil, passou por vastas transformações, redefinindo assim seus conteúdos e as suas formas. É, a partir dessas transformações socioespaciais que as definições de campo e de cidade no Brasil precisam ser (re) avaliadas para se verificar, assim, a sua aplicabilidade e, ao mesmo tempo dar conta dos novos contornos em que se (re)definem estes espaços, antes vistos como antagônicos e, agora como complementares.

Em Marques (2002) constatamos um alerta que não devemos ficar alheios, às transformações socioespaciais pela qual passa o rural brasileiro e, consequentemente afetando também o urbano, não estão pautadas apenas nas atividades agrícolas modernas (agronegócio) e sim num novo olhar para o campo que, ofereça um desenvolvimento social, indo de frente com a visão de mercado, que é o olhar econômico setorial. Dessa forma, a evolução da alternância de modos de produção do capital, acaba que provocando no campo uma transformação no seu modo de vida, principalmente nas formas de organização do trabalho e na produção.

Alentejano (2003) faz uma reflexão no sentido de desmistificar o desaparecimento do rural no Brasil, como sendo próprio de agrícola, natural e atrasado, e do urbano como sendo moderno, industrial e artificial. Tem-se a tese de que o rural não desapareceu nem desaparecerá, mas está tendo uma (re) significação. Ainda em Alentejano (2003, p.32) “não se trata da eliminação pura e simples do rural e sua transmutação em urbano, mas de um fenômeno mais complexo, onde um novo urbano e um novo rural surgem do choque entre ambos”. Nesse sentido, o autor procura tornar díspares ambos os espaços tendo como base de observação as territorialidades construídas tanto no urbano, quanto no rural. Ou seja, o território é a base para suas reflexões, seja para pensar o desenvolvimento local e regional, seja para repensar as novas relações estabelecidas entre campo e cidade.

Abramovay (2002) faz algumas ponderações sobre esses espaços dicotômicos, por um lado propõe que o rural seja visto em sua dimensão espacial e não setorial (visão ligada diretamente às atividades agrícolas). Por outro lado a cidade se define com relação às suas funções e sua capacidade variável de imprimir dinamismo à vida econômica de uma região.

O discurso agora recai na dimensão territorial das ruralidades. Por isso, o autor não consegue definir com precisão o que denomina de cidades rurais, posto que para isso, necessitaria

de uma análise territorial mais consolidada. Nesse contexto cabe à Geografia, enquanto ciência, compreender a dimensão territorial e espacial do campo e da cidade.

Nessa direção, a relação campo cidade é caracterizada pelos conteúdos específicos das transformações recebidas pelas novas forças produtivas inseridas em ambos os espaços. No campo, as forças capitalistas avançam reproduzindo novas relações de trabalho como o assalariado, mas como descontinuidade desse fluxo, as relações camponesas não desaparecem e, muitas das vezes são (re) criadas (CARLOS, 2004). Por outro lado, o movimento da urbanização não transforma o campo em cidade, apenas muda o conteúdo dessa relação. Este movimento insere tanto o rural quanto o urbano na lógica da propriedade privada que reorganiza os espaços produtivos e as práticas socioespaciais.

Reitera-se, ainda que, “a distinção entre ambientes rurais e urbanos, repousa, antes de tudo, no grau de artificialização dos ecossistemas” (VEIGA, 2004, p. 7). Essa questão pode ser evidenciada pela “pressão antrópica sobre a natureza”, ou, pelo grau de artificialização da natureza que se apresenta “praticamente inalterada, parcialmente alterada, artificializada”. No urbano a natureza é artificializada, os recursos naturais totalmente substituídos por elementos técnicos. No rural a natureza é menos artificializada ou parcialmente alterada, ou seja, “são áreas com vegetação primária e com baixíssima densidade populacional”. (VEIGA, 2004, p. 12).

Cumpre ressaltar que na perspectiva de Veiga (2002) as relações dos sujeitos modificam os “habitats” e essas transformações podem ser consideradas como elemento de identificação na relação campo cidade. Para o autor, as “sociabilidades” são elementos artificiais que são forjados para interação e para “metas e intenções” com outros sujeitos e ambientes.

Nesse sentido, as inter-relações que conjugam e criam as mudanças nos ambientes que representam o cotidiano no acontecer geográfico parecem perder o sentido. Para Martins (1981), a perspectiva do rural como símbolo de natural tem por objetivo justificar a preponderância dos elementos que compõem o ciclo da natureza na relação campo cidade. O autor acrescenta que a natureza nesse sentido, não aparece sociabilizada e mediatizada pelo conjunto que representa as práticas sociais. Isso se deve ao fato da natureza representar um “artifício” e uma solução para a representação dos aspectos dicotômicos e determinismo ecológico.

Sobre as ideias de natureza artificializada e naturalizada, Carlos (2003) apresenta argumentos importantes para análise geográfica da relação campo cidade. De acordo com a autora, não podemos ignorar a expressão do trabalho na materialização das formas e as relações

sociais que dão substâncias as práticas socioespaciais. As ações produzem os objetos, isto é, “a sociedade não artificializa a natureza ela produz ‘o mundo’ a sua imagem e semelhança”. (CARLOS, 2004, p.10).

Outra visão que vem a contrapor as ideias de Veiga (1999, 2002) é o meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 2008e; ELIAS, 2006a, 2006b), onde os espaços são representados cada vez mais pela ciência e pela técnica, tendo como mediador dessas relações à divisão internacional do trabalho e a efetividade técnica. Por essa perspectiva, o campo e a cidade ganham novos arranjos técnicos, novas teias que integram o loca/global e o natural/artificial. Os espaços são mecanizados e tecnificados e os componentes desse processo coexistem e sobrepõem as relações impostas pela natureza.

Na leitura de Alentejano (2003) percebemos que a complexidade que envolve a relação campo cidade deve ser percebida além do campo teórico. O rural enquanto organização no espaço apresenta-se pautado em formas e organizações sociais, criando assim complexidades de interpretação, sobretudo, nas inter-relações com o urbano. Apesar dos avanços dos meios de comunicação integrar parcialmente os ambientes rurais a mesma coexistência informacional das cidades, essas características não devem ser compreendidas como o fim ou a integração social, econômica, cultural do espaço rural ao urbano.

O percurso teórico apresentado por Alentejano (2003) para definir a relação campo cidade se vê na percepção das relações sociais com a terra. Para o autor, as dinâmicas urbanas dependem relativamente menos da terra que as dinâmicas do espaço rural. Esse fator é elementar, pois a vida econômica, social e espacial do rural está inteiramente ligada aos usos da terra.

Para interpretar a proposição de Alentejano (2003), é necessário o conceito de “*habitus*”, desenvolvida por Bourdieu e reinterpretada por Bagli (2006). De acordo com a autora, “os hábitos são os reflexos das relações estabelecidas no cotidiano” (BAGLI, 2006, p.93). Parafraseando Bourdieu, a autora discute que os *habitus* são orientações culturais forjadas para dar conteúdo às dinâmicas sociais e são mantidos por uma gama variada de sujeitos. E, no caso da relação campo cidade os *habitus* se concretizam nas relações de produção com a terra (BAGLI, 2006).

No rural, o lidar e a apropriação do homem para com a terra é quem concretiza as relações sociais e atrelando o homem numa dependência cíclica com a própria condição de produção e, sobretudo, nas relações de trabalho com os ambientes. A terra no rural é terra para produção

material, simbólica e socioespacial dos sujeitos que com ela se envolve. Na cidade, ao contrário, a terra representa apenas a superfície de apoio para as relações de produção e troca de capitais, ou seja, a terra tem função de produção de mais dinheiro e perde a sua função social a de produzir bens materiais necessários a vida humana.

É importante ressaltar a relevância da abordagem proposta por Alentejano (2003) onde revela a terra como mediadora das espacialidades e vivências rurais. Entretanto, este caráter existe tanto no rural como nas cidades. Isso porque há vivências urbanas ligadas a hábitos rurais.

Dessa forma, devemos perceber o rural e o urbano por meio do nível de emergência, onde todos os elementos que constituem o espaço geográfico se articulam por meio de contatos sinergéticos, mas que só existem a partir da simbiose das características particulares de cada espaço em relação. Nesse sentido, é preciso compreender o espaço como *corpus uno* constituído de múltiplas faces, interdependentes, construindo as relações de um acontecer geográfico (LEFÈBVRE, 2001b).

Para que essas relações venham a se concretizar é preciso que haja o encontro. Isto é, para que o campo e a cidade se constituam como realidades geográficas no espaço é preciso que existam trocas simbólicas e materiais entre pessoas e lugares, “formas e conteúdos”. As interações de subespaços, de experiência e desejos num acontecer solidário que cria um “todo” dotado de características híbridas ou de novas ruralidades e urbanidades.

### **2.3 O campo e a cidade, o rural e o urbano sob o olhar da geografia**

Antes de precisar o caráter “misto” que o campo e a cidade estão calcados, vamos definir o espaço geográfico como categoria de análise para compreender estes (re) arranjos sociais, econômicos e políticos.

Assim, é importante evidenciar a clássica distinção entre essas categorias auxiliares de análise da ciência geográfica. Cabe às subcategorias campo e cidade a ligação com as formas materializadas pelo homem. Quanto a urbano e rural evidenciamos a ligação com as representações e práticas sociais do homem enquanto (re) modelador do espaço.

O espaço tem um papel privilegiado à medida que ele cristaliza o pretérito e o presente. É o lugar de encontro que deve ser percebido pela acumulação de formas e dos conteúdos que resumem as relações sociais (SANTOS 2008b). O espaço ganha a conotação de escrita à medida

que percebemos o acontecer humano por meio das ações na natureza e com outros sujeitos. Nesse sentido, as formas espaciais são construídas deixando os conteúdos íntimos de cada sujeito circunscritos com as experiências socioespaciais (LEFÈBVRE, 2001a). As formas são dotadas de substâncias quando entrelaçadas com outras dinâmicas econômicas, culturais e sociais.

Quando as características dos espaços mudam, “o conjunto de suas funções muda em quantidade e qualidade” (SANTOS, 2004, p. 116). Nesse sentido, o espaço é a síntese da própria sociedade. É a materialização das ações e sua “natureza” é formada “pelo resultado material acumulado [...] através do tempo” (SANTOS, 2004, p. 69). No entanto, é a própria sociedade que impõe movimento ao espaço por meio das ações atuais, isso modifica a natureza dos objetos geográficos e o conteúdo das relações sociais.

A “*práxis*” cotidiana reconstrói o vivido e dá densidade e substância. Isso equivale retomar o pensamento dos espaços urbano/rural como criação e materialização das experiências. “O espaço é criação. Quem cria espaço, cria e o preenche”. (LEFÈBVRE, 1999, p.146). Que criação é essa? Preenche de que? E quando? O espaço é a tradução pretérita e imediata das relações humanas no fazer geográfico/histórico. Ele representa o pensado, o imaginado, construído e mediatisados pelas relações com a natureza, de classe e trabalho, materializado em “formas e conteúdos híbridos”.

Nas construções espaciais, nas grafias socioespaciais, existem determinados modos de produzir, consumir e pensar os espaços de vivência. A hibridez do espaço, isto é, a junção de formas e conteúdos diferenciados no mesmo espaço “(re) apresenta um processo de produção dos espaços, feitos territórios, de um movimento vir-a-ser e de perpétua transgressão”(RUA, 2006, p.89).

As inter-relações natureza/sujeito em espaço/tempo produzem formas e conteúdos diferenciados. Essas impressões no espaço se articulam de diferentes modos, com trocas simbólicas e materiais, procurando a adaptação das estruturas pré-existentes. Na perspectiva de Lefèvre (2001a) as formas e os conteúdos não têm existência própria se não articuladas com os ambientes e aos modos de produção. Isso, todavia, deve-se a cada “forma” ter duas existências, uma histórica e outra instantânea, ambas construídas dialeticamente onde as substâncias são reconstruídas e adaptadas através da referência ao novo tempo de vivência.

Nesse sentido, seria o campo e a cidade formas e conteúdos díspares e isoladas? Ou, formas e conteúdos que se fazem pelas relações socioespaciais e pelas trocas materiais e

simbólicas? Ou, de outra maneira, a cidade e o campo são formas espaciais com conteúdo “mistos” ou “híbridos”?

Apenas, o espaço é um misto, um híbrido, formado como já dissemos, da união indissociável de sistemas de objetos e sistema de ações. Os sistemas de objetos, o espaço de materialidades, formam configurações territoriais, aonde a ação dos sujeitos racional ou não, vem instalar-se, para criar um espaço. (SANTOS, 2004, p.199).

Os encontros de “formas/conteúdos” (LEFÈBVRE (2001a) e “ações/objetos” (SANTOS, 2004) são as peças fundamentais para a formação sociocultural que representam o acontecer geográfico da relação campo cidade. O campo e a cidade são espaços em encontro e com relações dialéticas. Esse encontro cristaliza momentos diferentes que começam a coexistir e dar características outras aos tempos, lugares e as vivências. Nesse sentido, o rural urbano é formado pelo encontro de diferentes estágios de produção e interação com a natureza e as texturas desse encontro ficam grafadas. No presente, criam os espaços “híbridos”.

Consequentemente, a hibridez do espaço, fica evidenciada a partir do momento em que seus atores sociais (aqui colocamos como sendo os residentes no campo) passam a manter relações de estreitamento não apenas com os espaços urbanos mais próximos, mas também com aqueles mais distantes. Na verdade, essa relação de aproximação e, ao mesmo tempo de distanciamento entre esses espaços urbanos e rurais, só nos levam a reiterar a mobilidade do espaço, causado principalmente pela fluidez do capital.

Nesse sentido, à medida que os espaços urbanos ganham estilos de vida global, ou seja, entram no processo de urbanização (SANTOS, 2008e), consequentemente, os costumes tidos como rurais presentes na cidade, entram em extinção. Ao questionar tais processos, Canclini (1998) explica que

[...] muitas mudanças de pensamento e gostos de vida urbana coincidam com as do meio rural, se não por que as integrações comerciais deste com as cidades e a recepção da eletrônica nas casas rurais os conecta diretamente com as inovações modernas?(CANCLINI, 1998, p.286).

As indagações de Canclini (1998) acentuam os aspectos da transformação da sociedade em formação, tendo como traços as particularidades urbanas. Tendo em vista este contexto, a “sociedade rural” ou o “mundo rural” não foi sobreposto pelas práticas urbanas, mas existem

fatores especiais na cultura e nas mudanças vividas tanto nos espaços urbanos quanto no meio rural que permitem as existências múltiplas.

É, então, neste contexto de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que tentaremos analisar as transformações socioespaciais das cidades tida como sendo do agronegócio, na sua maioria, presentes nas áreas do Cerrado, como fundamento da difusão de uma agricultura globalizada, aqui tida como a grande responsável pela (re)conceituação de seus novos conteúdos e novas formas.

O rural e o urbano viveram (e vivem) nas últimas décadas do século XX e inicio do século XXI mudanças no que se refere à novos objetos geográficos de caráter global. Isso revela o drama de mudanças socioculturais que perpassa todas as relações sociais. Por isso, “passamos de uma sociedade dispersa em milhares de comunidades rurais com culturas tradicionais” para uma sociedade “majoritariamente urbana”, pelo menos em termos numéricos, “que se dispõe de uma oferta simbólica heterogênea” (CANCLINI, 1998, p.285) que entrecruza identidades, territorialidades e modos de vida (HAESBAERT, 2006).

Esse entrecruzamento é fortemente evidenciado com as migrações. A migração não é de homens, mas de territorialidades que são introjetadas e reproduzidas em outros espaços. Desse modo, os lugares e os espaços são interconectados a uma escala mais ampla de fluxos. No plano de vivência comum desenvolve os fatos concretos e mensuráveis no qual um espaço interage com outro sem perder a sua especificidade. Em um plano superior as ações reafirmam as identidades perante as mudanças (RUA, 2006). Não obstante, os espaços são recriados para oferecer suporte a essa reconstrução identitária e ganham forma de um “misto” de um “híbrido”.

Um rural que interage com o urbano, sem deixar de ser rural; transformado, não extinto. A hibridez perante evidência a “criação local”, a capacidade dos atores locais de influenciados pelo externo, de escala ampla, desenvolveram leituras particulares dessa influência e produzirem territorialidade particulares. (RUA, 2006, p.101).

Por conseguinte, defendemos a tese de Rua (2006) no que se refere às urbanidades presentes no rural, quando o autor ressalta a necessidade de se enxergar para a manutenção do rural. Para o autor, isso é possível quando

Propomos a ideia de “urbanidades no rural” compreendendo que as especificidades do rural devem ser preservadas, inclusive como base para ações políticas necessárias – uma reforma agrária diversificada, capaz de contemplar a imensa diversidade de situações oriundas da hibridez que marca as áreas rurais de hoje – e que essa ideia pode auxiliar

na análise das múltiplas territorialidades criadas por esse caráter híbrido que o espaço adquire. (RUA, 2006, p. 100).

Espaços reconstruídos mediante as práticas socioespaciais que dão indefinição aos contornos tanto do espaço rural quanto do espaço urbano. Ao pesquisar o desenvolvimento da agricultura urbana na cidade de Uberlândia, Resende (2003) encontrou um dilema ao buscar interpretação para rural-urbano, “às vezes vemos misturas que não permitem dizer o que é rural e o que é urbano, como por exemplo, quando constatamos unidades de produção cravadas na cidade” (RESENDE, 2003, p.16). A migração define na cidade novos padrões espaciais e são habitadas por sujeitos oriundos do espaço rural que buscam reproduzir seus hábitos e vivências.

Nesse sentido, Carneiro (1998) acredita que estamos diante da construção de múltiplas identidades em que um determinado grupo social ancora um conjunto de símbolos materializados sobre o espaço. E que a diversidade pode atuar no sentido de sedimentação, permitindo as possibilidades de outras vias de análises que ultrapasse a barreira de urbanização real e virtual do espaço rural ou das polarizações. Essa autora acredita na redefinição da cidade e do campo por meio dos sujeitos sociais e suas interações. São os homens que dão significados práticos aos espaços.

As populações que habitam tanto o rural como o urbano têm cada vez mais a diversidade como realidade possível. Isso inclui as persistências e reconstruções de novas “ruralidades e urbanidades” entremeadas nos ciclos de vivências. Espaços, lugares e desejos “mistos”, “híbridos”. Ruralidades e urbanidades, cidade e campo entrecruzando nas formas de produção material e simbólica. Conceitos e definição sendo reconstruídos. Na totalidade, um registro das mudanças econômicas e culturais vivenciadas pela sociedade nas últimas décadas do século XX e início do século XXI.

O desafio é amplo e permanente em perceber quais os fatos ou elementos estão inseridos no (re) surgimento do rural como um espaço de reprodução social e cultural. O desafio é múltiplo, quando procuramos percebê-lo em relação ao espaço urbano. No entanto, a plenitude dos cenários que aparecem como objetos geográficos construídos em conexão com os dois lugares, envolvem as dimensões simbólicas e matérias dos eventos e ações no/e com o espaço. É por meio das particularidades dos modos de vida e trabalho que se revelam como a relação campo cidade ganha novos horizontes práticos teóricos.

A partir da década de 1970, presenciamos um processo de urbanização que integra na sua lógica de totalidade os diversos espaços regionais à centralidade urbano industrial, ou seja, um processo de urbanização que partia da grande metrópole São Paulo em direção à metrópoles regionais, cidades médias e, principalmente em direção ao centros urbanos que acabavam de se inserir no projeto de modernização da economia nacional, agora guiados não apenas pelas atividades industriais urbanas, mas também pelas atividades agrícolas modernas, tendo nas áreas do Cerrado no Centro-Oeste e Nordeste brasileiro seus maiores receptáculos de apropriação. Cabe aqui elencar, não pela sua ordem de importância, mas sim pela discussão a que estamos propondo na referida pesquisa, o município de Balsas, na região sul do estado do Maranhão.

Nessa perspectiva, os conceitos urbano e rural não designam somente a vida na cidade ou no campo, mas a sociedade e suas múltiplas relações com o/e no espaço geográfico. Reflete a construção do cotidiano que busca outras lógicas de produção e, sobretudo nas interações com a natureza, o significado para os espaços, seja ele urbano ou rural. Com isso, criam outras texturas e desejos para as novas funções de habitar os espaços. A cidade é cada vez mais entremeada por atividades do meio rural, do mesmo modo, que o rural começa a designar novas funções produtivas e algumas de origem urbana.

Essas possibilidades de coexistências se mostram como uma via de mão dupla, onde habitar o rural significa imaginar e introduzir no cotidiano as percepções e criações que emanam do urbano. Enquanto habitar o urbano significa apropriar da natureza, dos devaneios e do vivido e construído no rural. Essas relações de troca e consumo não acontecem sem contradições, os elementos que compõem relativamente os espaços desvelam as intencionalidades das ações sobre os meios de produção, sobre o consumo e apropriação da natureza e do imaginário que emana desse processo. Mas, a existência de uma realidade só existe em relação à outra, e perceber isto, é reconhecer o acontecer geográfico dos fatos.

Em síntese, cumpre ressaltar que o rural tecnificado e capitalista possui relações urbanas, mas que esse coexiste com outro, de trabalho solidário, familiar e camponês, persistente e rural em sua essência. Cumpre dizer que no urbano existem, seguramente, relações de produção capitalista e estas definem os usos dos espaços, mas incute dizer, também, que o mesmo capitalismo entremeado no urbano produz outras relações não propriamente urbanas. Assim, existem de um lado, as vivências urbanas e rurais capitalistas, por outro lado, os hábitos e vivências rurais tanto no urbano quanto no rural.

De modo geral a cidade é urbana e o campo é rural. Entretanto, ao longo do século XX autores identificaram aspectos urbanos no campo e rurais na cidade conformando assim esta distinção. Essa nova lógica tanto ao campo quanto à cidade, só vem a reforçar a tese de que o campo e a cidade são territórios econômicos-políticos interdependentes e articulados.

Nesse sentido, o Estado assume um papel fundamental no espaço, tanto da cidade como do campo. Isso se dá pela ótica do direcionamento das políticas públicas que estimulam os setores competitivos da economia, vistos a partir dos centros urbanos, ou seja, financiando a agricultura capitalista e deixando de lado as pequenas unidades camponesas, seja direcionando a localização industrial, ou ainda investindo em infra-estrutura capaz de permitir o crescimento do setor de serviços.

A movimentação de capital empregada na agricultura local, entretanto, não trouxe mudanças sociais que beneficiasse toda a população da cidade que vê surgir a intensificação do capital diretamente no campo, mas também visualiza profundas transformações de ordem econômica, social e até mesmo cultural se inserirem no espaço urbano de Balsas, como consequência das novas relações que agora se criaram entre o campo e a cidade.

Por conseguinte, salientamos que o estudo sobre a relação campo cidade, isso no âmbito da ciência geográfica, acaba que se apoia nas transformações resultante do processo de modernização da agricultura. Vale lembrar que é a partir das décadas de 1960 e 1970 que, cronologicamente, evidenciamos um maior fluxo de pessoas migrarem para as áreas urbanas, na sua maioria, advindas das áreas rurais e que tiveram, com a difusão de tecnologias e das novas relações de trabalho e produção, o grande motivo de sua saída do campo. Em outras palavras, entendemos o processo de modernização da agricultura brasileira a partir da lógica da cidade, mais precisamente, a supremacia da população urbana sobre a rural.

No capítulo três, discutiremos acerca do papel da agricultura enquanto atividade econômica capitalista, presente no Brasil a partir da década de 1970. Vale destacar que essa nova configuração da agricultura, acaba que colocando algumas áreas como sendo estratégicas ao processo de apropriação do capital globalizado, evidenciando nesse caso, Balsas, como sendo umas das novas cidades do agronegócio globalizado das áreas do Cerrado.

### **3 A AGRICULTURA BRASILEIRA NO PÓS 1970: a modernização em foco**

#### **3.1 A modernização agrícola pós 1970 e suas marcas na realidade agrária brasileira**

O Brasil presencia já nas primeiras décadas do século XX transformações significativas no seu complexo rural. Observa-se nesse período uma série de mudanças nas formas de produção e nas relações de trabalho. Entende-se desse modo que o capital financeiro ingressou de forma decisiva para dar uma nova roupagem ao campo. Nesse sentido, Graziano da Silva (1996) afirma que a natureza colocou-se como sendo subordinada ao capital, isto porque a produção deixou de ser uma esperança aos olhos das forças da natureza para se transformar numa lógica concreta, sob o comando do capital.

De certo, um fato não podemos deixar de mencionar é que a modernização da agricultura não pode ser dissociada das transformações capitalistas ocorridas no Brasil a partir da década de 1960. A intensificação do emprego de máquinas e insumos está associada à constituição de um importante setor da indústria, o que produz os meios de produção para a agricultura e à montagem de instrumentos capazes de viabilizar o seu uso por parte dos agricultores (AGUIAR, 1986).

Essa alternância no modo de produção na agricultura se dá de forma mais arrojada no período Pós Segunda Guerra Mundial, momento em que a agricultura brasileira introduz, de forma mais sistemática e arrojada, um processo de modernização da agricultura (GRAZIANO DA SILVA, 1996). Observa-se desse modo transformações capitalistas na base técnica de produção. Estas mutações são oriundas da passagem de uma agricultura menos competitiva, para um modelo que passou a utilizar um número maior de insumos de origem industrial.

O que vemos é que as transformações que ocorreram na agricultura brasileira, de certa forma diferenciada, vieram a beneficiar os grandes produtores e, fazendo parte desse montante, encontramos os produtos de grãos destinados à sua maioria à exportação. Essa lógica faz com que algumas regiões do território nacional recebessem mais benefícios que outras, como é o caso do Centro-Sul do Brasil.

Conforme aponta Martine (1987), a efetivação desse novo modelo agrícola, implementado durante o regime militar integravam consideravelmente a produtividade agrícola ao parque industrial

nacional, se efetivando, no entanto, devido à internacionalização de um pacote tecnológico conhecido como “Revolução Verde”, que se iniciou no Brasil em meados dos anos 1960. Esse pacote chegou ao país num momento importante, pois havia se aperfeiçoado, no que diz respeito às pesquisas voltadas para a melhoria das sementes e combinações de fertilizantes.

Aqui reside uma questão central na adoção do aparato tecnológico conduzido através da Revolução Verde. O que há de fato, a partir da década de 1960, é uma mudança da base técnica da produção orientada pelo processo de modernização agrícola que culminou na própria “industrialização da agricultura”, conhecida também como modernização da agricultura através dos CAI’s (Complexos Agroindustriais).

Estudos relacionados à difusão da agricultura moderna no território brasileiro, como é o caso daqueles desenvolvidos por Lavinas e Ribeiro (1991), enfatizam que foi

Através de programas especiais, regionalizados, e de políticas públicas (créditos, preços mínimos, etc.), que o Estado brasileiro foi na década de 1970 a grande alavanca do processo de modernização da agricultura. Modernização essa centrada na transformação da base técnica de produção, através da incorporação de novas tecnologias voltadas para o incremento da produtividade da terra e do trabalho. (LAVINAS ; RIBEIRO, 1991, p. 73).

De acordo com Aguiar (1986), essa nova maneira de agriculturar traria

O emprego maciço de inovações técnicas (fertilizantes, máquinas, defensivos, etc.) e, no geral, voltadas para a produção de exportáveis, a agricultura modernizada dos países subdesenvolvidos constitui, de fato, um elo no processo de complementação/especialização dos sistemas produtivos nacionais, articulando-se, portanto, ao jogo da divisão internacional do trabalho. (AGUIAR, 1986, p. 76).

Este caráter conduzido através das inovações técnicas no campo tem sido marcado por intensas contradições e ambivalências. Este processo de modernização notado no campo brasileiro apresenta leituras e interpretações distintas. Um caminho metodológico que se tem apresentado como interessante, diz respeito à necessidade de considerar o papel dos CAI’s e suas diferenças em relação à modernização agrícola em geral.

Muller (1989) afirma que devemos ter em mente a diferença entre os Complexos Agroindustriais (CAI’s) e o processo de modernização da agricultura. O autor entende que a modernização está diretamente ligada à crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial, principalmente por meio de mudanças no perfil tecnológico e de ruptura das relações

de produção pretéritas e do domínio do capital financeiro internacional, processo que durou décadas e se acentuou na década de 1960. Já os CAI's ergueram-se em meados da década de 1970, no momento em que houve a integração técnica intersetorial entre as indústrias que produziam para atender a clientela ligada à agricultura, a agricultura como um todo e, num terceiro momento às agroindústrias processadoras (MULLER, 1989).

Reforça ainda Muller (1988) que essa íntima relação e integração entre esses setores só ocorreu devido a uma onda de internalização da produção de máquinas e insumos para a agricultura, através dos investimentos introduzidos pelo capital financeiro que ora se instala no espaço agrário brasileiro.

Para efeitos de estudo dessa nova realidade na agricultura brasileira, Martine (1990) nos oferece uma cronologia do processo de modernização da agricultura brasileira. O primeiro momento deu-se com a constituição dos Complexos Agroindustriais na década de 1970, quando passa a existir uma intensa relação entre a agricultura e os diversos setores industriais que produzem para ela. Os Complexos Agroindustriais só vão se consolidar de fato, através da presença do capital financeiro, com a implementação, pelo governo federal, de uma política de crédito e financiamento direcionada à agroindústria. A partir desse momento constatamos a internalização da indústria de máquinas, equipamentos e insumos e a modernização e expansão do sistema agroindustrial que foi regulamentada através das políticas estatais (políticas de fomento agrícola).

O segundo momento da modernização do campo surge à medida que a indústria vai conquistando o seu espaço na dinâmica da atividade agrícola, marcando assim, a industrialização da agricultura. Esse momento só pode ser entendido como o período em que a indústria se torna essencial para o processo de modernização agrícola, pois é ela que passa a comandar e controlar todo o processo de mudança na base técnica necessária à produção rural, o que só foi possível com a instauração da indústria pesada no Brasil. É interessante notar nesse sentido que as relações entre o campo e a cidade tornaram-se mais estreitas, reforçada pela presença da atividade industrial.

O terceiro momento de modernização da agricultura é marcado pela integração do capital financeiro ao setor agrícola, através de uma política específica de financiamento agrário, o Estado pretendia promover, sustentar e dinamizar a modernização da agricultura.

O que vemos diante da explanação anteriormente colocada é que vários autores trouxeram contribuições no sentido de caracterizar essa alternância no padrão da agricultura brasileira. Para Brum (1988), a agricultura moderna se caracteriza pelo uso intensivo de máquinas e insumos modernos bem como o da racionalização e adoção de métodos mais técnicos de preparo e cultivo da terra, como também a utilização mais constante de máquinas (tratores e colheitadeiras) na agricultura. Enfim, trata-se de um processo de mecanização e tecnificação da lavoura, o que nos leva a comungar da ideia de que o grau de modernização da agricultura pode ser avaliado pela quantidade de máquinas, equipamentos, insumos e implementos modernos a serem utilizados em favor desta produção agrícola.

Para Graziano da Silva (1982), o processo de modernização implantado pelos militares priorizou a grande propriedade, revelando uma sólida aliança entre essa última e o capital, o que anulou qualquer proposta para democratizar a propriedade da terra. Assim, os militares promoveram uma política de subsídios fiscais e financiamento da modernização tecnológica a grupos econômicos interessados em se ocupar da atividade agropecuária no Brasil, iniciando um processo de modernização tecnológica da agricultura brasileira.

A partir da premissa defendida por Graziano da Silva (1982, 1996) corroboramos com a ideia de uma recente transformação do campo brasileiro. Nesse momento teríamos como modelo agrícola, não mais um campo que direcionava todo o processo produtivo e, sim uma agricultura ligada diretamente à cidade, atendendo assim aos interesses de determinados setores da sociedade urbana.

Essa lógica perdura até os dias de hoje, pois na sua quase totalidade, os produtores de grãos residentes no município de Balsas têm suas residências, seus empreendimentos e o seu cotidiano se faz presente na cidade.

Assim, de acordo com Ianni (1996), este processo é caracterizado pela subordinação da agricultura à indústria e a sujeição do campo à cidade, pois ao mesmo tempo em que ocorre uma alternância das classes sociais do campo, multiplicam-se e consolidam-se os laços entre as classes sociais rurais e urbanas.

Apesar de todo o *marketing* criado sobre a modernização da agricultura, é necessário ainda um entendimento acerca dessa chamada ideologia modernizadora. É importante questionar que modernização é essa que acaba excluindo algumas áreas em detrimento de outras? Que “Brasis” agrícolas foram criados através do processo de modernização, onde uma pequena

parcela que vive na contingência, centralizando o processo produtivo, em detrimento de uma grande maioria de desprovidos de terras, técnica e capital.

Aguiar (1986), ao analisar o processo de modernização da agricultura brasileira, descreve que esse pacote não foi feito para todos, mais sim para um grupo altamente capitalizado.

[...] é, com efeito, o traço mais constante do processo e do ritmo da modernização. Essa desigualdade pode ser avaliada, por certo, através dos índices de tecnificação. De fato, quando examinamos segundo sua distribuição regional, a sua incidência por tipo de culturas –de consumo popular e de exploração- e por estratos dos estabelecimentos rurais, os índices de tecnificação demonstram o caráter parcial e precário da modernização, a sua natureza de classe e a sua articulação ao processo de internacionalização da produção capitalista. A modernização, tal e qual se deu no Brasil, significou, na realidade, a transnacionalização da agricultura e a sua inserção no jogo da divisão internacional do trabalho. (AGUIAR, 1986, p. 100).

Sobre essa questão, Gonçalves Neto (1997, p. 78) ressalta que

A década de 70 assistira a uma profunda mudança no conteúdo do debate. Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se inicia na segunda metade dos anos 60, pelo desenvolvimento urbano-industrial daquele momento, que se convencionou chamar de “milagre brasileiro”, a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia, como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também.

A modernização da agricultura em sua fase recente está aliada à internacionalização da economia brasileira nos últimos anos indicando a emergência do agronegócio no Cerrado. A esse respeito Oliveira (2003, p. 469) salienta que

As exportações da soja foram incentivadas pelos governos militares pós-64 com a finalidade de ampliar o comércio internacional do Brasil com a CEE e com o Japão. Toda a expansão da cultura da soja na região do cerrado brasileiro está relacionada com os incentivos oriundos do Prodecer (Programa Nipo-brasileiro de Cooperação para o Desenvolvimento do Cerrado), assinado em 1974 entre o governo brasileiro e o japonês.

Mas, de fato, quem ganharia com a “modernização da agricultura brasileira”? De acordo com Ribeiro (1988), a modernização da agricultura traria de um lado a dinamização dos setores improdutivos, aos setores produtivos através de políticas que não alterassem os sistemas de posse e uso da terra; e a abertura ao comércio internacional, como uma estratégia econômica global de inserção crescente nos fluxos da economia internacional.

Gonçalves Neto ao estudar a referida modernização do campo afirma que

É interessante notar que as transformações que ocorrem no agro, a partir da segunda metade dos anos 60, fortemente pressionada pela expansão do capital industrial, promovem uma reviravolta muito grande em toda a extensão da sociedade brasileira. Ao lado das violentas transferências de populações para o setor urbano, que é promovido por amplo conjunto de fatores, tais como mecanização, a substituição de culturas intensiva em mão - de obra pela pecuária, o fechamento da fronteira, a aplicação da legislação trabalhista no campo, ou simplesmente pelo uso da violência, etc., ocorre também uma reformulação na mão-de-obra restante no interior das propriedades, com eliminação dos parceiros, agregados, etc., pela disseminação do trabalho assalariado, sobretudo nas grandes propriedades, que se modernizam e se transformam em empresas. Restou às pequenas propriedades a possibilidade da subordinação ao capital industrial, a marginalização, o esfacelamento ou a venda e migração para os centros urbanos. (GONÇALVES NETO, 1997, p. 109).

Após indicar alguns elementos de natureza teórica que procuram definir o processo de modernização agrícola difundido no Brasil a partir da década de 1960, é interessante reconhecer os desdobramentos deste processo no sul do Maranhão.

### **3.2 Da formação dos CAI's à consolidação da cidade do agronegócio: uma leitura e interpretação da nova dinâmica agrícola em Balsas/MA**

A estrutura produtiva da agricultura brasileira apresenta importantes mutações na sua base técnica de produção a partir da década de 1950, chegando ao clímax na década de 1970, em razão das políticas governamentais adotadas pelo novo modelo capitalista agroexportador em detrimento do mercado interno.

Na década de 1970 a agricultura brasileira deixou de ser estudada por seus complexos rurais e passou a ser vista a partir de seus complexos agroindustriais – CAI's. Isso, na prática, significa a passagem de uma agricultura estritamente voltada para a produção de alimentos de base local, para uma relação mais íntima entre agricultura e indústria, através da qual a indústria proporciona os elementos necessários à produção e a agricultura fornecendo matéria prima para a industrialização.

A partir desse momento a agricultura passa a ser direcionada pelo padrão de ajuntamento industrial, pautado no desenvolvimento dos complexos agroindustriais, onde sua produção tem como destino a geração de *commodities* e de matérias primas para a agroindústria, (nesse momento em expansão), demandando também produtos de origem industrial.

O novo padrão agrário brasileiro é a expressão da aplicação das conquistas da ciência moderna na agricultura e das novas formas de organizar a produção rural. Nessa mesma ótica, observa-se que uma das importantes consequências dessa nova maneira de agricultar, seria a supressão da superação entre o campo e a cidade.

Diante de tal superação, surgem espaços dicotômicos: os espaços agrícolas e os espaços urbanos, decorrentes da evolução verificada na sociedade, na economia e no território, sendo que o país, como um todo, agora contém regiões agrícolas e regiões urbanas. Para Santos (2009e), com a existência desses espaços, um urbano e outro agrícola, acabaríamos que contemplando a existência de áreas agrícolas também no urbano e, a cidade agora seria vista como o *lócus* da regulação do trabalho praticado no campo moderno.

A partir dos anos 1970, as relações indústria e agricultura apresentam um elevado grau de integração intersetorial e, com praticamente todos os ramos localizados no país. Não se trata de uma agricultura regional, e sim de uma agricultura nacional.

Ao fazer uma análise desse momento em que vive a sociedade brasileira como um todo, Muller (1989, p.19) ressalta que

[...] não quer dizer necessariamente que o padrão de vida tenha melhorado. Mesmo nas áreas urbanas a pobreza ampliou sua área de domínio. [...] a distribuição da renda nos meios rural e urbano, nos anos 1970 e 1980, revela que a maioria dos grupos de renda mostra-se mais concentrada no meio urbano, [...] a tendência da distribuição da renda no campo é semelhante à do meio urbano. O que indica que a cidade lança seu modo de organizar socialmente a vida para o meio rural, suprimindo, assim, a antiga distinção entre este e aquela.

As relações entre o campo e a cidade tornaram-se mais próximas no tocante desses novos arranjos espaciais, advindos do novo padrão da agricultura brasileira. Há que se identificar nesse sentido, o surgimento de novos arranjos territoriais produtivos, que se articulam e se organizam a partir de imposições de caráter ideológico e de mercado. Para Elias (2006a) esses novos arranjos ou pontos luminosos, seriam as áreas mais dinâmicas relacionados à expansão da modernização da produção e do espaço agrícola e, verificando-se de uma forma mais clara, a implantação do meio técnico- científico – informacional (SANTOS, 2008b, 2008d) nas atividades agrícolas.

A tabela 1 possibilita verificar, com base nos dados dos Censos Agropecuários de 1996 e 2006, um incremento no uso de maquinário na agricultura não só nacional, mas num âmbito regional e local datado a partir das últimas décadas do século XX e primeira década do século XXI. O que se constata com relação ao uso principalmente de tratores, é a necessidade de

produção em larga escala, tendo como principal produto dessa nova lógica da produção agrícola, os grãos destinados ao mercado externo, como por exemplo, a soja.

Tabela 1- Utilização de tratores nas unidades produtivas - Brasil/NE/MA/Balsas 1996/2006.

Quantitativo de estabelecimentos com maquinário (tratores)		Quantitativo de maquinário existente nas Unidades Produtivas (tratores)		
	1996	2006	1996	2006
<b>Brasil</b>	512.144	519.302	799.742	788.053
<b>Nordeste</b>	36.347	41.493	55. 476	58.736
<b>Maranhão</b>	2.269	3.411	3.965	5.866
<b>Balsas</b>	122	197	249	622

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1996, e 2006.  
Org. MOTA, F.L. ,2011.

Analisando os dados contidos na tabela 1, constatamos o acréscimo no número de estabelecimentos com tratores. No caso brasileiro, esse aumento foi de aproximadamente 1,39% no período entre os censos agropecuários de 1996 e 2006, enquanto que no caso da agricultura nordestina, houve um acréscimo de mais de 14%. Nesse mesmo intervalo de tempo, o crescimento do número de estabelecimentos agrícolas que utilizavam tratores no Maranhão foi de mais de 50%, sendo que no município de Balsas o crescimento foi de aproximadamente 62%, passando de 122 estabelecimentos para 197. Já o número de tratores no município de Balsas, que no caso é o nosso objeto de estudo, aumentou quase 150%, enquanto no Brasil houve um decréscimo de aproximadamente 1,5%. Isso nos mostra de uma forma explícita o grande potencial de modernização que a soja tem proporcionado aos novos espaços agrícolas no Nordeste brasileiro. Nesse contexto, a soja se insere nesse quadro de transformações e arranjos espaciais como resultado do processo de modernização da agricultura, aliada à necessidade de consumo, em meio às metamorfoses engendradas nas últimas décadas do sexulo XX, como parte de um processo de internacionalização dos espaços nacionais.

A agricultura teve, historicamente, um papel relevante no processo de desenvolvimento do país, servindo de base para o desenvolvimento da indústria e dos serviços, além da criação dos novos territórios como superação da ideia deste diante da concepção de espaço. A partir de então,

surgem novas áreas agrícolas, que podem ser incorporadas à produção e ao consumo agropecuário globalizado. Estes novos espaços agrícolas produtivos foram o palco para a inserção das atividades do *agribusiness*. Essa terminologia, conforme Brum (2008) difundiu-se rapidamente, principalmente após a industrialização da agricultura pós anos 1970.

Identifica-se, cada vez mais, uma relação de dependência funcional entre campo e cidade. A cidade vem assumindo a função de abastecer o campo, principalmente, com o uso da técnica e novas informações, através dos fluxos dispersos pelas cidades mais equipadas, levando assim as cidades locais a mudarem seu conteúdo, transformando-se em cidades do agronegócio, categoria posteriormente discutida por Elias (2006a). Ainda em Elias (2006a), nessa nova forma

As cidades do agronegócio do Brasil agrícola, têm se desenvolvido atreladas às atividades agrícolas e agroindustriais circundantes e dependem, em graus diversos, dessas atividades, cuja produção e consumo se dão, em grande parte, de forma globalizada. (ELIAS, 2006a, p. 235).

As relações entre o campo e a cidade se transformam cada vez mais estreitas, embora este novo contexto testemunhe a sujeição do campo e as formas de regulação exercida pela cidade.

A gênese e efetivação dessas regiões produtivas decorrentes do agronegócio, aqui se referindo ao Brasil, têm como matriz um conjunto de forças em articulação. Dentre elas, temos o Estado (que assume o papel de promover políticas públicas, incentivos fiscais e redução de impostos), além das inúmeras empresas multinacionais e nacionais ligadas à produção de grãos em larga escala.

Conforme Elias (2008), com a difusão do agronegócio sojeiro, aqui colocando em evidencia a região dos Gerais de Balsas, particularmente o município de Balsas, passa fazer parte das regiões produtivas do cenário nacional.

A formação destas regiões produtivas agrícolas obedece aos interesses dos agentes hegemônicos que estão à frente de tais processos, empresas agrícolas nacionais e multinacionais, e isso significa que não seguem necessariamente às divisões políticas administrativas estabelecidas, nem mesmo aos interesses locais, regionais ou mesmo nacionais. (ELIAS, 2008, p.2).

De certa forma, evidenciamos que esse processo modernizante que altera padrões de produção e insere novas formas de relação com o mercado, em que a importância maior é o preço no mercado externo, acaba que também mudando relações de produção local, gerando em alguns casos, tensões entre as populações dos lugares de inserção da economia globalizada com os

novos agentes da produção. Balsas, nesse contexto configura-se numa área em que não há relatos dessa possível tensão gerada pelos novos agentes hegemônicos do capital empregado na agricultura versus agricultores locais. Com base na fala de um produtor local, essa lógica fica eviendenciada quando o mesmo afirma que

Olha senhor esse povo que veio nos anos 80 são camarada, nunca se mostraram que são rico e que tem mais dinheiro que nós. Me alembro como se fosse hoje da chegada deles aqui nos gerais e olha que teve muito companheiro nosso que ficou com medo de perder suas terrinhas pra os ricos do sul, mas eles não fizeram isso não, ficaram no canto deles lá pras bandas da batavo [aqui se referindo à Fazenda Batavo distante quase que 200 km da sede do município de Balsas] e nós com nossa familia na nossa rocinha no nosso canto. Mais brigar com eles nunca brigamos não, logo porque aqui terra nunca foi motivo de morte e nunca há de ser. (Entrevistado 19, pequeno produtor rural, bairro Acuçenana periferia de Balsas).

A fala do pequeno produtor só vem a reforçar a lógica da expansão da agricultura globalizada em direção às novas áreas de apropriação do capital, aqui se pautando na discussão sobre Cerrado Nas regiões Centro-Oeste e Nordeste do Brasil. Vale aqui frisar que em muitas dessas áreas não houve o confronto entre as populações locais versus os grandes produtores em prol das terras produtivas. Balsas é um exemplo dessa afirmação.

As áreas de Cerrado, nos últimos anos (final dos anos 1970 e inicio da década de 1980), tornaram-se palco da introdução direta do capital tanto público quanto privado no que tange à modernização da agricultura e, consequentemente, na construção de novos territórios através da atividade agrícola. A Mesorregião Sul Maranhense e, de modo particular, a Microrregião dos Gerais de Balsas, onde se encontra o município de Balsas/MA, foi inserida nesse processo “modernizador”. Essa Microrregião viu, a partir da década de 1970, a chegada, com maior intensidade, de agropecuaristas oriundos do Centro-Sul do país, particularmente os sulistas, instalar-se nessa região para difundir a agricultura vinculada à produção de grãos, a soja.

Uma das características que perdurou por muito tempo no contexto da agricultura brasileira é a que sustenta que a região Nordeste do Brasil tem uma expressão econômica insignificante, mantida quase que exclusivamente pelas atividades da pecuária extensiva e na agricultura. Mais tarde, já na década de 1970, essa região passa a configurar-se como uma nova região produtiva, graças à inserção do Cerrado como um produtor de mercadorias agrícolas, principalmente aquelas ligadas diretamente à produção de grãos, com destaque para a soja, que

além de ocupar áreas da região Centro Oeste, passa também a ocupar as áreas do Nordeste e o Norte brasileiro.

Este processo modernizador da agricultura notado nas áreas do Cerrado nordestino, apesar de apresentarem traços semelhantes a outras áreas de ocupação, retratam também peculiaridades. Em alguns estudos, inclusive denotam-se o interesse de investigá-los conjuntamente. Este é o caso dos estudos realizados em torno do *MAPITOBA*.

Para o conjunto das áreas pertencentes a esses quatro estados (Mapa 1), denominaremos como sendo as áreas produtivas do *MAPITOBA* - junção das inícias dos estados do Maranhão (MA), Piauí (PI), Tocantins (TO) e Bahia (BA).

Estudos realizados por Alves (2006); Ferreira (2008); Rocha (2008); Mota (2007); Mota (2009) mostra a dinamicidade da região sul do Estado do Maranhão, em particular, o município de Balsas, por apresentar um processo de modernização da sua agricultura pautada na exportação, assim como ocorreu em Luís Eduardo Magalhães no estado da Bahia, Uruçuí no Piauí e Pedro Afonso no Tocantins, ocasionando assim uma verdadeira disputa na produção de soja.

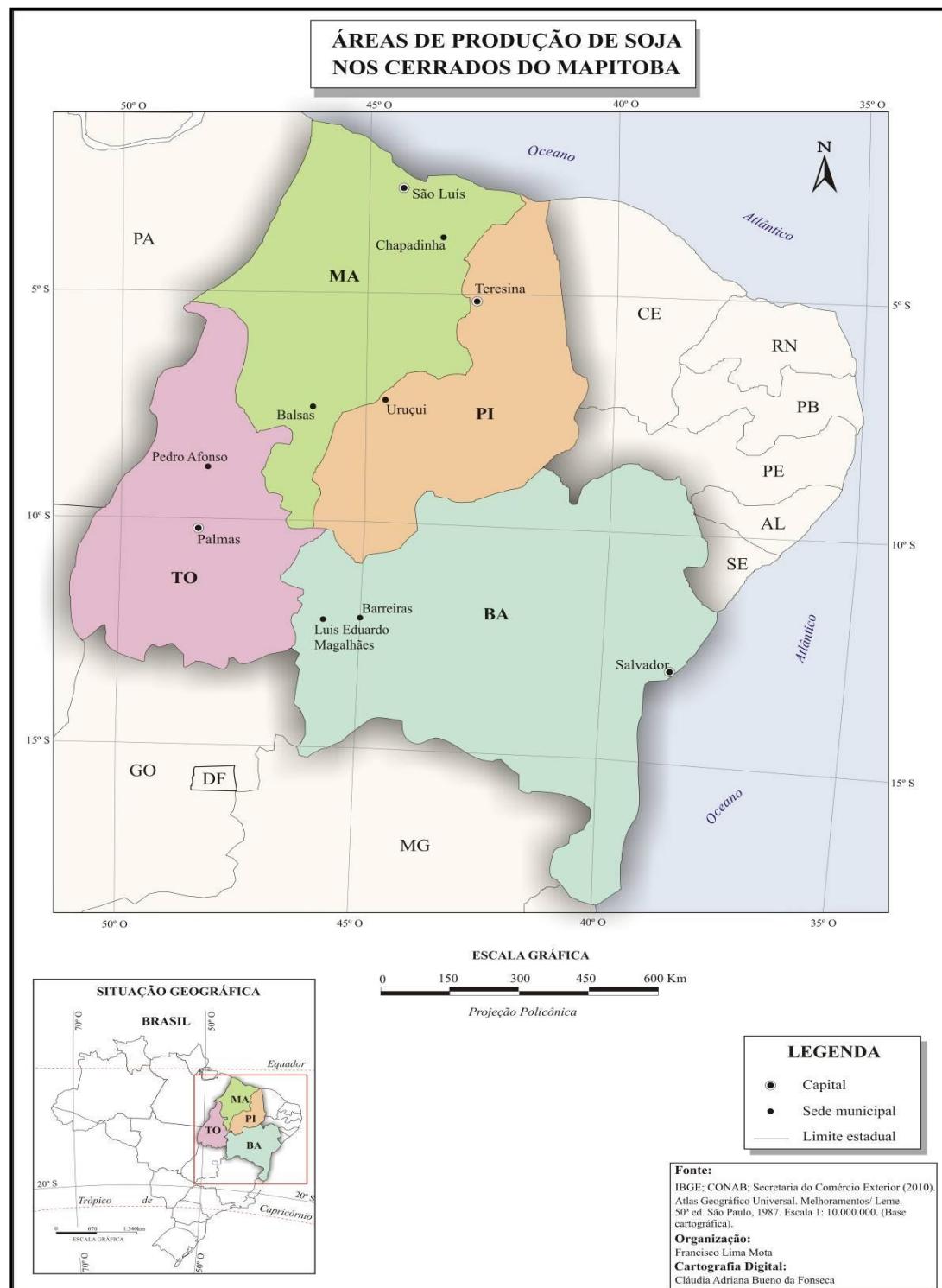
Vale lembrar que a ocupação dessas áreas ocorreu praticamente no mesmo período. Neste momento, as comunidades tradicionais ainda viviam do extrativismo vegetal, fundamentada na agricultura de subsistência e a pecuária extensiva que eram as práticas agrícolas vigentes nessas áreas no Nordeste brasileiro.

Mas o que de fato influenciou essas áreas a serem alvo dessa nova dinâmica da agricultura brasileira pós Governo Militar?

Poderíamos encontrar respostas justamente nas características geográficas da região, aliada à formação fisiográfica com a presença dos chapadões recobertos de vegetação típica do Bioma Cerrado, existente com maior frequência nas regiões sul dos estados do Piauí e Maranhão e oeste da Bahia. Associado a estes aspectos naturais, é interessante considerar os preços das terras e também os incentivos fornecidos pelo Estado que apareceu como agente interlocutor no processo recente de apropriação destas áreas.

No caso de Balsas, outra vertente deverá ser analisada: o papel do Estado como incentivador no processo de indução de produtores do sul do país. A esse respeito, um dos nossos entrevistados, descreve a diáspora dos pais que se embrenharam nas terras maranhenses.

Mapa 1- Áreas de Produção de Soja nos Cerrados do MAPITOBÁ



Em 1974, meus pais, que nessa época moravam em Não Me Toque no Rio Grande do Sul e já vinham anteriormente da Holanda para o Brasil, ficaram sabendo de uma campanha do Governo Federal que pretendia povoar a região sul do estado do Maranhão. Uma proposta do Banco do Brasil motivou meus pais a virem para Balsas. Com prazo de 12 anos para pagamento do financiamento, 4 anos de carência e juros a 1% sem correção monetária e sem necessidade de avalista. Com esse convite tentador eles não pensaram duas vezes. (Entrevistado 12, produtor rural, empresário).

Durante o trabalho de campo, pudemos constatar que esse olhar geográfico para com a fisiografia das áreas agrícola da região sul do estado, particularmente no município de Balsas quando nos referimos à produção de grãos típicos do Cerrado, no caso a soja, não era tarefa somente para os estudiosos. Como relata uma moradora da área periférica de Balsas, era público e notório o conhecimento da população sobre as características fisiográficas de Balsas.

Balsas foi o alvo desses gaúchos, porque aqui a nossa localização era privilegiada, e a natureza ajudou muito para que eles ficassem aqui até hoje. Em Balsas tem o cerradinho e também o cerrado que é igual os do Goiás. (Entrevistada 13, moradora do bairro São Felix, aposentada).

Analizado as condições naturais da região, podemos observar que estas possibilitaram a substituição de uma agricultura arcaica por uma agricultura moderna, já utilizada em larga escala nas regiões sul e sudeste do país, e mais recentemente no centro oeste do país.

Para Haesbaert (1996) essas áreas seriam agora chamadas de novo Nordeste, isso porque

[...] impulsionadas pelo mito do ‘eldorado’ da soja, *os estados da Bahia primeiramente, Maranhão e Piauí posteriormente*, faz com que muitos denominem estas áreas de ‘novo’ Nordeste, e alguns políticos (inclusive com apoio de grupos sulistas) já começam a articular novos recortes político-administrativos capazes de corroborar essa nova divisão territorial do trabalho, ditada pela modernização seletiva da agricultura. (HAESBAERT, 1996, p. 382, grifo nosso).

A economia do MAPITOBA (recorte geográfico reconhecido, inclusive, pelo Ministério da Agricultura), está baseada na produção de grãos em larga escala. Conforme dados do IBGE (2006), a macrorregião do MAPITOBA apresenta taxa de crescimento superior a 10% ao ano. Balsas, por exemplo, teve a sua primeira exportação de grãos para o mercado externo em 1992 e, segundo informações coletadas nas entrevistas junto aos produtores da cidade não foi uma safra significativa

Nos dias atuais, percorrendo a BR-230, visualizamos uma produção agrícola ocupando quase todo o bioma Cerrado do município, enquadrando então Balsas em uma das quatro maiores produtoras de soja do MAPITOBA.

Quando indagamos acerca das primeiras safras de grãos de soja na nova fronteira agrícola do estado do Maranhão, um dos nossos entrevistados relata que

Foi um momento muito difícil para nós... e olha que somos um povo que não se deixa abalar por pouca coisa não, mais quando colhemos a primeira safra cheguei a pensar que tinha feito a grande burrada da minha vida vindo morar aqui no Maranhão. E se eu fiquei abalado com a situação, imagina só quem investiu tudo que tinha lá no sul para tentar a vida aqui no cerrado do Maranhão. Conheci muita gente que na primeira safra se quebrou, mais teve muita gente que até hoje se dá bem plantando a soja aqui. Mais teve gente que foi embora pro Tocantins, outros pro Piauí e até tive uns conhecidos que foram morar lá pras bandas de Caxias [aqui se referindo aos municípios de Chapadinha, Brejo e Anapurus na região Leste do estado] e se deram bem por lá, volta e meia andam por aqui. (Entrevistado 13, grande produtor de soja residente no trecho denominado Rio Coco, grifo nosso).

A fala do produtor acima só vem a confirmar a tese de que nos primeiros anos da sua chegada nas terras sul maranhense, não houve um retorno de imediato dos investimentos feitos por estes produtores e, nos mostra com clareza que boa parte desses novos agricultores locais, acabaram migrando para outras áreas agrícolas do estado do Maranhão, no caso a região Leste do estado (Chapadinha, Anaparus e Brejo), e nos estados vizinhos do Piauí (Uruçuí e Bom Jesus) e Tocantins (Pedro Afonso).

As informações expressas na tabela 2 retratam com clarividência o avanço da produção de grãos no contexto da região denominada *de MAPITOBA*. A partir dos indicadores transcritos, notamos que esse recorte geográfico, ao qual estão inseridos os estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, reforça a tese da hegemonia do Estado da Bahia no que se refere à produção de soja no Cerrado localizado no Nordeste.

Um fato que devemos atentar com relação aos dados constantes nas tabelas 2 e 3 reforça a fala do entrevistado 13, quando o produtor referenda que foi somente no ano de 1990 que o Maranhão tem sua primeira colheita de grãos de soja de forma significativa.

Tabela 2- Soja nos Estados da área do MAPITOBA- área plantada nas safras de 1990 a 2000 (em mil hectares)

<b>UF</b>	<b>1990</b>	<b>1991</b>	<b>1992</b>	<b>1993</b>	<b>1994</b>	<b>1995</b>	<b>1996</b>	<b>1997</b>	<b>1998</b>	<b>1999</b>	<b>2000</b>
<b>MA</b>	16,0	4,6	21,1	42,7	62,8	91,7	89,1	120,0	144,0	162,7	175,7
<b>PI</b>	0,4	-	-	-	6,8	13,6	10,2	17,9	28,6	29,9	40,0
<b>TO</b>	34,2	3,9	12,0	15,5	22,7	16,6	4,9	21,9	40,1	40,1	56,5
<b>BA</b>	366,0	278,0	330,0	380,0	434,0	470,6	433,0	456,0	556,3	580,2	635,3
<b>Total</b>	<b>416,6</b>	<b>286,5</b>	<b>363,1</b>	<b>438,2</b>	<b>526,3</b>	<b>592,5</b>	<b>537,2</b>	<b>615,8</b>	<b>769,0</b>	<b>812,9</b>	<b>907,5</b>

Fonte: CONAB (2010)

Org. MOTA, F. L., 2011.

Tabela 3-Soja nos Estados da área do MAPITOBA- área plantada nas safras de 2001 a 2010 (em mil hectares)

<b>UF</b>	<b>2001</b>	<b>2002</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>
<b>MA</b>	210,0	238,3	274,0	342,5	375,0	382,5	384,4	421,5	387,4	364,3
<b>PI</b>	62,0	86,8	116,3	159,3	197,1	232,0	219,7	253,6	273,1	495,5
<b>TO</b>	66,00	105,0	148,1	243,6	355,7	309,5	267,7	331,6	311,4	347,4
<b>BA</b>	690,6	800,0	850,4	821,5	870,0	872,6	850,8	905,0	947,5	1.016,5
<b>Total</b>	<b>1.028,6</b>	<b>1.230,1</b>	<b>1.388,8</b>	<b>1.566,9</b>	<b>1.797,8</b>	<b>1.796,6</b>	<b>1.722,6</b>	<b>1.911,7</b>	<b>1.919,4</b>	<b>2.223,7</b>

Fonte: CONAB (2010)

Org. MOTA, F. L., 2011.

Ao analisar as tabelas 2 e 3, no que se refere à produção de grãos de soja na última década do século XX e primeira década do século XXI, nas áreas agrícolas dos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, confirmamos a supremacia do estado da Bahia em relação à produção de grãos de soja na região Nordeste, fato este que se consuma até hoje.

Os dados constantes na tabela 2 atestam que, no caso do estado do Maranhão, houve no período 1990/2000 um crescimento da área plantada com soja, passando de 16,0 para 175,6 mil hectares de área plantada. Na década seguinte (2001 a 2010) dados constantes na tabela 3, verificamos que este quadro praticamente não sofreu alterações, passando o estado a utilizar 210,0 mil hectares e 364,3 mil hectares respectivamente<sup>15</sup>. Cabe aqui ressaltar a importância que o Estado do Maranhão tem exercido na produção de grãos de soja para a economia, assim se apresenta como um dos maiores produtores de soja da região Nordeste e Norte do país.

No que se refere aos dados contidos nas tabelas 2 e 3 é importante destacar o surgimento das áreas polarizadoras dessa produção, cabendo a alguns municípios o papel de centralização da produção de soja, tais como: Luís Eduardo Magalhaes e Barreiras na Bahia, Uruçuí no Piauí, Pedro Afonso no Tocantins e Balsas no Maranhão, formando a macrorregião agrícola do chamado *MAPITOBA*. Pode-se, desse modo, inferir que as relações entre o campo e a cidade tornaram-se cada vez mais estreitas, expressando desse modo a subordinação do campo à cidade. Nessa nova lógica Araújo e Soares (2010, p. 204) descrevem que

A contraposição urbano-rural vai muito além da diferenciação entre cidade e campo e que esses espaços não podem ser identificados como dicotômicos, já que a modernização da sociedade engendrou profundas transformações nestes dois espaços, estreitando e intensificando as relações estabelecidas entre eles.

Diante de tal constatação, fica claro que o processo modernizador da agricultura local, ocorrido pós década de 1980 foi o grande responsável por esse incremento da produtividade de grãos de soja em larga escala no polo sojeiro de Balsas. É este caráter tecnificado da agricultura que impõe novas relações entre o campo e a cidade. Estas

---

<sup>15</sup> No caso específico do estado do Maranhão, presenciamos já em meados da década de 1990 a formação de duas novas fronteiras agrícolas em direção à região Central ( Grajaú) e Leste ( Chapadinha) ambas com o cultivo dos grãos de soja.

relações são marcadas por uma subordinação do campo à cidade. A cidade, nessa direção, é o *lócus* de regulação das atividades agrícolas difundidas no campo.

O que podemos constatar com relação a esse processo modernizante ocorrido na região sul do estado do Maranhão e, particularmente no município de Balsas, foi uma fragmentação e, consequentemente, uma diferenciação na lógica de organização deste espaço em detrimento a outras áreas agrícolas do estado. Cumpre aqui informar o caráter seletivo da distribuição das políticas públicas, o papel dos sistemas e objetos técnicos agrícolas modernos que, atrelados um ao outro só vieram a fortalecer essa nova região agrícola do Cerrado.

Devemos ainda destacar o papel do Estado na produção dos novos espaços agrícolas do Cerrado no Nordeste, seja através das políticas públicas ligadas ao setor produtivo, tais como as de pesquisa agropecuária, ou as de ordenamento territorial, entre outras, seja por meio da alocação dos sistemas de objetos que dão suporte ao espaço da fluidez, tão necessário aos complexos agroindustriais.

### **3.3 O papel do Estado na modernização da agricultura: a atuação do PRODECER III na região dos Gerais de Balsas**

O bioma Cerrado vem sendo desde a década de 1970 o palco do avanço da fronteira agrícola brasileira. Notadamente, é o espaço do território nacional em que visualizamos a grande concentração da produção de grãos em larga escala. A soja é na verdade, a grande responsável por esse novo incremento dessa área, antes vista como improdutiva por alguns especialistas e, hoje é compreendida com outros olhos, principalmente em razão das políticas públicas e pela presença das grandes multinacionais que acabaram se instalando nas áreas do Cerrado espalhados em boa parte do território brasileiro.

A agricultura, via de regra, é entendida como fator preponderante no processo de desenvolvimento econômico de qualquer país. Além do mais, ela conduz a um aumento do bem estar de toda uma população, isso a partir do momento em que gera novos empregos, expandindo não apenas a produção agropecuária propriamente dita, mas uma gama de novas funções às atividades agrícolas modernas.

Presenciamos este fato no Estado do Maranhão, particularmente no município de Balsas, através da introdução da soja. A partir dos anos 1970 a corrente de imigrantes

sulistas que chegava às áreas do Cerrado no Centro-Oeste brasileiro, também, era atraída para o sul do Maranhão, principalmente em função de terras baratas e incentivos fiscais através de alguns programas, tais como: PROTERRA, POLONORDESTE, POLOAMAZONIA, PROJETO SERTANEJO e o PRODECER (III).

Ao fazer uma análise desses programas nas áreas do Cerrado brasileiro, Pessôa (1988) afirma que estes tinham como meta o estímulo à expansão do capital no campo através da expansão das fronteiras agrícolas em direção às terras do Bioma Cerrado. Vale também destacar o papel das agências governamentais, como SUDENE, BASA e BNB responsáveis pela atração de capitais para financiar essa modernização em sua fase inicial.

Pessôa (1988), no final da década de 1980, ao estudar o papel do Estado no tocante às transformações no Cerrado das Zonas de Paracatu e Alto Paranaíba, em Minas Gerais, conclui que

[...] todo o processo produtivo da agricultura e seu desenvolvimento é coordenado pelo setor não agrícola, onde o capital encontra-se quase que totalmente dominado pelo capital internacional. Portanto, é a indústria que comanda a modernização da agricultura. (PESSÔA, 1988, p. 80).

Dessa forma, reafirmamos o papel desempenhado pelo Estado, enquanto propagador de mudanças, na captura das regiões do Cerrado nordestino, enquanto áreas de expansão da fronteira agrícola, isso no contexto de uma nova lógica dentro do processo de interiorização do capitalismo no Brasil.

Como resultado desta atuação governamental, presenciamos um processo de transformação da cadeia produtiva local, que antes era calcada na pequena propriedade, indo agora para a produção em larga escala de soja. Com relação à soja, até o fim da década de 1970, a produção praticamente restrinjava-se às regiões Sul e Sudeste (São Paulo e Minas Gerais), tradicionais produtores de grãos. Essa veracidade se confirma, quando atentamente ouvimos a um dos grandes produtores de soja da região sul do estado do Maranhão. Na fala do produtor, a produção de soja em larga escala nas áreas do Cerrado no Maranhão seria como

Grande salvadora da pátria para aquelas grande áreas de terras sem uso algum. As pessoas daqui não tinham a noção do que é esse bioma cerrado para a cultura da soja. Hoje eles já pensam diferente e, assim como nós que plantamos soja, eles plantam o arroz. Na verdade cerrado e soja é um casamento que dá certo. E graças a visão empreendedora do Sr. Paulo é que

nós chegamos aqui, e aqui estamos até hoje. (Entrevista 14, Presidente do SINDIBALSAS).

A fala do produtor só vem a corroborar a política adotada pelo então prefeito municipal, o Sr. Paulo de Tarso Fonseca, quando o mesmo deslocou-se até as terras do sul do país com a finalidade de propagar o potencial agrícola de toda a região dos Gerais de Balsas, no sul do estado do Maranhão.

Ao fazer a discussão sobre o papel do Estado no tocante às políticas públicas direcionadas ao ordenamento dos novos espaços agrícolas, Inocêncio (2010) assim descreve:

O mecanismo impulsionador dessas novas configurações territoriais é o capital que expande incorporando áreas que apresentam, do ponto de vista geográfico, maior proximidade com o eixo econômico do sudeste e condições naturais, tais como clima e pluviosidade favoráveis. A modernização territorial do Cerrado emergiu com os novos sistemas de cultivo introduzidos no campo. Estes se conformaram em modernos e sofisticadas técnicas de produção em que o emprego de capital foi o propulsor desta etapa de incorporação de novas áreas ao processo de modernização do campo. (INOCÊNCIO, 2010, p. 100).

Destaca-se que, nas últimas décadas/últimos anos, instalaram-se grandes projetos e desenvolveram-se diversos programas nas áreas do Cerrado do Brasil, cuja finalidade se pauta na estruturação da produção, principalmente no que se refere à adoção de um modelo de produção voltado para o mercado exterior. Dentre esses inúmeros programas, destacaremos aqui a atuação do PRODECER.

Na contribuição de Inocêncio (2010), o PRODECER incorporou, através de projetos de colonização, algumas áreas de Cerrado, denominado de “Projeto Piloto”. Os produtores para participarem do projeto tinham que estar vinculados a cooperativas agrícolas ou associações de produtores rurais.

Cronologicamente, conforme Silva (2009) esse acordo Brasil-Japão teve início na região do Triângulo Mineiro através do PRODECER I<sup>16</sup>, depois no Noroeste mineiro, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul (PRODECER II). Em sua última versão na década de 1980, as áreas norte do Tocantins e sul do Maranhão (PRODECER III). Vale ressaltar que, em todas as suas versões, o PRODECER teve a partir de 1979 o apoio da Companhia de Promoção Agrícola (CAMPO) nas suas áreas de atuação.

Discorrendo sobre a empresa CAMPO, Inocêncio (2010, p. 99) afirma que

---

<sup>16</sup> Ver a contribuição de Pessôa (1988).

Foi a empresa que articulou a criação dos diversos órgãos dos governos brasileiro e japonês e da iniciativa privada, coordenando a execução geral do PRODECER em suas três etapas. Assumiu também algumas ações executivas relacionadas ao desenvolvimento do programa como a aplicação/uso dos recursos.

Um fato que deveremos considerar quanto ao processo de modernização da agricultura na região sul do Estado do Maranhão, é a implantação do PRODECER III. Idealizado em 1974 e formalizado em 1978, o referido programa teve sua primeira versão, o PRODECER I na região dos Cerrados mineiros, particularmente, nas áreas correspondentes aos municípios de Coromandel, Iraí de Minas e Paracatu (PESSÔA, 1988).

Para efeito de análise dos programas implementados pelo Governo Federal nas áreas de Cerrado maranhense, daremos uma ênfase maior ao PRODECER III que envolveu os estados do Maranhão (Região dos Gerais de Balsas) e Tocantins (Pedro Afonso) (INOCÊNCIO, 2010).

No sul do Maranhão a área escolhida para execução do programa foi a Região dos Gerais de Balsas. Entende-se que a escolha por essa região, foi baseada em alguns fatores, tais como: facilidade de escoamento da produção pelas vias terrestres (rodovias e ferrovias), proximidade dos Portos de Itaqui e Ponta da Madeira (São Luís/MA) e o baixo valor de aquisição da terra<sup>17</sup>.

A elevação dos preços da soja no mercado externo levou o governo brasileiro a criar políticas de concessão de linhas de crédito para as inúmeras empresas do ramo agrícola que estivessem interessados na produção de soja e derivados, o que permitiu ao país, em um curto período de tempo, passar da condição de importador a um dos maiores exportadores mundiais desta *commodity*.

A ocupação econômica do Cerrado por agentes externos<sup>18</sup>, na sua maioria atraídos por políticas de favorecimento econômico por partes das esferas federais, estaduais e municipais, passou a ser uma das principais alternativas para a expansão da fronteira agrícola em direção às novas regiões agrícolas brasileiras.

Relato obtido durante o trabalho de campo confirma que o valor de aquisição das terras no Cerrado sul do estado foi o grande responsável pela vinda dos primeiros

<sup>17</sup> Durante o trabalho de campo, na fase das entrevistas, alguns relatos comprovaram que essas terras foram adquiridas de um grande latifundiário sulista que chegou à região no final da década de 1970.

<sup>18</sup> Entende-se nesse contexto como agente externo o papel dos migrantes sulistas em direção ao cerrado nordestino.

agricultores à região dos Gerais de Balsas. Diante das nossas indagações, o produtor rural entrevistado relata, assim, a sua diáspora em direção às terras maranhenses.

Ouvi falar dessas terras no município de Não Me Toque lá no Rio Grande. Nessa época nos vivia num marasmo total. Tínhamos a força e a garra do gaúcho, mais faltava algo que não nos preenchia, terras para produzir. E olha que o povo daqui do Maranhão nunca sofreu com a falta de terra para produzir, diferente da gente lá do sul. Pra nós quem tivesse a quantidade de terra que um lavrador tem aqui era chamado de rico senhor! Mais as terras realmente boas na época gente não consegui comprar, porque o governo já tinha fechado negócio pra assentar as famílias que vieram do sudeste pra o PRODECER. (Entrevistado 15, produtor de soja).

Pela fala do entrevistado, fica evidente que esse preço baixo das terras foi a mola propulsora da vinda desses novos agricultores capitalistas ao espaço agrícola maranhense, aliado também às políticas de incentivo dado pelo governo municipal, estadual e até mesmo federal. A soja entra no cenário da modernização da agricultura, aqui colocada como sendo o “carro chefe” dessa reestruturação produtiva da agricultura, pois atraia não somente novos agricultores a essa região, mas também acabou sendo a responsável pela introdução da técnica e da ciência na agricultura. Coube à soja o papel de introduzir no cenário da agricultura local, a substituição de práticas agrícolas até então vigentes, por novas formas de agriculturar a terra. Seria na verdade, o desaparecimento em quase a totalidade das práticas agrícolas desenvolvidas nas chamadas “roças de toca”, tendo nas chamadas agriculturas globalizadas, uso maciço de tratores.

Para Silva (2009, p. 75) o Cerrado torna-se, então,

Uma região estratégica na incorporação de novas áreas agrícolas, devido à sua posição geográfica e características físico-ambientais, que propiciam, dessa forma, a expansão da produção agropecuária baseada no pacote tecnológico da Revolução Verde. Sendo assim, essa região consistiu em um dos pólos importantes para a implementação das políticas direcionadas para a expansão da fronteira agrícola, ou seja, a modernização da agricultura brasileira operacionalizada através de políticas públicas foi fundamental para a inserção do Cerrado no processo de produção agropecuária.

Ao relatar sobre a fisiografia da região, o nosso entrevistado assim caracteriza a área do Cerrado sul maranhense

O cultivo da soja se dá em áreas planas, favorecendo assim a utilização cada vez mais de maquinários, como no caso o trator. A região de chapadas no Cerrado maranhense é um espaço privilegiado no estado, assim a obtenção de

tratores para o cultivo da soja foi essencial para que as fazendas tivessem uma produtividade média compensadora. Balsas é um pouco disso tudo e, talvez tenha sido essas características que fizeram com que o governo do Brasil aqui instalasse mega projetos [fazendo *uma referência ao PRODECER III*] antes vistos só nos estados do sul. Somos privilegiados com as nossas terras, aqui tudo que se planta se colhe. Já tivemos o arroz, a mandioca, o feijão e por último a soja. E agora tá chegando também a cana na região. (Entrevistado 16, Representante da Secretaria Municipal de Agricultura de Balsas, grifo nosso).

Na Região dos Gerais de Balsas, o Projeto Piloto do PRODECER III instalou-se no município de Balsas, numa área de 40 mil hectares, distante 200km da sede do município no sentido São Raimundo das Mangabeiras, ao sul do município. Com um total de 40 famílias, na sua quase totalidade vindas do estado de Minas Gerais, numa localidade hoje denominada de Batavo, o PRODECER III, através do Projeto Batavo, abriu caminhos para a expansão da monocultura da soja nas áreas do Cerrado sul do Maranhão.

Embora esse programa não tenha sido especificamente concebido para fomentar a produção de soja, ele foi de suma importância para alavancar e movimentar forças que propiciaram notáveis incrementos na produção desta *commodity* na região do Cerrado sul maranhense.

Atualmente (2011) o que verificamos quanto a essa área de penetração do capital na agricultura no município de Balsas, é um total retrocesso quanto ao seu planejamento, que deveria apresentar uma infraestrutura que atendesse aos novos produtores, tais como: estrada, moradia, escola e energia elétrica, esta última como sendo necessidade de primeira grandeza. Isso fica comprovado quando um dos nossos entrevistados, assim relata essa situação.

Estamos numa área privilegiada. Aqui é perto de tudo. Andando menos de 300 km você tá na ferrovia norte sul, essa escoa toda a nossa soja pra a capital [aqui se referindo ao Porto de Itaqui], água aqui temos em abundância, uma gente que tem garra pra trabalhar pra melhorar essa região vieram muitas. Mas o governo não faz sua parte. Se a gente tivesse energia nas nossas propriedades seria outra história. A gente fica só vendo a torre de transmissão passando em cima de nossas cabeças e nada de energia nas nossas fazendas. (Entrevistado 17, produtor rural, empresário rural, grifo nosso).

No que diz respeito às limitações relacionadas ao desenvolvimento da agricultura moderna, os dados colhidos durante o trabalho de campo mostram que a

energia elétrica ainda é hoje, um dos grandes problemas para a consolidação da agricultura modernizada em Balsas.

O entrevistado 17, ao descrever a região dos Gerais de Balsas, informa que o município de Balsas está numa área de fácil escoamento da produção, ocupando desse modo posição estratégica. Essa afirmação fica evidenciada na medida em que Balsas têm como via de acesso a outras regiões do Estado a BR-230, que liga a cidade ao distrito Agroindustrial de Porto Franco/MA, anexo do pátio multimodal da Ferrovia Norte Sul, onde temos a presença de várias empresas multinacional, como a BUNGE e Algar, que fazem o armazenamento e posteriormente exportação dos grãos de soja para Europa, América do Norte e Ásia (Foto 4).

Foi notório que durante o trabalho de campo, percebemos a inserção do cultivo da cana de açúcar em algumas áreas antes ocupadas pela. Essa nova realidade da agricultura local tem como pano de fundo a *holding* brasileira AGROSERRA.

Foto 3- Pátio Multimodal de Porto Franco/MA



Autor: MOTA, F.L., 2011.

Posicionado no município de Porto Franco, o pátio multimodal da ferrovia Norte Sul tem a função de integrar as várias modalidades de transporte (ferroviário e rodoviário) de cargas a serem usadas no escoamento dos grãos de soja, na sua maioria vindas do cerrado sul maranhense. Para efeito de localização, o pátio multimodal de

transporte localizado em Porto Franco/ MA fica próxima a BR-010 (Belém/Brasília)<sup>19</sup>, numa estratégica área de ligação entre os estados do Maranhão e Tocantins.

Ainda durante a pesquisa de campo, constatamos que o escoamento da produção dos grãos de soja do sul do Maranhão, da-se inicialmente por via terrestre (rodovia) no município de Balsas (seguindo a BR230) até o pátio multimodal de Porto Franco (MA). Em seguida, utiliza-se o transporte ferroviário, iniciando-se no município de Porto Franco (Ferrovia Norte Sul) até a estrada de Ferro Carajás no município de Açaílândia (MA) (Mapa 2).

Sobre a Ferrovia Norte-Sul, vimos que esta foi projetada para promover a integração nacional, minimizando custos de transporte de longa distância e interligando as regiões Norte e Nordeste as regiões Sul e Sudeste. A área de influência da Ferrovia Norte-Sul possui excelentes condições para expansão das fronteiras agrícolas, quer seja pelas propriedades físicas do solo, quer pela topografia plana e condições climáticas favoráveis, aliadas à disponibilidade de grande extensão de áreas agricultáveis.

A soja produzida na região de Balsas é transportada através da Ferrovia Norte-Sul, de propriedade da VALEC<sup>20</sup>, um empreendimento do Programa Avança Brasil, do Ministério dos Transportes. A partir daí é transportada nos vagões da Ferrovia de Carajás até São Luís, seguindo até o Porto de Itaqui<sup>21</sup>, de onde é exportada para Europa e Ásia.

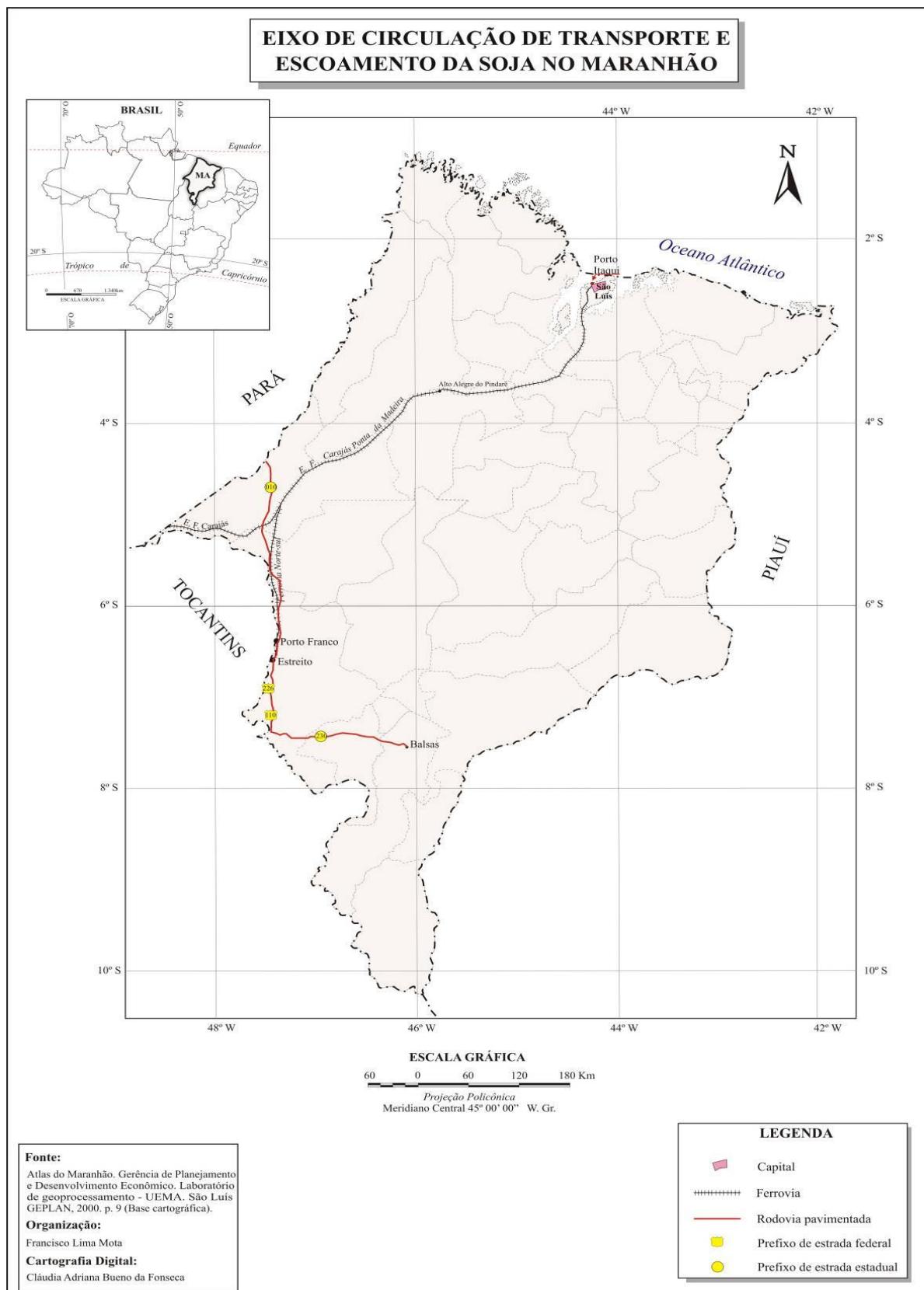
---

<sup>19</sup> A Rodovia Belém Brasília recebe a denominação de BR-010 até o município de Estreito. Ao adentrar no estado vizinho do Tocantins , a mesma BR passa a ser denominada de BR 230.

<sup>20</sup> A VALEC tem concessão para a construção e operação da Ferrovia Norte-Sul, cujo traçado, com extensão de 3.100km, é iniciado em Belém, no Pará, e segue até o município de Panorama, em São Paulo. É estatal responsável pela construção das ferrovias brasileiras.

<sup>21</sup> Vale ressaltar que o Porto de Itaqui está numa posição estratégica, pois está próximo da Europa e EUA, permitindo que navios de grande porte possam atracar para embarque da produção.

Mapa 2- Eixo de Circulação de Transporte e Escoamento da Soja no MA



Em suma, pode se assegurar que a modernização da agricultura cria espaços distintos, não limitando ao campo a supremacia dessas transformações socioespaciais. Cabe à cidade, então, o papel de gerir e ao mesmo tempo dar suporte técnico para a manutenção da atual configuração pela qual os novos espaços agrícolas atravessam. No quarto capítulo analisaremos as metamorfoses socioespaciais engendradas na cidade de Balsas no sul do Maranhão, tendo como grande, ou senão, o único responsável as atividades agrícolas modernas.

## **4 DA ROÇA DE TOCO À CIDADE DO AGRONEGÓCIO: metamorfoses socioespaciais em Balsas pós 1980**

### **4.1 A gênese e formação socioespacial do município de Balsas**

O município de Balsas (Mapa 3) localiza-se na Mesorregião Sul Maranhense e na Microrregião dos Gerais de Balsas, a uma distância de, aproximadamente, 1000 quilômetros da capital do Estado, São Luís. Possui uma área territorial de 3.141,637 km<sup>2</sup>, apresentando densidade demográfica de 6,36 hab./ km<sup>2</sup> e uma população de 83.528 habitantes sendo que 72.771 vivem na cidade e 10.757 vivem no campo (IBGE, 2010). Encontra-se junto ao rio de mesmo nome, único afluente da margem esquerda do rio Parnaíba, com cerca de 510km de extensão. As coordenadas geográficas do município são, respectivamente 07°31'57" latitude Sul e 46°02'08" longitude Oeste.

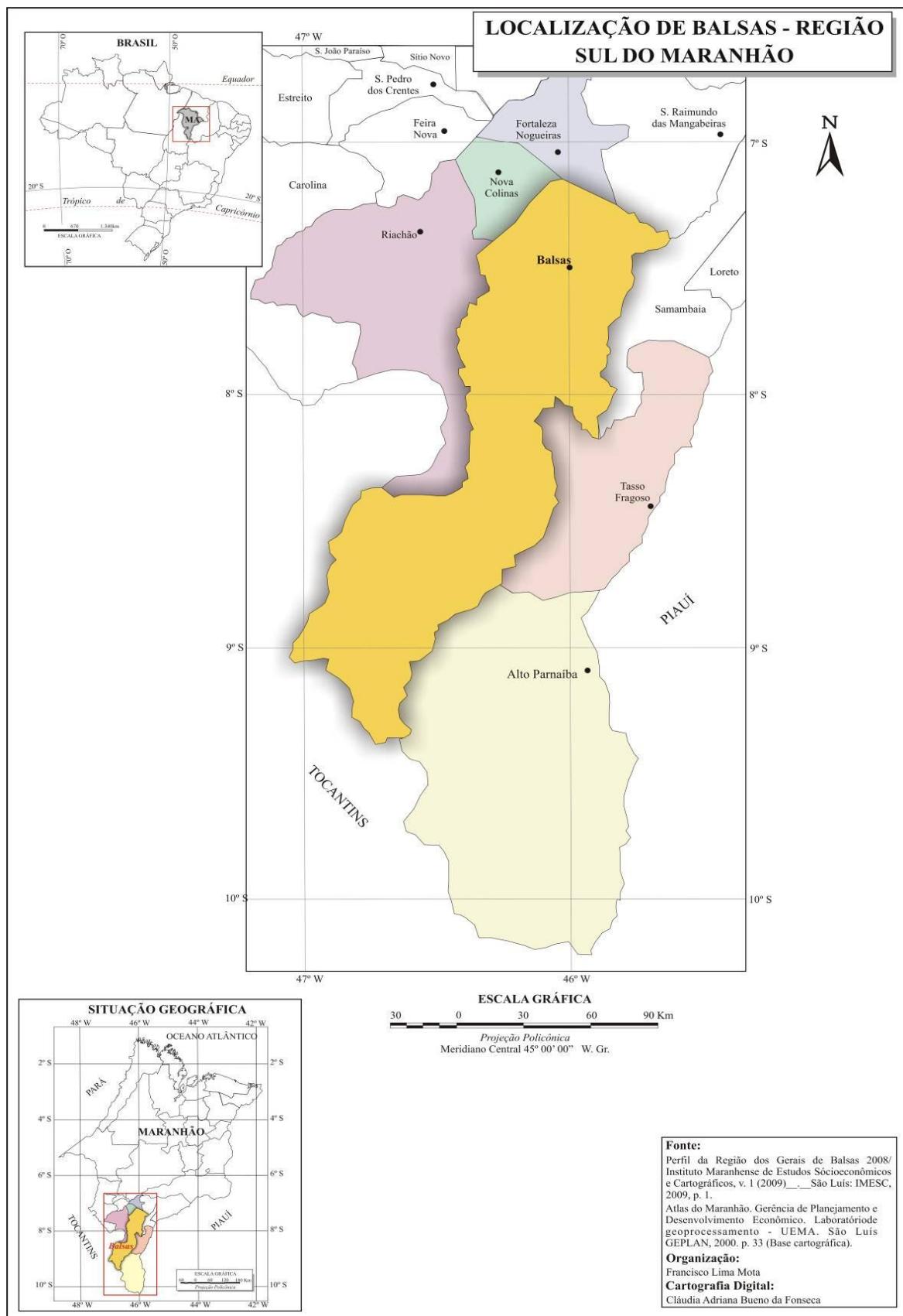
O município de Balsas, a exemplo da região sul do Estado do Maranhão, teve sua ocupação inicial vinculada à presença de vaqueiros nordestinos que, fugindo da seca cruzaram, principalmente, as terras do Estado do Piauí, entrando nas terras do Maranhão. Coelho Neto (1979) ao estudar sobre a formação inicial de Balsas ressalta que

O porto das Caraíbas era passagem obrigatória para todos os tropeiros que atravessavam o rio Balsas. A área servia na verdade, de referência para todas as embarcações, na sua maioria feitas de buritis (palmácea até então típica da região), as quais recebiam o nome de “balsas”. (COELHO NETO, 1979, p. 103).

Nesse processo inúmeros mercadores se dirigiram às terras da região, que futuramente seria entendida como o “eldorado” da agricultura maranhense, iniciada já no final do século XIX. Como exemplos desses precursores têm a presença do baiano Antônio Ferreira Jacobina, mercador que abastecia a população local dos sertões de fumo e sal (BARBOSA, 1959).

Ao fixar-se nessa área, Antonio Jacobina construiu às margens do Rio Balsas um pequeno comércio que abastecia a vila com fumo, cachaça, rapadura, sal e querosene, reforçando a ideia do povoamento, caracterizado dia a dia num movimento contínuo, chegavam famílias e famílias, para fixarem residência na então considerada promissora Terra (BARBOSA, 1959).

Mapa 3- Localização de Balsas- Região Sul do Maranhão.



Sobre esse contexto inicial de ocupação e povoamento, Barbosa (1959) comenta que

Casas eram construídas, novas ruas eram rasgadas; estabelecimentos comerciais se multiplicaram, e os sertanejos do sul do Maranhão e do norte do Goiás para ali transferiram a preferência de suas compras, atraídos pela abundância e facilidade do transporte de *gêneros alimentícios*, principalmente o sal [...] [...] e o progresso ali se acentuou. (BARBOSA, 1959, p. 28, grifos do autor).

Ainda sobre o processo de formação histórica do município de Balsas, Sandri e Baú (2008) discorrem que se fundou o Arraial de Vila Nova, em substituição ao Porto das Caraíbas. Em 1879, Vila Nova já possuía duas ruas e o largo, depois chamado de Largo da Igreja, atualmente Praça Getúlio Vargas, onde foi construída a igreja de Santo Antônio. O lugar é elevado à categoria de Vila em 7 de Setembro de 1892 e, passa à categoria de cidade através do Projeto de Lei 775, de 22 de Março de 1918, da autoria do Deputado Estadual Thucydes Barbosa, recebendo a denominação de Balsas (SANDRI ; BAU, 2008).

Após quase 100 anos de sua emancipação política, Balsas passou a conhecer transformações substanciais em sua estrutura socioespacial, ou seja, mais recentemente (a partir do final da década de 1970) migrantes sulistas passaram a alterar a estruturação espacial do município, promovendo mudanças no processo de estruturação socioespacial do município.

Para Cabral (1992, p. 98) na “região denominada de sertão, predominava a pecuária, e essa fora determinante não somente para a organização produtiva, como também foi de suma importância ao processo de ocupação do território sul maranhense”.

Nesse sentido, embasado na afirmação de Cabral (1992) pode-se inferir que Balsas teve duas vertentes que foram preponderantes para a sua formação e estruturação, isso como uma vila (final do século XIX) e, já com *status* de cidade (inicio do século XX). Esta organização socioespacial de Balsas encontrou motivações através da difusão das atividades econômicas conduzidas através da pecuária, inicialmente e, a agricultura posteriormente. Aqui recai, na discussão acima supracitada sobre o papel das frentes, como elemento essencial para a estruturação do espaço sul maranhense e, mais especificamente, o espaço balsense.

Apoiado na tese de Cabral (1992), onde a autora discute a respeito do papel das frentes no processo de formação do espaço sul maranhense, Sousa (2009) ao estudar o papel das frentes de ocupação no processo de ocupação de Imperatriz (MA), afirma que é salutar considerar o papel empreendido pelas frentes agrícolas e pecuaristas no processo de formação do espaço centro sul do Estado do Maranhão.

Ao fazer uma cronologia dessas frentes colonizadoras em direção à Pré Amazônia maranhense, Franklin (2005, p. 33) descreve que a frente pastoril partiu do Nordeste e teve sua origem nos tempos das “entradas e bandeiras, que a partir de Pastos Bons ocupou o sul do Maranhão, tendo sido forçada a estacionar antes às margens do rio Farinha, na povoação de São Pedro de Alcântara pelos índios timbiras”.

Diante das exposições de Franklin (2005) e Sousa (2009) pode-se concluir que as frentes de ocupação originária do Nordeste brasileiro tiveram sua incursão inicialmente nos vales dos rios navegáveis, como também seguindo os rastros da pecuária oriunda da região Nordeste em direção ao Centro Sul do Estado.

Cabe ressaltar que estas frentes tiveram um papel de suma importância no tocante à formação da região Sul Maranhense que, posteriormente se transformou na mais promissora área agrícola do Estado. As frentes agrícolas responsáveis pela ocupação e povoamento do sul do Estado foram substituídas pelas frentes de expansão agrícola, que tiveram seu surgimento já na metade do século XX, mais precisamente em meados da década de 1970.

Com relação a essa nova lógica de apropriação do espaço, Sousa (2009) nos diz que

Após 1950, as frentes agrícolas conduzidas por fazendeiros do Centro Sul do país e demais regiões intensificaram os seus deslocamentos para o Oeste até alcançar o Sudoeste, *especificamente a região dos Gerais de Balsas*. Elas foram responsáveis por movimentar a produção de arroz na região tocantina e sul do Maranhão, colocando a cidade de Imperatriz e os demais municípios da região entre os maiores produtores de arroz do Estado entre as décadas de 1960-1970. (SOUZA, 2009, p. 69 grifos do autor).

Ao discutir o papel dos migrantes no processo de ocupação e, posterior formação socio-espacial das novas áreas agrícolas incorporadas ao capital, Alves (2006) mostra a importância da participação dos migrantes sulistas nesse processo de ocupação dos Gerais, e ainda descreve que, aproveitando-se das ações governamentais, os sulistas (principalmente gaúchos, paranaenses, paulistas e mineiros) lideraram a corrente migratória para o Cerrado dos estados da Bahia, Piauí e Maranhão e se tornaram os

grandes responsáveis pela produção de grãos dessa área, aqui enfatizando a produção de soja. Vale ressaltar que os primeiros grupos chegaram ao município de Balsas no final da década de 1970, contudo esse movimento só se consolidou nos anos 1980 (ALVES, 2006).

Convém lembrar, mediante Corrêa (1995, p. 26), que o estudo sobre a formação “sócio espacial, ou simplesmente formação espacial, reside no fato de se explicitar teoricamente que uma sociedade só se torna concreta através de seu espaço, do espaço que ela produz.”

Embasados na fala de Corrêa (1995), entende-se, nessa linha de discussão, que a produção do balsense resultou da atuação de três agentes distintos: os agricultores capitalizados, os agentes econômicos e o Estado. É importante nesse sentido apreender os papéis e funções conferidos a cada um destes agentes no processo recente de apropriação do município de Balsas. Inicialmente, convém enfatizar o papel do Estado em relação ao processo de modernização agrícola no sul do Maranhão.

#### **4.2 Balsas: centro agrícola dinamizador e de influência do Estado do Maranhão**

O processo de transformação econômica do Estado do Maranhão, apoiada nas atividades primárias para uma economia agora alicerçada em alguns pilares da globalização, vem promovendo profundas transformações nas suas estruturas não só econômica, mas também políticas, sociais e territoriais.

Essas mudanças são visíveis no contexto estrutural do município de Balsas. Com uma população total de, aproximadamente 6.574.789 habitantes (IBGE, 2010), distribuídos por 217 municípios, sendo 63,08% de população urbana e 36,92% de população rural, o estado do Maranhão ocupa 3,9% do território nacional.

A análise está centrada especificamente na Região dos Gerais de Balsas, mais especificamente, o município de Balsas. Para efeito de conhecimento, a Região dos Gerais de Balsas é composta pelos municípios de Alto Parnaíba, Balsas, Fortaleza dos Nogueiras, Nova Colinas, Riachão e Tasso Fragoso. Balsas, então se configura como o polo de maior importância no Cerrado maranhenses e, consequentemente em toda a região sul do estado. Inicialmente, discutiremos sobre os impactos territoriais verificados na região, no território corporativo do agronegócio comandado através da soja no município de Balsas.

O município de Balsas, localizado na região sul do Estado do Maranhão configura-se como o centro dinamizador e polarizador de toda uma região (Região dos Gerais de Balsas) estendendo sua influência econômica até os estados do Piauí e Tocantins.

Trata-se na verdade de um município que engloba toda uma região produtiva, tendo na agricultura moderna a sua maior expressão. Esse *status* que o município recebe é resultado do processo de reestruturação produtiva a qual passou o país e, consequentemente a região Nordeste a partir da segunda metade do século XX, tendo como recorte temporal a década de 1970, com a introdução do meio técnico-científico-informacional nas atividades agrícolas dessas novas *fronts agrícolas*. Vale lembrar que esse fato pode ser apontado como um dos grandes responsáveis pelo fenômeno da urbanização nessas áreas.

A cidade é o lugar das decisões, e seu surgimento é justificado pela existência de um excedente agrícola (SPÓSITO, 2007). Com base na fala do autor, constata-se que Balsas não foge a essa definição.

O município sempre teve uma vinculação com as atividades agrícolas, ocupando um lugar de destaque no estado. Balsas teve como primeiro ciclo econômico produtivo o arroz e no final do século XX a soja desponta como a principal atividade da agricultura local. O município passa, a partir de então, a interessar ao capital hegemônico do agronegócio globalizado, voltado à produção de *commodities* fundamentadas na produção de grãos, em especial a soja para o mercado mundial e, não mais uma agricultura que priorizava somente a produção de alimentos, ideia típica com a produção de arroz.

Em estudo sobre o ciclo econômico produtivo do arroz no Estado do Maranhão, Fonseca (2008) afirma que

O Estado do Maranhão, assim como a região sul do Estado, aqui representado pelo município de Balsas, sempre esteve entre os cinco maiores produtores de arroz. [...] A principal explicação para este comportamento é o processo de expansão da fronteira agrícola, utilizando o arroz como cultura pioneira, para em seguida ceder espaço para a soja ou atividade pecuária. (FONSECA, 2008, p. 24-25, grifo do autor).

A esse respeito, Elias (2006a, p. 236) relata que inúmeras cidades do Brasil, assim como Balsas (MA), presenciam a desestruturação da “formação socioespacial anterior e a promoção de novas dinâmicas políticas, sociais, culturais e territoriais.”

Para Elias (2006a), na verdade, esse processo recente só vem a confirmar a reestruturação produtiva da agropecuária, no caso aqui se tratando a maranhense, decorrente da penetração cada vez mais intensa do capital financeiro, promovendo mutações na estrutura do município de Balsas.

A tabela 4 mostra essa preocupação de Elias (2006a) quando visualizamos a substituição da rizicultura, até então, um dos principais produtos cultivados no Maranhão. Até início da década de 1980 o Estado do Maranhão esteve entre os cinco maiores produtores nacional de arroz, sendo substituído pelo Complexo Soja no inicio da década de 1980. Na visão de Marafon (1998, p. 49), este processo é entendido como sendo uma “transformação que ocorreu em cada lavoura”, aqui no caso o arroz. A tabela 4 mostra tais mudanças.

Tabela 4 – Áreas utilizadas em hectares e produção em toneladas nas culturas de arroz e soja no Maranhão -1985 a 2006

<b>PERÍODO</b>	<b>Rizicultura</b>			<b>Complexo Soja</b>		
	<b>ÁREA (ha)</b>	<b>Produção (ton)</b>	<b>(%)</b>	<b>ÁREA (ha)</b>	<b>Produção (ton)</b>	<b>(%)</b>
1985	636.219	799.322	98,99%	7.189	8.089	1,01%
1990	690.495	464.796	99,10%	16.300	4.176	0,90%
2000	478.839	727.442	61,53%	175.716	454.781	38,47%
2006	507.446	702.224	42,99%	323.500	931.142	57,01%

Fonte:IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2006.  
Org. MOTA, F. L., 2011.

Ao analisar a tabela 4 destacamos a relevância que tinha a produção de arroz no tocante à produção das lavouras temporárias no estado, tendo uma oscilação de 636.219ha a 507.446ha entre os anos de 1980 a 2006, respectivamente, enquanto que a introdução do Complexo Soja, já em meados de 1980 correspondeu ao uso de 7.189ha na sua fase inicial e, em 2006 verificamos uma elevação para 382.5ha de áreas agricultáveis com soja.

Constata-se assim que a produção de arroz apresentou uma significativa queda de produção no ano de 1990, chegando a produzir 464.797 toneladas para uma área de 690.495. Nesse mesmo intervalo a área utilizada para o complexo soja duplica, chegando a 16.300ha com uma produção de 4.176 toneladas. Os dados atuais mostram que essa tendência ainda é presente no estado, onde a soja agora ocupa uma área de 382.5ha e cultivo com uma produção que chega a 931.142 toneladas. Vale aqui frisar que as

áreas de expansão da fronteira agrícola no Maranhão, comandadas pela soja, a partir do final da década de 1990, se expandem para região Leste do estado (Mapa 4), com destaque para os municípios de Chapadinha, Mata Roma e Anapurus na região do Alto Munim.

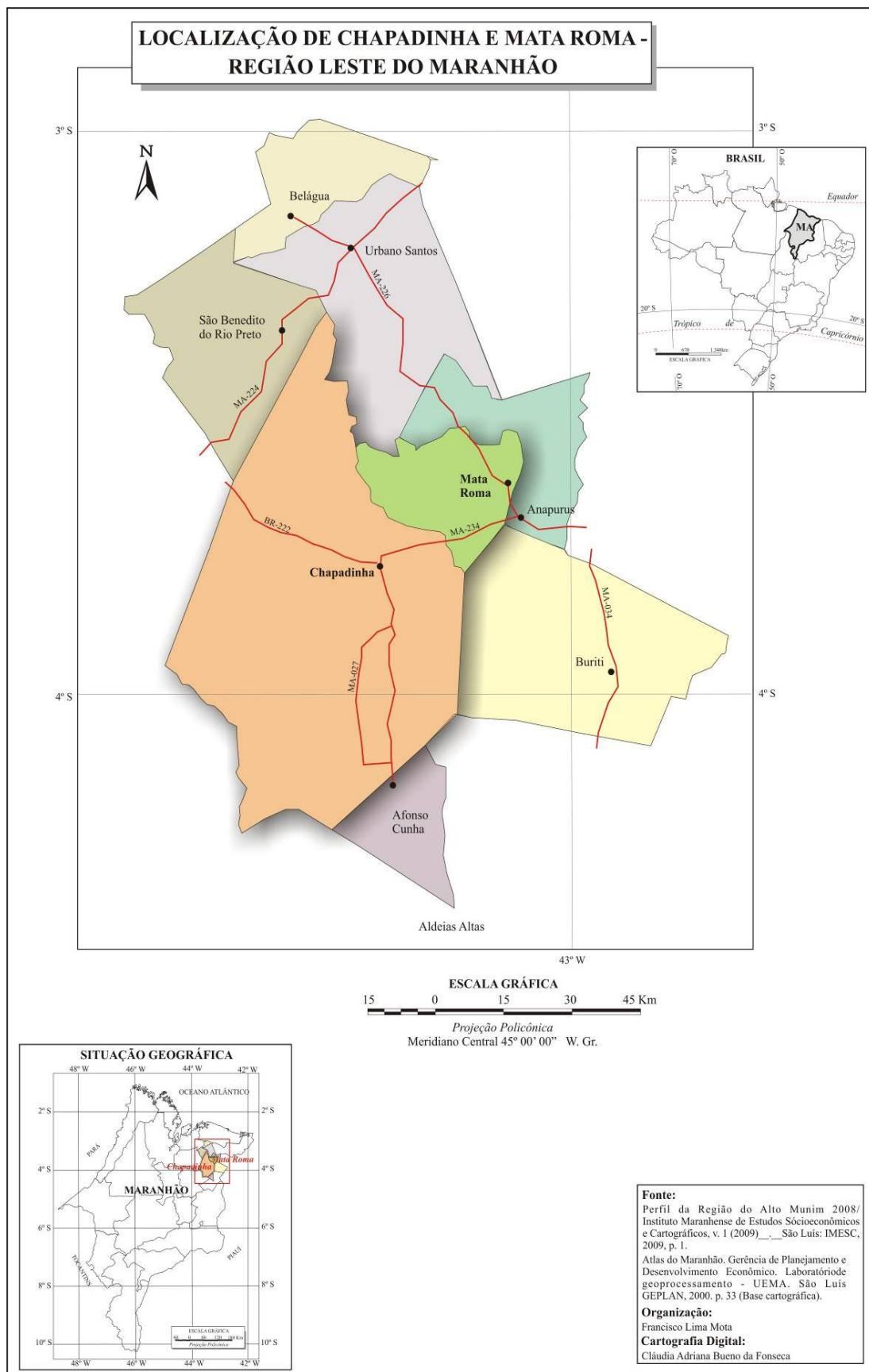
Marafon (1998) analisa esse processo na realidade brasileira e defende a tese de que o complexo agroindustrial foi constituído, expandiu e propagou-se por algumas áreas no Brasil pelo processo de modernização da agricultura, caracterizado na maioria dos casos, como sendo o modelo econômico de desenvolvimento da agricultura brasileira.

Essa nova configuração do espaço agrícola maranhense passa a ser configurada, conforme Elias (2006a, p. 226) como sendo o momento em que o Brasil

Vislumbra a ocupação de novas fronteiras pelo agronegócio globalizado, *Balsas, por exemplo*, fazendo de alguns lugares importantes receptores de vultosos investimentos de importantes empresas do setor, difundindo-se o agronegócio e a agricultura científica. (grifo nosso).

Na verdade, a cultura da soja em larga escala no Maranhão e, mais especificamente na região sul do estado, constitui um processo recente, tendo seus primeiros focos de incidência no ano de 1978, com a chegada dos primeiros sulistas que aqui vierem se instalar. Um exemplo dessa diáspora gaúcha às terras maranhenses pode ser notado com a presença do casal de holandeses Phillipsen's que, em meados da década de 1970, vieram atraídos pelos incentivos fiscais dado pelo Governo Federal no sentido de desenvolver o agronegócio nessa região.

Mapa 4 - Localização de Chapadinha e Mata Roma – Região Leste do Maranhão

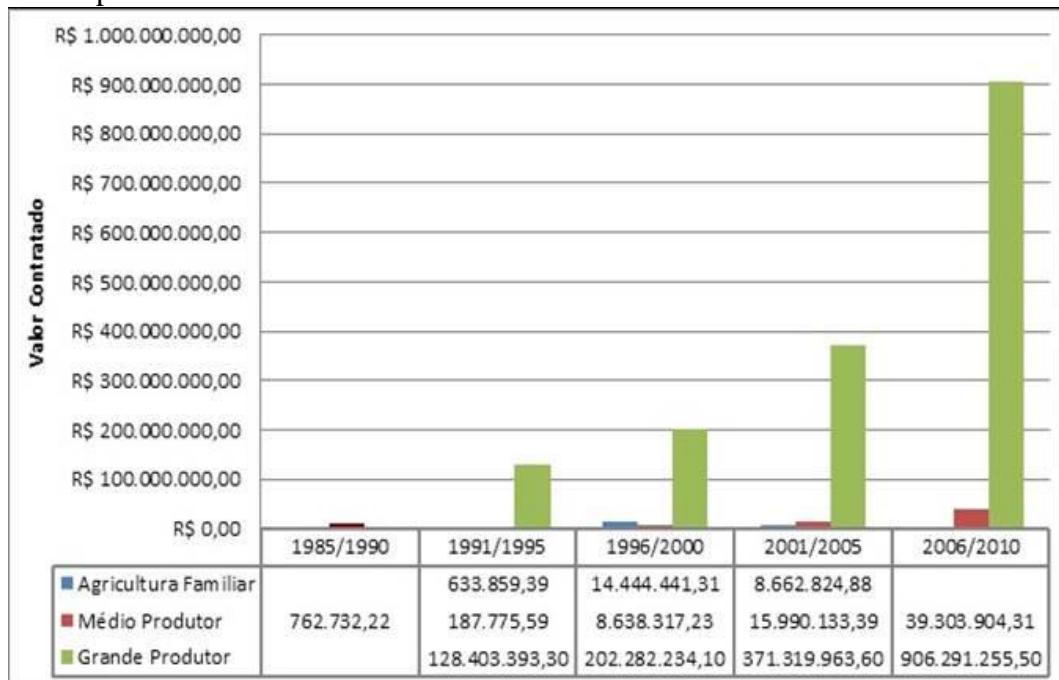


No que tange a essa nova configuração da região produtiva de Balsas, Silva (2009) descreve a trajetória do casal Leonardus e Wilherlmina Philipsen em direção ao Maranhão, agora apoiados pelo Governo Federal.

Com o dinheiro liberado pelo Banco do Brasil (BB) Philipsen adquiriu dois tratores esteiras com gigantescas correntes que arrancavam a vegetação, dois caminhões, uma colheitadeira e os demais implementos agrícolas para o plantio. Inicialmente foi necessário preparar a terra e descobrir sementes apropriadas para aquele clima. O adubo que chegou a ser confundido como semente por um ex. deputado estadual vinha de Curitiba (PR), a mais de 2.500 km. (SILVA, 2009, p. 53).

Essa nova fase da modernização da agricultura, pode ser visualizada quando analisamos a apropriação das terras por parte dos recém-chegados agricultores “empresários” no tocante à aquisição de crédito agrícola junto às agências bancárias recém-instaladas na cidade. Um fato relevante nessa nova realidade agrícola presente em Balsas é o distanciamento por parte das políticas de fomento da agricultura quanto aos pequenos produtores (Gráfico 1) e um, certo favorecimento aos médios e grandes produtores, que, na sua quase totalidade, são oriundos da região Sul do país.

Gráfico 1- Contratações financeiras junto ao BNB por segmento de produtores de Balsas período de 1985-2010



Fonte: BNB, 2010.

Org. MOTA, F. L., 2011.

Com base nos dados apresentados no gráfico 1, fica claro que, a partir da sua instalação, em 1985, as agências de fomento da agricultura local (aqui se tratando do Banco do Nordeste do Brasil- BNB) priorizavam o médio e o grande produtor, em detrimento dos pequenos produtores rurais.

Corroborando a transcrição acima, Pessôa (1988, p. 47) mostra que programas elaborados como o PROTERRA, PROVALE, POLONORDESTE, POLOAMAZÔNIA “[...] não passaram de simples formulação de projetos que atenderam apenas a um determinado grupo de pessoas (médios e grandes proprietários) uma vez que são estes e não os pequenos proprietários que tem acesso ao crédito rural.”

De acordo com a autora, fica evidenciado que as agências de fomento de crédito agrícola, no caso os bancos oficiais<sup>22</sup>, na sua maioria norteadas por suas próprias políticas, acabam que excluindo o pequeno produtor das linhas de crédito, colocando-os como insignificantes à nova visão que é dada a agricultura brasileira, que é a de produzir para atender ao mercado externo.

Esse quadro de favorecimento dado aos médios e grandes produtores fica reforçado na fala de um dos nossos entrevistados durante o trabalho de campo. As agências de fomento da produção agrícola eram

de uso exclusivo dos donos do que é produzido aqui [*se referindo aos produtores de soja*] e nós que sempre fomos produtores nessa região ficamos a mercê dos bancos. Pra nós pegar um empréstimo é uma romaria, dia após dia caminhando pra o banco. E olha que eles [*novamente se referindo aos médios e grandes produtores*] quase não pagam o que pegam no banco. Gente rica não tem a preocupação que nós pequeno produtor tem de pagar o que deve, afinal se ficar sujo no banco ai é que a coisa fica difícil. (Entrevistado 18, pequeno produtor rural e membro da diretoria do STR de Balsas/MA).

Vale ressaltar que nesse intervalo que vai de 1985 a 1990, os grandes produtores de grãos, estavam na gênese da produção em larga escala. Essa veracidade pode ser notada já no primeiro quinquênio de sua instalação em Balsas, na qual presenciamos a abertura da linha de crédito da ordem de R\$ 762.732,22 para o segmento de médios produtores. Esse quadro tem uma inversão a partir do momento em que os novos atores econômicos, no caso, os médios e grandes produtores de soja, inserem a agricultura globalizada no município e, já no intervalo entre 1991-1995 tem um montante de RS 128.403.393,30 para custeio de sua produção, contra R\$ 187.775,59 dos médios e um

---

<sup>22</sup> Reconhecemos como Bancos oficiais aqueles que estão diretamente ligados à União, tais como Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e o Banco do Brasil (BB).

valor bem menor no segmento pequeno produtor se comparados aos grandes produtores, que foi de R\$ 633.859,39.

O que fica evidenciado é que os pequenos produtores têm grande dificuldade de acesso ao sistema financeiro ou estão excluídos de qualquer serviço desse tipo, indo em contrapartida ao que seria a função dessas agências financiadoras da produção agrícola, que é o fortalecimento da agricultura familiar.

#### **4.3 A modernização da agricultura e seus reflexos na reestruturação socioespacial do município de Balsas (MA)**

O estado do Maranhão encontra-se localizado numa área de transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia Tropical e tem suas atividades produtivas localizadas nos seguintes espaços: o costeiro, o espaço cocal e o espaço Cerrado.

Com relação à agricultura, as áreas que ocupam uma importância maior, são as do Cerrado, localizadas ao sul do Estado, onde há uma maior especialização da sua agricultura, com destaque à produção de grãos em larga escala, dando uma ênfase para o cultivo da soja.

De acordo com Pessôa (1988, p. 99-100) o interesse por esse bioma não é algo recente, pois,

O interesse econômico pelo cerrado(sic) data do século XIX, quando pesquisadores de outros países visitaram o Brasil. Entretanto, as razões de ordem econômica para sua exploração surgira, sobretudo, na década de 1970, quando foram desenvolvidos estudos para correção dos solos para atender as necessidades das diversas lavouras a serem cultivadas na região. [...] as facilidades de mecanização nas áreas planas do cerrado e a garantia de preço desta cultura no mercado internacional foram fatores que contribuíram para sua expansão.

Reforçando essa tese, Mota (2007) afirma que a seleção dessas novas áreas agricultáveis do sul do Maranhão se deu através de inúmeros fatores e, acrescenta que:

É importante ressaltar que o preço baixo da terra, aliado à topografia plana da região são entendidos como fundamentais nesse processo. [...] embora os fatores físicos sejam importantes para a instalação da agricultura comercial eles não respondem pelo movimento total dessa dinâmica impressa na paisagem. Outros agentes estão por trás disso, como a influência política, por exemplo. (MOTA, 2007, p. 5-6).

De acordo com a fala de Mota (2007), fica evidenciado que a diáspora vivenciada pelos migrantes sulistas em direção às terras do cerrado sul maranhense se deu pelo viés dos fatores naturais e sociais. Vale também destacar nesse contexto o papel preponderante que teve o Estado enquanto agente impulsor das políticas públicas direcionadas às novas áreas agricultáveis do espaço agrícola brasileiro.

Afirmando essa tese, Araújo (2010) em estudo sobre o processo de modernização da agricultura nas áreas no Cerrado do Triângulo Mineiro, relata o papel do Estado nessa nova forma de ver a agricultura nas áreas até então inexpressivas para tal atividade econômica. Para a autora, as políticas públicas direcionadas ao campo brasileiro

Foram beneficiadas pelos programas financiados pelo governo federal e estadual, os quais possuíam como objetivo principal a incorporação de terras relativamente baratas por meio da intensificação do uso de capital, da correção da acidez dos solos e da mecanização da produção agrícola. [...] o avanço e o crescimento da agricultura no cerrado(sic) foram determinados pelo progresso técnico possibilitado pela pesquisa e experimentação, e pelos incentivos governamentais, os quais se consubstanciaram em programas regionais de desenvolvimento agrícola. (ARAÚJO, 2010, p. 145).

A participação do Estado em determinadas regiões, e aqui se tratando do Estado do Maranhão, decorreu da necessidade de incluir essas áreas, tidas como insignificantes ou atrasadas à nova configuração do capital vigente na época, que tinha como meta integrar novos mercados no sentido de complementar os mercados produtivos do Sudeste, Sul e Centro - Oeste do país numa economia, agora não mais vista como comercial, e sim a partir de agora, produtiva.

A partir da década de 1970, Aguiar (1986, p. 77) descreve que, “observou-se uma drástica mudança na composição da área cultivada e da produção agrícola, em termos de lavouras de exportação e de mercado interno”.

No entanto, essa “modernização” só é vislumbrada de fato pelo espaço agrário sul maranhense na década de 1980, com a introdução e substituição do arroz pela cultura da soja.

Para entender essa modernização nas áreas do Cerrado, e no contexto do Sul do Maranhão, Faria (1998, p. 159) descreve que

esse novo olhar da agricultura em direção às regiões interioranas ou centrais do Brasil tinha como objetivo romper com as tradicionais formas de produzir, alterando, por conseguinte, as antigas relações sociais de produção, tanto no setor urbano quanto no rural.

Se até década de 1970 a estrutura da agricultura brasileira estava inadequada aos padrões internacionais, posteriormente a esse momento, viu-se a ocupação de novas fronteiras agrícolas por atividades ligadas à agricultura globalizada, fazendo com que alguns espaços se transformem em áreas propícias à entrada de grandes investimentos do setor, difundindo-se nessas áreas o *agrobusiness* e a agricultura científica.

O Nordeste brasileiro a partir da década de 1980 passa então a configurar-se numa área em que se visualiza essa nova realidade agrícola do território brasileiro, integrando a partir desse momento às áreas do exército de reserva voltada quase que exclusivamente às atividades ligadas ao agronegócio globalizado. A introdução de inúmeras empresas nacionais e multinacionais testemunham, e fazem com que essas áreas assumam um novo e determinante papel na divisão internacional do trabalho agrícola.

Diante de tal exposição é possível inferir que Balsas, após a consolidação da agricultura modernizada, assume um papel importante no contexto regional, pois tem no seu espaço urbano a implantação dessas empresas nacionais e multinacionais e, nesse sentido configura-se como cidade polo regional das atividades ligadas à agricultura, exercendo o controle e a gestão em relação as demais cidades do Sul do Maranhão.

É sabido que a agricultura modernizada apresenta um impacto direto na economia das cidades que a recebem. Balsas não tem fugido a essa regra. A cidade é vista como (re) produtora dessas atividades, que tem no comércio, principalmente os de insumos e de serviços a sua maior expressão.

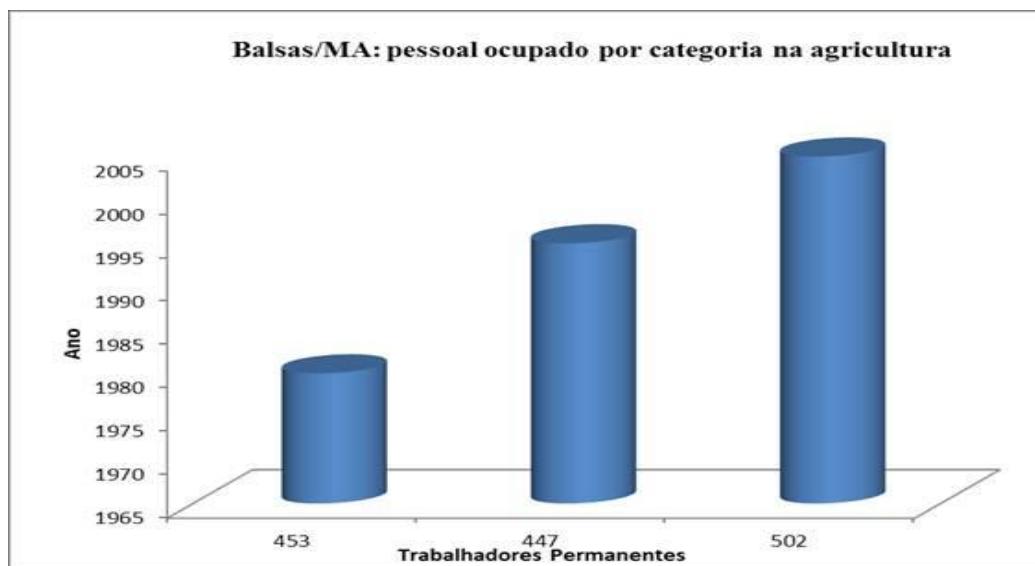
Com relação ao pessoal ocupado na agricultura, com bases nos dados IBGE (2006), constatamos que houve uma alternância nas categorias de pessoas empregadas diretamente na agricultura, tanto na condição de empregado temporário quanto a de emprego permanente.

Exemplificando essa situação, na categoria de empregado permanente (Gráfico 2), que em 1980 era de 453 trabalhadores, já no ano de 2005 esse quantitativo passa para 502 empregados.

Em movimento inverso, esse quantitativo de empregados permanentes teve um decréscimo já visto no ano de 1995 (447 empregados), situação essa explicada pela maciça absorção de maquinários na agricultura, não necessitando nesse caso de uma quantidade maior de empregados. A partir da primeira década do século XXI, verificamos um crescimento do número de empregados permanentes na agricultura

local, chegando em 20005 num total de 502 empregados. Um fato a que devemos atentar quanto a esse crescimento é a crescente demanda de serviços ligados diretamente à agricultura na cidade de Balsas.

Gráfico 2 - Balsas (MA): pessoal ocupado na agricultura como trabalhador permanente

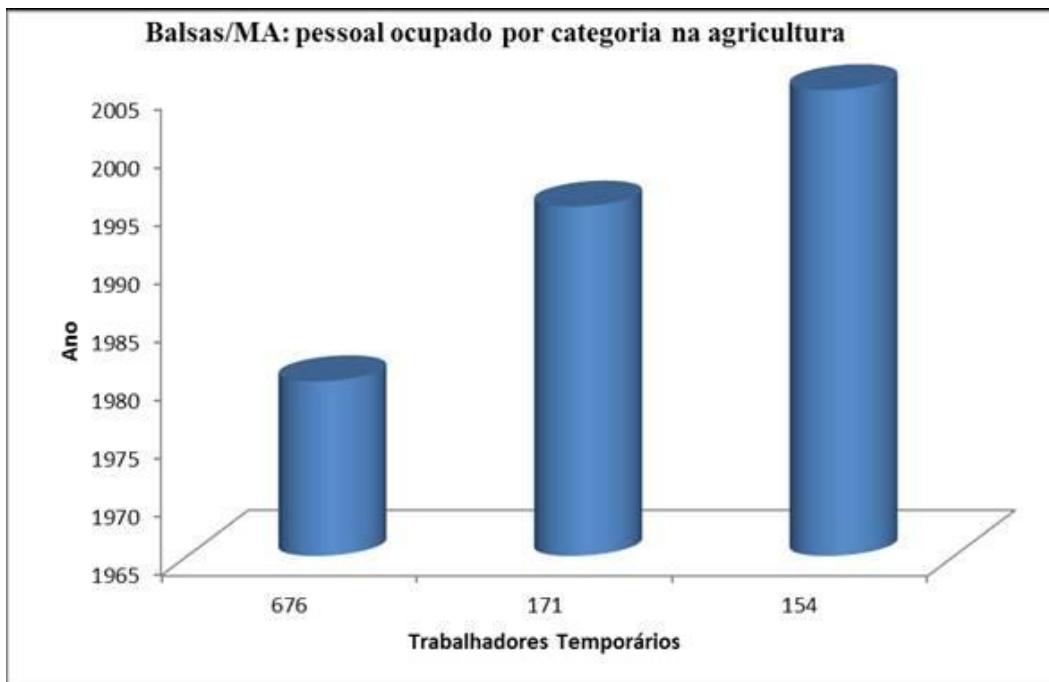


Fonte: IBGE , 2006.  
Org. MOTA. F. L., 2011

Da mesma forma, quando analisamos os trabalhadores temporários (Gráfico 3), a realidade mostra que cada vez mais essa atividade econômica não necessita da mão de obra do trabalhador, que dia após dia vêm sendo substituído pela utilização da técnica, ou melhor, pelo uso do meio técnico científico informacional na agricultura, isso visto na medida em que presenciamos um processo de retirada desses trabalhadores das atividades agrícolas.

No mesmo intervalo esse número declinou de 676 para 154 trabalhadores, perfazendo uma queda de – 77,7% do total de empregados ligados a agricultura. O que destacamos com referência ao decréscimo do número de trabalhadores temporários na agricultura local é a forte expansão da produção de soja no município de Balsas.

Gráfico 3 - Balsas (MA): pessoal ocupado na agricultura como trabalhador temporário



Fonte: IBGE , 2006.  
Org. MOTA,F.L. 2011.

Essas atividades comerciais, de acordo com Santos (2008a, p. 39), inicialmente foram denominadas de “atividades do circuito moderno”, posteriormente substituída por “*atividades do circuito superior*” da economia urbana. Para Santos (2008b, p. 94), não é possível datar o surgimento dessas atividades, mas no caso da análise que estamos fazendo, constatou-se que a “modernização contemporânea, produto do sistema tecnológico”, responderia ao questionamento que poderíamos fazer ao tentar identificar cronologicamente a superação desse ramo de atividade comercial em detrimento das atividades ligadas à manutenção das necessidades da população, no caso a existência de comércios destinados a venda de alimentos.

Nos dias de hoje (2011), ao observarmos as empresas que são localizadas na cidade, visualizamos que as que mais empregam são as que têm uma ligação direta do setor produtivo vinculado com a dinâmica das atividades agrícolas. A presença do “*círculo superior da economia urbana*”, defendida por Santos (2008a, 2008b) é importante para compreendermos a relação da economia urbana com a modernização da agricultura, fato evidenciado no trabalho de campo, quando verificamos o dinamismo que o agronegócio acaba exercendo na cidade. Esse dinamismo faz com que Balsas seja uma cidade que vive e se sustenta economicamente do agronegócio globalizado, dando-

lhe o *status* de cidade polarizadora de toda uma região produtiva (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Quanto ao outro circuito da economia urbana, inicialmente denominado por Santos (2008 a) de “círculo tradicional” da economia e, posteriormente chamado de “círculo inferior” da economia urbana visualizamos *in loco* a presença de um comércio desarticulado, sem haver nenhum planejamento urbano para atender à demanda de pequenos comerciantes, na sua maioria, vivendo na informalidade, e sem o apoio das políticas públicas por parte do governo local. É interessante observar que a presença de uma economia moderna e superior não impede de certa forma um crescimento desordenado e a ausência de políticas urbanas.

A exemplo das demais cidades brasileiras (Nordeste e Norte) Balsas através do agronegócio conheceu um surto de crescimento econômico e não de desenvolvimento. Essa nova roupagem dada principalmente ao espaço urbano do município teve como grande responsável a corrente migratória ocorrida na região, oriundos principalmente dos Estados da região Sul e Sudeste do país.

#### **4.4 A chegada dos sulistas e um “novo” momento em Balsas**

Para entendermos o processo migratório ocorrido nas áreas do cerrado sul maranhense e, por conseguinte a entrada dos primeiros sulistas no município de Balsas é necessário recorrermos à tese de que as áreas agrícolas da região sul do país encontravam-se numa quase que completa saturação. Aliada a essa realidade e, apoiados num projeto de integração geopolítica nacional, ocorre a partir do final da década de 1940, uma intensa busca por novas áreas de expansão agrícola, que a priori, ganhou norte para a região do Planalto Central e Amazônia. Tanto o Cerrado quanto a Amazônia por muito tempo foram vistos com olhares de insignificância econômica.

Dessa forma, o processo de penetração da fronteira agrícola em direção ao Cerrado teve como uma de suas principais base de sustentação, a escolha de uma dessas novas áreas de expansão agrícola em detrimento de outra, ou melhor, escolheram-se nesse momento as áreas do Cerrado e não a Amazônia.

Além disso, outros fatores devem ser notificados no que se refere ao processo de expansão e penetração da nova fronteira agrícola nacional em direção ao Cerrado, tais como: uma vegetação diferenciada da que ocasionalmente iriam encontrar na

Amazônia, uma topografia privilegiada com a presença de grandes chapadões, favorecendo o uso de maquinários além de uma vasta rede de estradas e ferrovias. Aqui cabe reforçar que estes elementos também foram preponderantes e de suma importância para o aumento do fluxo migratório dos chamados “sulistas” em direção às áreas agrícola dos Gerais de Balsas e, consequentemente, o município de Balsas.

A migração de sulistas em direção ao município de Balsas, especialmente aqueles ligados ao setor rural ou agroindustrial, remonta às décadas de 1970 e 1980, isso como consequência da concentração da terra e da divisão excessiva dos minifúndios existentes nos estados que compunham a região sul do país.

Na discussão quanto à apropriação do Cerrado, os gaúchos que migraram em direção às terras maranhenses, assumem o *status* de “agentes” do desenvolvimento local. Desenvolvimento este de cunho capitalista. Dessa forma, a dinâmica da migração, associada à agricultura globalizada só traria ganhos aos espaços urbanos e rurais do município, cabendo à cidade uma gama maior de novos incrementos.

Fato este evidenciado durante o trabalho de campo, onde presenciamos *in loco* uma série de novos investimentos, na sua quase totalidade produto do chamado “pioneerismo” do povo gaúcho. Os relatos e observações feitas durante a fase da pesquisa de campo demonstram um gaúcho/migrante que ressalta sua capacidade em abandonar uma situação desfavorável nos seus estados de origem e, a partir do nada, construir o patrimônio, aqui tidos como elevados aos padrões da população genuinamente maranhense.

Olha quando soubemos dessas terras daqui, lá no Paraná a coisa tava feia, não tinhamos como crescer, pois nossas propriedades eram muito pequena, diferente das daqui. E olha que aqui em Balsas, segundo o que comenta meu pai que veio primeiro, essas terras que você vê ai toda verde, diz ele que mais parecia um deserto, um vazio. Ele disse que até pensou em desistir e retornar lá pra o sul. Mais como tinha vendido tudo para chegar e adquirir uns hectares de terra não tinha mais como voltar. Logo depois chegamos nós os filhos e fomos só trabalhando e os resultados não demoraram a aparecer. Logo compramos o nosso primeiro trator e as coisas foram melhorando e hoje [mostrando-se orgulhoso] temos até colheitadeira. (Entrevistado 19, produtor rural da área denominada Rio Coco, grifo nosso).

O grande problema para a maioria dos produtores do Rio Grande do Sul é a falta de terra para trabalhar. Comigo não era diferente e com uma família de 5 pessoas tinha que procurar minhas melhorias, tinha que ir atrás de terras pra trabalhar. Como gaúcho é bicho fuçador encontrarmos essas terras daqui do Maranhão e com um preço que não dava nem pra acreditar que era verdade. Decidi vender tudo que tinha lá e viemos logo ao cerrado, aqui era o eldorado, tudo que a gente precisava para prosperar. E não é que deu certo.

Meus filhos tudo formado e tudo graças ao que conseguimos depois que chegamos aqui. (Entrevista 20, Empresário do ramo de insumos).

As transcrições acima demonstram o papel empreendido pelos agricultores sulistas, isso no momento em que os mesmos caracterizam-se como um povo trabalhador, dinâmico, não medindo esforços para atingir a prosperidade. Isto fez com que os “gaúchos” se fixassem no município de Balsas, assumindo dessa forma, o papel de agentes do modelo de desenvolvimento capitalista, ao qual o Estado (aqui se colocando a esfera municipal) interessava implantar em seu espaço de abrangência, como resposta à lógica de modernização vigente na época.

As falas dos nossos entrevistados só vêm a confirmar o que visualizamos, principalmente no espaço urbano do município, isso com a presença das casas de comércio de insumos, escritórios de consultoria agrícola, as empresas de assistência técnica e, numa fase mais recente a presença de instituições de ensino superior<sup>23</sup>, oferecendo cursos destinados a qualificar a mão de obra local a ser empregada nas atividades agrícolas.

#### **4.5 Relação entre a agricultura e a urbanização na cidade do agronegócio: uma análise de Balsas (MA)**

As metamorfoses no Estado do Maranhão, verificadas através da transição de um estado tipicamente agrário (década de 1980) para um Estado com população urbana significativa, tem suas raízes no processo de modernização da agricultura, através da expansão da globalização da economia e, por que não dizer, numa tentativa de colocar o Estado no rol das economias “ditas fortes”, e que acabam por ter uma importância maior, principalmente, no quadro de suas exportações.

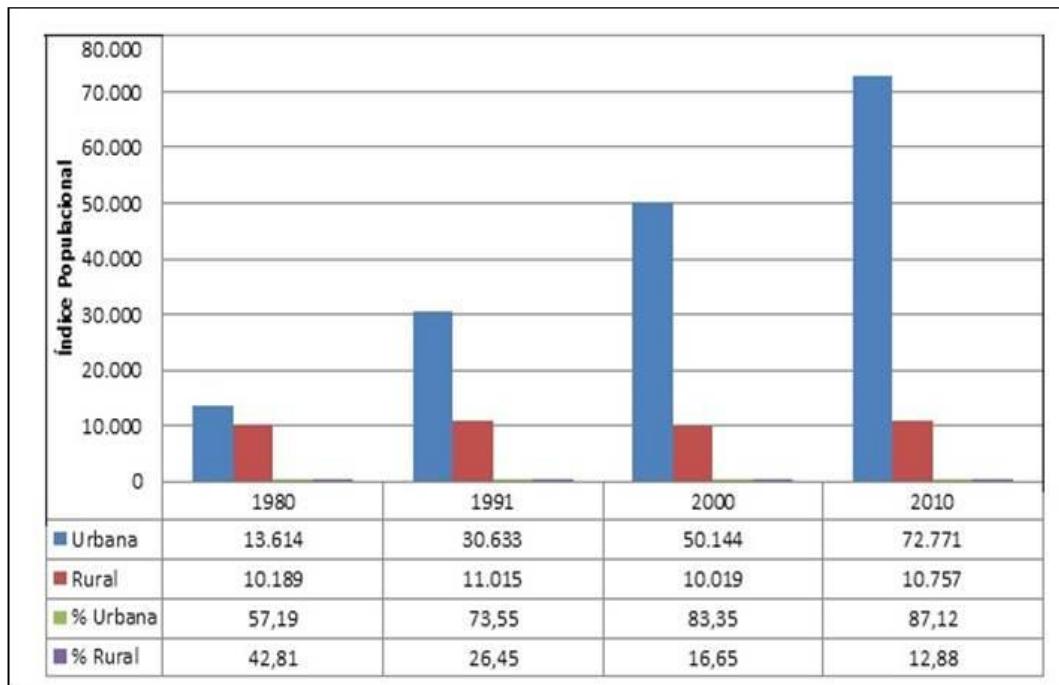
A concentração da população em Balsas (Gráfico 4), sobretudo na área urbana, nos permite afirmar que a cidade exerce um papel de centralização de atividades econômicas que atendem as demandas do consumo produtivo e consumutivo do próprio município e dos demais da região. Essa realidade vem se moldando pós 1980, quando verificou uma saída em massa da população rural, indo à cidade. Poderíamos colocar como um dos motivos pelos quais a população rural migrou para as cidades, aqui se

---

<sup>23</sup> Temos a presença da Faculdade de Balsas com os cursos de Administração, Tecnólogo de Agronegócio e Gestão Comercial, além da Universidade Estadual do Maranhão com o curso de Agronomia.

colocando na discussão Balsas, o incentivo dados aos imigrantes sulistas para que pudessem se fixar no município.

Gráfico 4 - População rural e urbana de Balsas no período de 1980-2010.



Fonte: IBGE – Contagem Populacional, 2010.  
Org. MOTA, F.L.; 2011.

Continuando a análise dos dados do gráfico 4, notamos que esse incremento demográfico se deu a partir da década de 1990. Momento em que o próprio Estado, deixa de ser tipicamente rural, e passa a ser urbano. Nota-se que na década de 1980 tínhamos um município com uma população que vivia no campo. Com o processo de modernização da agricultura, esse quadro se inverteu.

Observando dados da Contagem da População (IBGE 210) verificamos que o município de Balsas apresenta uma população de 83.538, dos quais 72.771 vivem na cidade e 10.767 estão no campo. Nota-se que esse quadro vem se invertendo desde a década de 1980, quando tínhamos 25.783 habitantes, destes 13.614 viviam na cidade e 10.189 moravam no campo. Para o ano de 1991 tínhamos um total de 43.639 e, no ano de 2000 esse quantitativo chegou a 62.163 habitantes. Aqui registramos que foi a partir da contagem populacional de 1991 que o município presenciou o *boom* da sua população.

Em um dos relatos essa afirmação se mostra quando um dos nossos entrevistados assim retrata a chegada dos novos produtores rurais.

Nós abrimos as portas para os gaúchos, pois tínhamos a terra, que era tudo o que eles queriam e, estes tinham a vontade e a coragem de desbravar o nosso cerrado. E olha que antes da chegada, os nossos agricultores não davam sequer o mínimo de valor às nossas terras. Eu mesmo pensava que aqui só se podia plantar arroz, feijão, mandioca e outros legumes da região. Como nosso povo era descrente do valor das terras do cerrado, nós do poder público tínhamos mais era que incentivar esse povo a ficar aqui. Terra barata para quem queria trabalhar, esse era o nosso slogan na época. (Entrevistado, 21, político na época da chegada dos sulistas )

Quanto à política de incentivo para que os sulistas aqui ficassem, houve uma saída significativa das pessoas que antes habitavam a zona rural do município, acarretando assim uma saída significativa de pessoas das áreas rurais para as áreas urbanas.

Conforme Elias (2006 a, 2006b) em todas as áreas de expansão do agronegócio globalizado, é comum esse processo de urbanização. Em contrapartida, essa inversão nos moldes populacionais, acaba que gerando uma remodelação dos espaços agrícolas.

De acordo com Ianni (1996, p. 52) trata-se de uma revolução que o capitalismo está implantando no campo e acaba que

transfigurando o modo de vida no campo, em suas formas de organização do trabalho e produção, em seus padrões e ideias socioculturais, em seus significados políticos. Tudo que é agrário dissolve-se no mercado, no jogo das forças produtivas operando no âmbito da economia, na reprodução ampliada do capital, na dinâmica do capitalismo global.

Ainda em Ianni (1996) verificamos que, no caso de Balsas, como sendo cidade polo dessa região produtiva, houve uma progressiva transformação dos espaços urbanos e rurais, afetando radicalmente o modo de vida, pensar e sentir daqueles que se dedicam às atividades nesses espaços. Para o autor, os padrões e os valores socioculturais presentes nesses espaços, modificam-se de forma bem significativa, aproximando-se cada vez mais uns dos outros. Aparatos como o rádio, televisão, celular, fax, o computador, antes vistos só na cidade, aos poucos se tornam comuns nas áreas rurais. “Aos poucos, a cidade não só se impõe sobre o campo, subordinando-o, como o absorve e, em muitas situações, o dissolve” (IANNI, 1996, p. 54).

Indiscutivelmente, essa relação criada entre o campo e a cidade, agricultura e outros setores econômicos, promoveram transformações nunca antes vistas no cenário

nacional. Para Elias (2006 a), esta nova dinâmica pressupõe uma intensa mecanização dos espaços agrícolas, como incremento também de uma nova materialidade e que gera uma reestruturação produtiva, agora vista tanto no campo, quanto na cidade.

Ao reforçar essa tese, Elias (2007, p. 115) “afirma que é possível identificar várias áreas nas quais a urbanização se deve diretamente à consecução do agronegócio globalizado”, criando nessas áreas extensas relações entre o campo e a cidade, como resultado da crescente integração das atividades do agronegócio ao circuito da economia urbana.

De fato, todos os questionamentos, aqui discutidos, nos permitem afirmar que o surgimento de novos espaços agrícolas destinados à produção e, acima de tudo como necessidade de produção para o capitalismo agrícola moderno, acabam que reproduzindo no seu interior (tanto o campo quanto a cidade) um quadro de desigualdades socioespaciais, ou seja, ocasionam inúmeras metamorfoses de ordem política, ambiental, econômicas e, sobretudo sociais.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

As investigações e interpretações elencadas nesse trabalho nos dão o entendimento da real configuração tanto do urbano quanto do rural no município de Balsas, na região Sul do Estado do Maranhão, estes apoiadas basicamente nas atividades do agronegócio sojeiro.

Com a introdução de uma agricultura modernizada nas áreas do Cerrado, presenciamos nos últimos 40 anos, nas áreas do Centro Oeste e, principalmente do Nordeste, processos de metamorfose de algumas regiões, tendo como palco dessas transformações as atividades ligadas ao agronegócio. Dito em outras palavras, o que presenciamos é a territorialização do capital, que agora se encontra não somente na cidade, mas também no campo, promovendo assim, novas dinâmicas socioespaciais, quer nos espaços rurais quer nos espaços urbanos dessas novas regiões de penetração do agronegócio.

A partir do final da década de 1970, o município de Balsas vislumbra a implantação da produção de soja nas suas áreas agrícolas, em substituição à produção do arroz, que era a cultura agrícola dominante em toda a região. Vale lembrar que para que os Gerais de Balsas, da qual o município de Balsas faz parte, introduzisse a soja, tivemos o papel dos migrantes sulistas, que já em meados da década de 1970, chegam ao sul do Maranhão, trazendo consigo a soja, que ora se apresenta como a cultura de exportação agrícola do Estado do Maranhão. Assim, Balsas se insere numa nova denominação dada às cidades pertencentes a essas novas regiões produtivas da agricultura do Nordeste brasileiro, as chamadas cidades do agronegócio, sendo considerada a mais nova e promissora fronteira agrícola do Cerrado da região Nordeste.

No que se refere às atividades ligadas ao agronegócio, podemos ratificar que no caso específico da Região dos Gerais de Balsas, em particular ao município em estudo, assim como outras regiões do país, aqui citando o Oeste baiano como também o Sul do Piauí, essas atividades acabam que colocando alguns municípios como sendo de uma importância que extrapola os limites do seu próprio Estado, vindo a ter uma conotação de importância econômica que vai além do território nacional. Como exemplo desses municípios, temos Barreiras e Luis Eduardo Magalhães no Oeste baiano, Uruçui no Sul do Piauí, Pedro Afonso, na região central do Tocantins, além de Balsas no Sul do Maranhão.

Entendemos então que Balsas emerge como uma zona vinculada à expansão agrícola vigente a partir da década de 1970, tendo no papel do Estado o grande mentor dos incentivos de ordem econômica que impulsionaram a introdução do capital tanto nacional quanto estrangeiro na agropecuária, denominada agricultura globalizada, presente principalmente nas novas áreas agrícolas no Nordeste brasileiro.

Dessa forma, o município assume um significativo dinamismo no tocante às áreas dos Cerrados do sul do Maranhão, extrapolando sua importância também para a macrorregião do chamado *MAPITOBA*.

Como resultado desse processo, presenciamos a uma grande metamorfose dessas áreas e, consequentemente, o incremento da economia urbana das regiões circunvizinhas dessas novas produções agropecuárias ditas modernas. Como exemplo dessa situação, numa escala maior de importância para esse trabalho, tem a cidade de Balsas na região sul do Maranhão.

Para entendermos tais transformações, algumas variáveis foram observadas com intuito de entendermos a atual configuração dos espaços urbanos e rurais de Balsas, como consequência da introdução e difusão do agronegócio globalizado.

Notamos que desde outrora, o município teve suas raízes fortemente ligadas ao setor primário da economia, aqui evidenciando a importância da agricultura, anteriormente praticada de forma rudimentar e, a partir da década de 1980 com a introdução de técnicas modernas.

Com relação à modernização da agricultura, constatamos que nas áreas do Cerrado brasileiro, em destaque a área de estudo, o Cerrado sul maranhense se deu através da intensificação das empresas agroindustriais, impulsionadas pelos incentivos fiscais oriundos do governo federal e estadual e, no caso de Balsas/MA elencamos a participação do governo municipal, incorporando dessa forma, o município ao novo padrão produtivo da agricultura brasileira.

A atuação do Estado foi decisiva para que houvesse de fato a modernização das áreas do Cerrado brasileiro. No caso específico da área de estudo da dissertação, colocamos a importância dada ao PRODECER III enquanto regulador da apropriação do capital estrangeiro para com as áreas recém incorporadas à agricultura globalizada.

O percurso seguido por Balsas, passando de um município essencialmente agrário para uma economia de relevância no estado, tem suas raízes no processo de expansão da agricultura e, esta acaba que acarretando metamorfoses de ordem

econômicas, políticas e, acima de tudo sociais. Notamos claramente que a modernização da agricultura acarreta profundas transformações principalmente na economia urbana do município.

Essa alternância no processo produtivo da agricultura brasileira se deve ao fato do país, já depois metade do século XX reestruturar a sua agricultura, culminando com a racionalização de novos espaços agrícolas.

O município vê crescer sua população urbana de forma significativa, passando a ter uma maior concentração de sua população agora na cidade e não mais no campo. Vê também o fenômeno da migração emergir (tanto a do campo para a cidade, como também os fluxos migratórios advindos de outras regiões do país vindo em direção à Balsas).

Esse processo migratório de sulista em direção às áreas de Cerrado acabou que representando o encontro de diferentes culturas, fato este evidenciado pelos embates evidenciados quanto às formas de produzir e de cultivar a terra. A introdução de técnicas modernas no sentido de aumentar a produção agrícola, acaba que vindo de frente aos antigos padrões utilizados pelos produtores locais. Até a chegada desses novos produtores rurais o que se visualizava era o trabalho braçal, com a utilização constante de ferramentas para a melhoria do solo a ser utilizado para as culturas locais, tais como o arroz e outros. O que vemos agora é a utilização cada vez mais de tratores, plantadeiras e colheitadeiras, principalmente no plantio e colheita de grãos de soja.

Com isso, concebemos a importância desse estudo, de inicio numa abordagem teórica, para posteriormente entendermos as consequências oriundas principalmente no que diz respeito à nova configuração a que sofreu todo o município, como consequência da expansão da fronteira agrícola brasileira, tendo no complexo sojicultor o seu carro chefe.

Amparados por uma abordagem empírica, constatamos que esse processo modernizante a qual sofreu o espaço agrícola do município de Balsas não beneficiou em nada os pequenos produtores locais. Pelo contrário, quem foram os grandes beneficiados com a introdução de uma agricultura agora com viés capitalista foram os grandes produtores de grãos, aqui entendidos como sendo os produtores oriundos da região sul do país, popularmente conhecidos na região por gaúchos.

Diante disso, concluímos que Balsas vê emergir uma nova reestruturação urbana após a chegada dos sulistas e que, as transformações socioespaciais que ora se apresentam têm como pano de fundo as atividades do agronegócio globalizado da soja.

Hoje (2011) a cidade tem uma importância não mais num contexto local, e sim regional, nacional e global, deixando de ser apenas a cidade polo da região dos Gerais de Balsas, para ser a cidade de maior significância para a agricultura de exportação de grãos do Maranhão.

Para finalizar, reportamos à fala de um dos entrevistados, durante a pesquisa de campo, como contribuição a futuras pesquisas acerca das cidades tidas como sendo do agronegócio do Cerrado brasileiro. É a fala é de um morador local que *viu em Balsas, na região sul do estado do Maranhão, um município onde nordestino e sulista juntam suas mãos e seus destinos e de mãos dadas continuam a escrever a sua história, resgatando a luta do passado, onde vaqueiros aportados das Caraíbas sonharam um dia com o progresso de toda uma região esquecida nos sertões brasileiros.*

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOWAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Campinas: HUCITEC / Anpocs/ Editora da Unicamp, 1992.
- \_\_\_\_\_. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo.** Rio de Janeiro: IPEA, 2000.
- AGUIAR, R. C. A modernização desigual da agricultura. In: \_\_\_\_\_. **Abrindo o pacote tecnológico:** Estado e pesquisa agropecuária no Brasil. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986. p. 76- 116.
- ALENTEJANO, P. R. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v.2, n.19, p 25-39, jul./dez, 2003.
- ALVES, V. E. L. **Mobilização e modernização nos cerrados piauienses:** formação territorial no império do agronegócio. 2006.320 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F.O. O planejamento de pesquisas qualitativas. In: \_\_\_\_\_. **O método nas ciências naturais e sociais:** pesquisa quantitativa e qualitativa. 2. ed. São Paulo: Pioneira Thomon Learning, 2002. p. 147-176.
- ARAÚJO, F.A.V. **(Re) configuração espacial na cidade média:** a análise de Araguari no Triângulo Mineiro (MG). 2010. 299 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010.
- ARAÚJO, F.A. V.; SOARES, B.R. Relação campo cidade: desafios e perspectivas. **Campo-Território**, Uberlândia, v.4, n. 7, p. 01-29, fev. 2009. Disponível em: <http://campoterritorio.ig.ufu.br>. Acesso em: 22 fev. 2011.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14714:** Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2011.
- BAGLI, P. Rural e urbano: harmonia e conflito na cadência da contradição. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; WHITACKER, Arthur Magon (Org.). **Cidade e campo:** relações e contradições entre o campo e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 81 – 109.
- BARBOSA, T. Subsídios para a história da cidade de Balsas. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão.** São Luís: IHGMA.1954.
- BERNARDES, J. Ad. As estratégias do capital no complexo da soja. In: CASTRO, Iná Elias de et al.(Org.). **Brasil:** questões atuais de reorganização do território. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.p. 325 a 366.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI.** Tradução de Antonio de Pádua Danesi.3. ed. São Paulo: HUCITEC/Anablume, 2002.

BECKER, B. Geopolítica da Amazônia. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v.19, n.53, p.71-86, 2005.

BLUME, R. **Território e ruralidade:** a desmistificação do fim do rural. 2004.180f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)-Faculdade de Ciências Econômicas, UFRG/ Porto Alegre, 2004.

BRUM, A. A revolução verde. In: \_\_\_\_\_. **Modernização da agricultura:** trigo e soja. Petrópolis: Vozes; Ijuí: FIDENE, 1988. p. 44 – 50.

\_\_\_\_\_.;MUILLER, Patrícia Kettenhuber. **Aspectos do agronegócio no Brasil** (Org.). Ijuí: Editora Unijuí, 2008.

CABRAL, M. do S. C. **Caminhos do gado:** conquistas e ocupação do sul do Maranhão. São Luís: SIOGE, 1992.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas:** estratégias para entrar e sair da modernidade. Tradução de Heloísa Pezza Cintrão e Ana Regina Lessa. 2 ed. São Paulo: EDUSP, 1998.

CARLOS, A. F A. **A cidade.** 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

\_\_\_\_\_. A questão da cidade campo; teoria e política. **Mercator Revista de Geografia da UFC**, Ceará, n. 5, p. 1- 7, 2004.

CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. **Estudos - Sociedade e Natureza**, Rio de Janeiro, n.11, p.53-75, out.1998.

\_\_\_\_\_. Apresentação. In: MOREIRA, Roberto José (Org.). **Identidades sociais:** ruralidades no Brasil contemporâneo. DP&A, Rio de Janeiro, 2005.p. 7-14.

CHELOTTI, M. C. **A estância metamorfoseou-se:** (re)configuração territoriais e expressões da reterritorialização camponesa na campanha gaúcha (1990-2007).2009. 288 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

COELHO NETO, E. **História do Sul do Maranhão:**terra, vida, homens e acontecimentos. Belo Horizonte: Editora São Vicente, 1979.

CORRÊA, R. L. **A rede urbana.** São Paulo: Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. Espaço: um conceito-chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de et al.(Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.p. 15-47. DELGADO, G. da C. Expansão e modernização do setor agropecuário nos pós- guerra: um estudo da reflexão agrária. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 157-172, set./dez.2001.

ELIAS, D. Redes agroindustriais e produção do espaço urbano no Brasil agrícola.In: SILVA, B. J. da et al. (Org.). **Panorama da geografia brasileira I**. São Paulo: Anablume, 2006a. p. 221 - 238.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS. Denise. ; PEQUENO, Renato. (Org.). **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006b. p. 25 – 82.

\_\_\_\_\_.Novas dinâmicas territoriais no Brasil agrícola. In: SPOSITO, E; SPOSITO,M. E. B.; SOBARZO, O.(Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006c. p. 279-303.

\_\_\_\_\_. Agricultura e produção de espaços urbanos não metropolitanos: notas teórico-metodológicas". In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição.São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 113-138.

\_\_\_\_\_. PEQUENO, R. Mossoró: o novo espaço da produção globalizada e aprofundamento das desigualdades socioespaciais In: SPÓSITO, M. E.B; ELIAS, D. ; SOARES, B.R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional**: Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 101-283.

ENDLICH, A. M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO,M. E. ; WHITACKER, A. (Org.). **Cidade e campo**: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 11-31.

FARIA, M. E. de. A agricultura moderna, cerrado e meio ambiente. In: DUARTE, Laura M.G.; BRAGA, Maria Lúcia de S. **Tristes cerrados**: sociedade e biodiversidade. Brasília: Paralelo 15, 1998. p. 147-168.

FAVARETO, A. da S. A longa evolução da relação rural-urbano: para além de uma abordagem normativa do desenvolvimento rural .**Ruris**, Campinas, v. 1, p. 157-192, 2007. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/Ceres/?p=ruris>. Acesso em: 7 abr. 2011.

FERREIRA, D. A. de O. **Mundo rural e geografia**: geografia agrária no Brasil: 1930-1990. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FERREIRA,M. da G. R. **Dinâmica da expansão da soja e as novas formas de organização do espaço na Região de Balsas – MA**. 2008. 272 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro, 2008.

FERRARA L. A. **Olhar periférico**: informação, linguagem, percepção ambiental. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

\_\_\_\_\_.Espacialidades em construção. In. FERRARA, Lucrécia D'Alessio. (Org.)**Espaços comunicantes**. São Paulo: Anablume; Grupo ESPACC, 2007.p.09-24.

- \_\_\_\_\_. Espacializar e organizar. In: FERRARA, Lucrécia D'Alessio. (Org.). **Espaços Comunicantes**. São Paulo: Anablume; Grupo ESPACC, 2007.p. 27-37.
- FONSECA, F. S. de T. Análise econômica do sistema produtivo do arroz no Maranhão.** Imperatriz, MA: Ética, 2008.
- FRANKLIN, A. Breve Histórico de Imperatriz.** Imperatriz, Maranhão: Ética, 2005.
- GRAZIANO DA SILVA. J. A modernização dolorosa:** estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar. 1982.
- \_\_\_\_\_. Complexos agroindustriais e outros complexos. **Reforma Agrária**, Campinas, v.. 21, n. 3, p. 5-34, set/dez. 1991.
- \_\_\_\_\_. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. **São Paulo em Perspectiva**,/SEADE, São Paulo, v. 7, n. 3, p. 2-10, 1993.
- \_\_\_\_\_. **A nova dinâmica da agricultura brasileira.** Campinas, UNICAMP/IE, 1996.
- \_\_\_\_\_. O novo rural brasileiro. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.43-81, maio. 1997.
- GIDDENS, A. O Estado - nação e a violência.** Segundo volume de uma crítica contemporânea ao materialismo histórico. Tradução de Beatriz Guimarães. São Paulo: Edusp, 2001. (Clássicos, 22).
- GONÇALVES NETO, W. Estado e agricultura no Brasil:** política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1985. São Paulo: HUCITEC, 1997.
- GIL, A.C. Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas. 1999.
- HAESBAERT, R. “Gaúchos e baianos no ‘Novo Nordeste’” entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO,Iná Elias de: GOMES, Paulo César da Costa ; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Brasil:** questões atuais da reorganização do território. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996. p. 368 -415.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade:** a rede “gaúcha” no nordeste. Niterói: EDUFF, 1997.
- \_\_\_\_\_. Identidades territoriais. In: ROSENDALH, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.).**Manifestações da cultura no Espaço.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999. p. 169-190.
- \_\_\_\_\_. **O mito da desterritorialização:** do “fim dos territórios” à múltiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

- HISSA, C. E. V. **A mobilidade das fronteiras:** inserções da geografia na crise da modernidade. Belo Horizonte: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais/UFMG, 2002.
- IANNI, O. **A era do globalismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Agência de Balsas/MA. **Censos demográficos.** Balsas, 2004. 1 disquete, 3 ½ pol. Word for Windows 98.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Resultado do Censo Demográfico de 2000.
- IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. Resultado do Censo Agropecuário de 2006.
- IMESC- Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos. **Perfil da Região dos Gerais de Balsas.** São Luís: IMESC, 2009.
- INOCÊNCIO, M. E. **O PRODECER e as tramas do poder na territorialização do capital no cerrado.** 2010. 278 f. Tese. (Doutorado em Geografia)- Universidad Federal de Goiás/IESA, Goiânia, 2010.
- KAGEYAMA, A. et al.( Coord.). O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: DELGADO, G. et al.(Org.). **Agricultura e políticas Públicas.** Brasília, IPEA, 1990. p. 113-223.
- LAVINAS, L.; RIBEIRO; L. C. de Q. Fronteiras: terra e capital na modernização do campo e da cidade. In: PIQUET, R; RIBEIRO, A. C. T. (Org.). **Brasil, território da desigualdade:** descaminhos da modernização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar: Fundação Universidade José Bonifacio, 1991. p. 69-84.
- LEFÈBVRE, H. **A revolução urbana.** Tradução de Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- \_\_\_\_\_. **A cidade do capital.** Tradução de Maria Helena Rauta Ramos e Marilene Jamur. Rio de Janeiro: DP&A, 2001a.
- \_\_\_\_\_. **O direito à cidade.** Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001b
- LIBAUT, A. Os quatro níveis da pesquisa geográfica. **Métodos em Questão.** São Paulo, n.1, p.1-14, 1971.
- MACEDO, R. S. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa – formação.** Brasília: Líber Livro Editora, 2006.
- MARAFON, G. J. **A dimensão espacial do complexo agroindustrial soja no estado do Rio Grande do Sul.** 1998. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidad Federal do Rio de Janeiro/PPGG, Rio de Janeiro, 1998.

\_\_\_\_\_.O trabalho de campo como instrumento de trabalho para o investigador em Geografia Agrária. In: RAMIRES, Júlio Cesar de Lima.; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar.(Org.).**Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 379-394.

MARQUES, M. I. M. O conceito de espaço rural em questão. **Terra Livre**, São Paulo, n. 19, p.95-112, jun./dez, 2002.

MARTINE, G. Fases e faces da modernização agrícola brasileira. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 3-44, jun. 1990.

MARTINS, G. I. **Entremeios:** a materialidade da produção agrícola urbana na cidade de Pirapora-MG. 2008. 136 f. TCC- (Graduação em Geografia) -Departamento de Geografia- Unimontes, 2008.

MARTINS, G. de A; THEÓPHILLO, C. R.. **Metodologia da investigação científica nas ciências sociais aplicadas.** São Paulo: Atlas, 2007.

MATOS, P. F. de; PESSÔA, V. L. S. Observação e entrevista: construção de dados para pesquisa qualitativa em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio César de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa:** nas trilhas da investigação. Uberlândia: Editora Assis, 2009. p. 64-72.

MATOS, P. F.. Relação campo-cidade: transformações socioeconômicas em Catalão (GO) frente à consolidação das inovações técnico - científicas no processo produtivo agrícola. In: MARAFON, Gláucio J.; PESSÔA, Vera L. S. (Org.). **Interações Geográficas:** a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa. Uberlândia: ROMA, 2007. p. 64 -72.

MARTINS, J.de S. As coisas no lugar. In: \_\_\_\_\_.(Org.). **Introdução crítica a sociologia rural.** São Paulo: HUCITEC, 1981.p. 11-38.

\_\_\_\_\_.**Sociologia da fotografia e da imagem.** São Paulo: Contexto, 2008.

MONTE-MÓR, R. L. **O que é urbano no mundo contemporâneo.** Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2006, 14 p. (Texto para discussão: 281).

MONTOYA, M. A; PARRÉ, J. L. (Org.). **O agronegócio brasileiro no final do século XX:** estrutura produtiva , arquitetura organizacional e tendências. Passo Fundo: UPF, 2000a. v.1.

\_\_\_\_\_. **O agronegócio brasileiro no final do século XX:** estrutura produtiva, arquitetura organizacional e tendências. Passo Fundo: UPF, 2000b. v.2.

MOTA, L.de A. **A dinâmica socioambiental na cidade de Balsas (MA) e sua região de influência (1980-2000).** 24p. Monografia (Especialização em Geografia)-Universidade Estadual do Maranhão/Centro de Estudos Superiores de Imperatriz, 2007.

MOTA, F. L. O rural e o urbano como produto do agronegócio em Balsas/MA. In: ENCONTRO DE GRUPO DE PESQUISA AGRICULTURA, DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TRANSFORMAÇÕES SOCIOESPACIAIS, V.,2009, Santa Maria. **Anais...** Santa Maria: UFSM, 2009. 1 CD-ROM.

MINAYO, M. C. de S.. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. In: MINAYO, M. C. de S.. ; GOMES, R.. ; DESPLANDES, S. F. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade.** 27. ed. Petrópolis: Atlas, 2008. p. 61-77.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização da agricultura.** São Paulo: HUCITEC, 1989.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: Jurandy S. Ross. ( Org.) **Geografia do Brasil.** 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. p. 465-534.

\_\_\_\_\_. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 113-156, 2004.

PAULA ANDRADE, M. de. **Os gaúchos descobrem o Brasil:** projetos agropecuários contra a agricultura camponesa. São Luís: GERUR/EDUFMA, 2008.

PAULINO. E. T.; FABRINI, J. E. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular: UNESP, 2008.

PESSÔA, V.L.S. **Ação do estado e as transformações agrárias no cerrado nas zonas de Paracatu a Alto Paranaíba-MG.** 1988.239 f. Tese (Doutorado em Organização do Espaço)- IGCE-UNESP, Rio Claro, 1988.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder.** Tradução de Maria Cecilia França. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, S. **Entre o rural e o urbano:** a agricultura urbana em Uberlândia (MG). 2003. 140f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, 2003.

RIBEIRO, I. de O. O modelo de modernização da agricultura brasileira. In: \_\_\_\_\_. **Agricultura, democracia e socialismo.** Organização de Carlos N. Coutinho e Maria Beatriz A. David. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 89 - 106.

RIOS, L. **Estudos de geografia do Maranhão.** 3.ed. s.l. Gr@phis Editora, 2001.

ROCHA, R. G.. **As novas tramas espaciais no território dos Gerais de Balsas – MA.** 2008. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – IESA/UFG, Goiânia, 2008.

RUA, J. Urbanidades no rural: o devir de novas territorialidades. **Campo e Território:** Revisa de Geografia Agrária, Uberlândia, v.1, n.1, p.82-106, fev. 2006. Disponível em: [www.campoterritorio.ig.ufu.br](http://www.campoterritorio.ig.ufu.br) .Acesso em: 15 jul. 2010.

SANDRI, M. M; BAÚ, S. C. S. **Balsas, palco de integração social:** o encontro do sertanejo com o do gaúcho. Imperatriz: Editora Ética, 2008.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil:** território e sociedade no inicio do século XX. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M.. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: HUCITEC, 2004.

\_\_\_\_\_. **O espaço dividido:** os dois circuitos da Economia Urbana dos países subdesenvolvidos. Tradução de Myrna T. Rego Viana. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a.

\_\_\_\_\_. **Da totalidade ao lugar.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008b.

\_\_\_\_\_. **Espaço e método.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008d.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo:** globalização e meio técnico científico. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008d.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009e.

\_\_\_\_\_. **O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009a .

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009b.

\_\_\_\_\_. **Pobreza urbana.** 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009c.

SAQUET, M. A. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurélio; SPOSITO, Eliseu Silvério. (Org.). **Territórios e territorialidades:** teorias e, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009. p. 73-94.

SCHNEIDER, S.; BLUME, R. Ensaio para uma abordagem territorial da ruralidade: em busca de uma metodologia. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, II. 2004. **Anais...Santa Cruz do Sul(RS): UNISC,2004.** p. 1 – 35.

SEVERINO, A.J. **Metodologia do trabalho científico.** 23. ed.. revista e atualizada. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, C. K. **Os caminhos da soja até o Maranhão.** Não-Me-Toque: Grapel, 2009.

SILVA, A.M.; PINHEIRO, M.S.de F.; FRANÇA, M.N. **Guia para normalização de trabalhos técnicos científicos:** projetos de pesquisa, trabalhos acadêmicos, dissertações e teses. 5 ed. rev. e ampl. Uberlândia: UFU, 2008.

SIQUEIRA, D. ; OSÓRIO, R. . O conceito de rural. In: GIARACCA, Norma (comp.). **Uma nueva ruralidad em América Latina?** Bueno Aires: CLASCO/ASDI, 2001.p.69-79. (Colección Grupos de Trabajo de CLASCO).

SILVA, C. E. M. **O cerrado em disputa:** apropriação global e resistências locais. Brasília: Confea, 2009.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E.B.; WHITACKER, A. M. (Org.). **Cidade e campo:** relações e contradições entre o campo e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111 – 130.

\_\_\_\_\_. et al. O estudo das cidades médias brasileiras: uma proposta metodológica. In: SPÓSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias:** um espaço em transição. São Paulo: Expressão Popular. 2007, p. 35-68.

SPOSITO, E. S. **Redes e cidades.** São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SOBARZO, O. Passo Fundo: cidade média com funções comerciais, de serviços e de apoio ao agronegócio. In: SPÓSITO, M. E.B; ELIAS, D. ; SOARES, B.R. (Org.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional:** Passo Fundo e Mossoró. São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 29-100.

SOROKIM, P. A; ZIMMERMAN, C. C; GLAPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, J. de S. (Org.). **Introdução critica à sociologia rural.** São Paulo: HUCITEC, 1981. p. 198 – 224.

SOUZA, M. J. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César da Costa; LOBATO, Roberto Correia (Org.). **Geografia:** conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p.77-116.

SOUSA, J. de M. **A cidade na região e região na cidade.:** a dinâmica socioeconômica de Imperatriz e suas implicações na região tocantina. Imperatriz, Maranhão: Ética, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VEIGA, J. E. da. A face territorial do desenvolvimento. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 27, 1999, Belém. **Anais...**Belém: ANPEC, 1999. 1 CD-ROM. p. 1301-1318

\_\_\_\_\_. **Cidades imaginárias:** o Brasil é menos urbano que se calcula. Campinas: Autores Associados, 2002.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura.** Tradução de Paulo Henriques Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

TUAN, Y. F. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. Tradução de Lívia de Oliveira. São Paulo: DIFEL, 1983.

## APÊNDICES



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃOEM GEOGRAFIA: MESTRADO E DOUTORADO.**

**DISSERTAÇÃO:** O RURAL E O URBANO NA CIDADE DE BALSAS (MA): transformações socioespaciais no pós 1980.

Mestrando: Francisco Lima Mota

**APÊNDICE A-ROTEIRO DE ENTREVISTA:** Representante da Associação dos Produtores de Soja do município de Balsas/MA.

**IDENTIFICAÇÃO DO PRODUTOR DE SOJA DE BALSAS/MA.**

Local da Entrevista: \_\_\_\_\_ Data \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Nome do produtor: \_\_\_\_\_

Natural de \_\_\_\_\_

- 1- Qual a sua função na Associação dos Produtores de Soja de Balsas? \_\_\_\_\_
- 2- Qual a estrutura organizacional da Associação? \_\_\_\_\_
- 3- É juridicamente instituída como Associação de Produtores de Soja? ( ) Sim ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_
- 4- Quem foi seu primeiro presidente? \_\_\_\_\_
- 5- Qual a receptividade dos agricultores locais quando da chegada dos sulistas nas terras do Maranhão? \_\_\_\_\_
- 6- A Associação trabalha com parcerias (governo municipal, estadual, federal e até mesmo particulares) no que se refere a produção da soja? \_\_\_\_\_
- 7- Como é a aquisição das máquinas que são utilizadas desde a produção até a colheita dos grãos? \_\_\_\_\_
- 8- Como é feito o transporte dos grãos? \_\_\_\_\_
- 9- E qual o destino da produção? \_\_\_\_\_
- 10- Qual a média de produção das propriedades? \_\_\_\_\_

11- Outras informações relevantes você poderia acrescentar ao desenvolvimento da pesquisa que me proponho a desenvolver na cidade de Balsas, tendo como foco de estudos o papel do agronegócio na transformação da cidade? \_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA: MESTRADO E DOUTORADO.**

**DISSERTAÇÃO:** O RURAL E O URBANO NA CIDADE DE BALSAS (MA): transformações socioespaciais no pós 1980

Mestrando: Francisco Lima Mota

**APÊNDICE B-ROTEIRO DE ENTREVISTA:** Moradores da área central de Balsas/MA.

Local da entrevista: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Nome do Morador: \_\_\_\_\_

1- Natural de: \_\_\_\_\_

2- Grau de Instrução: \_\_\_\_\_

3- Mora aqui em Balsas há quanto tempo? \_\_\_\_\_

4- Sempre morou nessa rua? ( ) Sim ( ) Não. Outra: \_\_\_\_\_

5- Como era a rua na década de 1980, no que se refere às relações comerciais, o ato de ir a igreja, segurança e etc.? \_\_\_\_\_

6- Para você, o que mudou na rua onde vive? \_\_\_\_\_

6- pode descrever a chegada dos primeiros sulistas aqui na cidade? \_\_\_\_\_

7- Pra você, a cidade melhorou com a chegada das pessoas do sul do Brasil? \_\_\_\_\_

8- Outras informações relevantes você poderia acrescentar ao desenvolvimento da pesquisa que me proponho a desenvolver na cidade de Balsas, tendo como foco de estudos o papel do agronegócio na transformação da cidade? \_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA: MESTRADO E DOUTORADO.**

**DISSERTAÇÃO:** O RURAL E O URBANO NA CIDADE DE BALSAS (MA): transformações socioespaciais no pós 1980

Mestrando: Francisco Lima Mota

**APÊNDICE C- ROTEIRO DE ENTREVISTA:** Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Balsas/MA ( gestão da década de 1980 ).

Local da entrevista: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Nome do Sindicalista: \_\_\_\_\_

1- Natural de: \_\_\_\_\_

2- Grau de Instrução: \_\_\_\_\_

3- Cargo que exercia na época da chegada do sulista: \_\_\_\_\_

4- O que cultivava quando o sulista aqui se instalou?

( ) Arroz ( ) Feijão ( ) Milho ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

5- Utilizava quais ferramentas para cultivar a terra?

( ) Roçadeira ( ) Foices ( ) Arado animal ( ) Outros. Quais: \_\_\_\_\_

6- Você tinha conhecimento da existência da produção de soja no sul do país?

( ) Sim ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

7- Na época da chegada dos sulistas, você plantava em terras de sua propriedade?

( ) Sim ( ) Não. ( ) Outros. Qual: \_\_\_\_\_

8- Morava com sua família na propriedade em plantava? ( ) Sim ( ) Não. Por quê?

---

9- Teve suas terras vendidas ao sulista para o cultivo da soja? ( ) Sim ( ) Não.

10- E hoje, ainda vive da pequena agricultura? ( ) Sim ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

11- Do que planta tinha como finalidade:

( ) Próprio consumo ( ) Vender. Outros? \_\_\_\_\_

Outras informações relevantes você poderia acrescentar ao desenvolvimento da pesquisa que me proponho a desenvolver na cidade de Balsas, tendo como foco de estudos o papel do agronegócio na transformação da cidade? \_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA: MESTRADO E DOUTORADO.**

**DISSERTAÇÃO:** O RURAL E O URBANO NA CIDADE DE BALSAS (MA): transformações socioespaciais no pós 1980

Mestrando: Francisco Lima Mota

**APÊNDICE D-ROTEIRO DE ENTREVISTA:** Entrevista com o Prefeito Balsas/MA.

Local da Entrevista: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Nome do Entrevistado: \_\_\_\_\_

1 - Prefeito em qual pleito: \_\_\_\_\_

2- Natural de: \_\_\_\_\_

3- Existe no organograma da administração municipal uma secretaria que trata das políticas públicas direcionadas ao produtor de soja: ( ) Sim ( ) Não. Por quê?

4- Existe alguma parceria entre a Prefeitura Municipal de Balsas/MA com os produtores de soja do município no que se refere a projetos desenvolvidos pela prefeitura:

( ) Sim ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

5- E você enquanto prefeito municipal de Balsas/MA faria a mesma coisa que fez seu antecessor no sentido de viabilizar a vinda dos produtores de soja para as terras maranhenses: ( ) Sim ( ) Não. Por que: \_\_\_\_\_

7-Outras informações relevantes você poderia acrescentar ao desenvolvimento da pesquisa que me proponho a desenvolver na cidade de Balsas, tendo como foco de estudos o papel do agronegócio na transformação da cidade? \_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**INSTITUTO DE GEODRAFIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA: MESTRADO E DOUTORADO.**

**DISSERTAÇÃO:** O RURAL E O URBANO NA CIDADE DE BALSAS (MA): transformações socioespaciais no pós 1980.

Mestrando: Francisco Lima Mota

**APÊNDICE E ROTEIRO DE ENTREVISTA:** Entrevista com o ex-prefeito do município de Balsas/ MA.

Local da Entrevista: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Nome do Entrevistado: \_\_\_\_\_

1- Prefeito em qual pleito: \_\_\_\_\_

2- Natural de: \_\_\_\_\_

3- Grau de instrução: \_\_\_\_\_

4- O senhor se considera como sendo o responsável pela vinda dos sulistas à Balsas:

( ) Sim ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

5 – Quais motivos o levaram a incentivar a vinda dos sulistas à Balsas? \_\_\_\_\_

6 – Como foi o processo de aquisição da terra pelos migrantes na época de sua chegada à Balsas? \_\_\_\_\_

7- E, hoje, o senhor faria a mesma ação feita ainda nos finais dos anos 1970?

8- Em que momento (situação) vivia a agricultura local na época da chegada do sulista e qual era o produto cultivado nas terras do município de Balsas?

9- E como o senhor fez o *marketing* das nossas terras aos povos do sul?

10- Outras informações relevantes você poderia acrescentar ao desenvolvimento da pesquisa que me proponho a desenvolver na cidade de Balsas, tendo como foco de estudos o papel do agronegócio na transformação da cidade? \_\_\_\_\_



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA: MESTRADO E DOUTORADO.**

**DISSERTAÇÃO:** O RURAL E O URBANO NA CIDADE DE BALSAS (MA): transformações socioespaciais no pós 1980

Mestrando: Francisco Lima Mota

**APÊNDICE F- ROTEIRO DE ENTREVISTA:** Produtores de soja da cidade de Balsas/MA

Local da Entrevista: \_\_\_\_\_ Data: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

Nome do Entrevistado: \_\_\_\_\_

1- Data da chegada em Balsas/MA: \_\_\_\_\_

2- Natural de: \_\_\_\_\_

3- Quais motivos o trouxeram para Balsas? \_\_\_\_\_

4- Como adquiriu a propriedade? ( ) Comprada ( ) Doada ( ) Outras. Quais?

\_\_\_\_\_

5- Área da sua propriedade? \_\_\_\_\_

6- Há quanto tempo possui a propriedade: \_\_\_\_\_

7- Quais atividades agrícolas são desenvolvidas na sua propriedade? E quais os produtos cultivados além da soja? \_\_\_\_\_

8- Qual a participação da família no processo de produção dos grãos de soja?

( ) Sim ( ) Não. Quais membros da família atuam? \_\_\_\_\_

9- Na sua propriedade há:

Energia elétrica: ( ) Sim ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

Água encanada: ( ) Sim ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

Telefone: ( ) Sim ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

Internet: ( ) Sim ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

Outros. Quais \_\_\_\_\_

10- Possui algum financiamento no que se refere à produção agrícola?

( ) Sim ( ) Não. Qual? \_\_\_\_\_

11- Quando da vinda sul do país, qual era a atividade que exercia: ( ) agricultura ( ) Outra atividade. Qual? \_\_\_\_\_

12- Como era sua propriedade nas terras do sul do país? \_\_\_\_\_

13- O senhor está vinculado a algum sindicato de trabalhadores ou associação de produtores? ( ) Sim ( ) Não. Qual? \_\_\_\_\_

14- Participa das atividades do Centro de Tradição Gaúcha (CTG): ( ) Sim ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

15- A FAPCEN tem desenvolvido algum projeto na sua propriedade?

( ) Sim ( ) Não. Por quê? \_\_\_\_\_

16- Tem vontade de retornar para o sul novamente: ( ) Sim ( ) Não.

Por quê? \_\_\_\_\_

17- Além da soja, cultiva outro produto na sua propriedade? ( ) Sim ( ) Não.  
Por quê \_\_\_\_\_

18- Quais insumos utiliza?

( ) adubos ( ) Calcário ( ) Sementes ( ) Defensivos. ( ) Outros. Quais? \_\_\_\_\_

19- Qual o tipo e a quantidades de máquinas e equipamentos utilizadas em sua propriedade? \_\_\_\_\_

20-Como é feito o escoamento da produção? \_\_\_\_\_

21 - E qual o destino da sua produção de grãos de soja? \_\_\_\_\_

22- Quais os reflexos verificados na cidade de Balsas a partir da chegada da soja?  
\_\_\_\_\_

23- Outras informações relevantes você poderia acrescentar ao desenvolvimento da pesquisa que me proponho a desenvolver na cidade de Balsas, tendo como foco de estudos o papel do agronegócio na transformação da cidade? \_\_\_\_\_

**ANEXOS**

**ANEXO A**-Relação dos produtores de soja do município de Balsas cadastrados no SINDIBALSAS.

	<b>NOME COMPLETO</b>	<b>ORIGEM</b>
1	Adelar Fiedler	Rio Grande do Sul
2	Adriano Sandri	Paraná
3	AirtoZamignan	Paraná
4	Aldelco Luiz Pédo	Santa Catarina
5	Alceo Walter Sandri	Paraná
6	Aldemar Alves de Castro	Rio Grande do Sul
7	AlípioDionisioHendges	Rio Grande do Sul
8	Antoninho Tozi	Paraná
9	Amo JoséRovani	Paraná
10	Amo Tunnermann	Rio Grande do Sul
11	Arlindo Grespan	Rio Grande do Sul
12	AntoniusCorneliusLeonardusPhillipsen	Rio Grande do Sul
13	Alexandre Frolich	Rio Grande do Sul
14	Bernardo Custodio Phillipsen	Rio Grande do Sul
15	Bruno Jose Grespan	Rio Grande do Sul
16	Celio AntonioWeiler	Paraná
17	Celio Fauth Caraça	Rio Grande do Sul
18	Claudio AntonioZaltron	Paraná
19	Darci AntonioGrespan	Rio Grande do Sul
20	Darci Rigo	Rio Grande do Sul
21	Davi Zaltron	Paraná
22	DeoneSandri	Paraná
23	Décio Darcy Sandri	Paraná
24	Erivaldo Alves Fonseca	Balsas
25	ErminioTeruoTsuzuki	Paraná

26	Eugênio José Sandri	Paraná
27	Fernando José Correa Moura	Minas Gerais
28	GenérsioZitkoski	Rio Grande do Sul
29	Gênio Antônio Zitkoski	Rio Grande do Sul
30	Geraldo Biazão	São Paulo
31	Idone Luiz Grolli	Paraná
32	IsalasSoldatelli	São Paulo
33	Ivan Mota Barbosa	Paraná
34	Juarez Soldatelli	São Paulo
35	Laury Luiz Câmara	Rio Grande do Sul
36	Lenoir João Martelli	Santa Catarina
39	Jorge Eriberto Martelli	Santa Catarina
38	Juarez AngeloMartelli	Santa Catarina
39	Juarez Soldatelli	Paraná
40	Luiz Antonio Lino	Rio Grande do Sul
41	Marcos Benhur da T. Grespan	Rio Grande do Sul
42	Mário SeijiOrguido	São Paulo
43	Manuela Custodio Phillipson	Rio Grande do Sul
44	Milton José Andreotti	Minas Gerais
45	Moacir Pezzini	Paraná
46	Oneide Vitor Eickoff	Rio Grande do Sul
47	OvidioHilarioHerdges	Rio Grande do Sul
48	Paulo MassaoYzui	São Paulo
49	Paulo Renato Simom	Rio Grande do Sul
50	Reginaldo Sidinei Biazão	São Paulo
51	Sergio Antonio Baú	Rio Grande do Sul
52	Valdir Zaltron	Paraná
53	Volnei Sandri	Paraná